



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 9

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 29 de janeiro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Feita a chamada dos Srs. Deputados, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 15/XII – Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização de estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo para tal usado da palavra os Srs. Deputados Rodolfo Franca (*PS*), José Pacheco (*CH*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), as Sras. Deputadas Célia Pereira (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), pediu a palavra para defesa da honra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, e após a aprovação por unanimidade do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos](#), justificado pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), passou-se para a apresentação e debate do [Projeto de](#)

Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), participaram no debate os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*CH*), Sérgio Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Justificado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados Lubélio Mendonça (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Tendo sido aprovado por maioria, passou-se para o debate e votação do **Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Para participar no debate pediram a palavra os Srs. Deputados Rui Espínola (*PSD*), Lubélio Mendonça (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), as Sras.

Deputadas Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Andreia Costa (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Finalizado este ponto da Agenda, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 19/XII – “Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia”**, justificado pela Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Antes de ser aprovado por unanimidade, usou da palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*).

Aprovado o pedido de urgência, seguiu-se para o **Projeto de Resolução n.º 19/XII – “Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia”**, tendo usado novamente da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), desta feita para apresentar a iniciativa.

Participaram no debate as Sras. Deputadas Patrícia Miranda (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

O **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 20/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de Moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar

do CH, tendo registado um empate na sua votação, baixou novamente à comissão, não sem antes terem usado da palavra os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Francisco César (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e António Lima (*BE*).

Tendo sido aprovado por unanimidade, o Sr. Deputado Gustavo Alves (*PPM*) usou da palavra para justificar o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”](#), apresentado pelos [Grupos Parlamentares do PSD, PPM e PS](#), tendo também proferido intervenções neste âmbito os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e José Eduardo (*PS*).

Para o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PPM e PS, usou da palavra para apresentar o diploma o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e ainda os Srs. Deputado Gustavo Alves (*PPM*), José Eduardo (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de janeiro.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 52 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Estávamos aqui a tentar resolver um problema que estamos a ter com a nossa delegação em São Jorge, um problema técnico, portanto, vamos iniciando, esperando que esse problema seja debelado o mais breve possível.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Marta Àvila de Matos

Miguel António Moniz da **Costa**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Gil Alberto Medeiros **Borges**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Bom dia aos colegas de São Jorge. Penso que o problema estará debelado.

Ficámos ontem no ponto 28 da nossa ordem de trabalhos, que é o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda – **Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização de estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia.**

A Sra. Deputada Alexandra Manes já tinha feito a apresentação do projeto de resolução e agora abro inscrições para o seu debate. Estão abertas as inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Gostaria de inscrever da parte do Partido Socialista o Sr. Deputado Rodolfo Franca e a Sra. Deputada Célia Pereira. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão então inscritos o Sr. Deputado Rodolfo Franca e a Sra. Deputada Célia Pereira. Mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): É para inscrever o Deputado José Pacheco, por favor.

Presidente: O Sr. Deputado José Pacheco está inscrito.

Mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado está inscrito.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, é para me inscrever, Catarina Cabeceiras, se faz favor. Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada está inscrita.

Vamos então iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito bom dia a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se me permitem eu gostaria de iniciar a minha intervenção retomando as palavras do Sr. Deputado João Bruto da Costa quando há dois ou três dias citou Winston Churchill com uma bela frase que dizia mais ou menos isto “o pedagogo governa a pensar nas próximas eleições e o estadista governa a pensar nas próximas gerações.”

Pois eu acho, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que a frase é realmente muito bela, mas que o Sr. Deputado acertou no homem que a proferiu, em Churchill, mas provavelmente não terá acertado na frase. No meu ponto de vista o que o Sr. Deputado queria citar é outra frase de Winston Churchill e que diz “é inútil dizer que estamos a fazer o possível, precisamos fazer o que é necessário.”

Hoje acordei muitíssimo inspirado e vou arriscar também eu a lançar aqui uma frase do alto da minha pequenez e a frase, a minha frase, a minha grande citação, é que com este projeto de resolução é que ficou mesmo à vista a confusão.

Ora bem, o que é que eu quero com isto dizer?

Não venho aqui, ou o Grupo Parlamentar do PS não vem aqui, querer defender que o ensino à distância, que em meia dúzia de dias foi obrigado a instalar nas escolas da Região, foi um processo perfeito. Longe disso! Até porque não há nenhum ensino à distância, do meu ponto de vista, que seja perfeito. Aliás, nada é perfeito na vida, muito menos o ensino à distância. Portanto, o Grupo Parlamentar do PS não é hipócrita querendo vir defender uma coisa que é indefensável, mas o Grupo Parlamentar do PS vem aqui defender que em meia dúzia de dias conseguiu implementar um ensino à distância com alguma cabeça, tronco e membros e isto, repito, em meia dúzia de dias e que acima de tudo foi sempre lutando para que as desigualdades próprias desse ensino à distância fossem progressivamente melhoradas, ou melhor dizendo, fossem progressivamente minimizadas, era isso que queria dizer.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS sabe que o ensino à distância ao conseguir organizar e manter cada vez mais organizado e cada vez mais melhorado o ensino à distância é muito complicado, mas o Grupo Parlamentar do PS entende que não é dizendo constantemente que não há computadores disponíveis para os alunos, do meu ponto de vista baixando os braços sem explicar qual é o plano que existe em cima da mesa para que se minimizem os problemas, não é assim que do nosso ponto de vista as coisas se resolvem.

Portanto, sublinho, houve aqui uma luta que não deve terminar e houve acima de tudo também uma plena transparência permanente de tudo o que se foi fazendo e de tudo o que se quereria ir fazendo. Portanto, é essa transparência que ouço muito o Governo dizer que tem, mas que na verdade não a vejo no caso aqui muito especificamente, e é disso que estamos tratando, do ensino à distância, não consigo percecioná-la, porque efetivamente há aqui muita coisa que eu tento desesperadamente compreender e ver, mas o que me parece é que não está disponível o acesso a esse conhecimento.

Queria dizer, Sra. Secretária da Educação, que é importantíssimo conhecermos hoje o modelo de ensino à distância implementado, porque voltando a dizer, voltando a usar a palavra, houve uma plena transparência da parte da governação PS relativamente a isso, quer dizer, todos sabíamos, bem ou mal, qual era o plano, qual era o ensino à distância que estava instituído, todos sabíamos o que é que cada nível de ensino fazia e o que se propunha melhorar em cada nível de ensino, como é que lutávamos para que o ensino à distância fosse melhorado em cada nível de ensino e em cada escola. Portanto, hoje, pelo menos não consigo perceber isso, qual é o ensino à distância, qual o modelo de ensino à distância que o 1.º ciclo está a desenvolver?

Não consigo perceber.

A Sra. Secretária insiste em dizer que não há computadores. A Sra. Secretária deu indicações às escolas para que a comunicação entre os professores titulares de turma, nomeadamente o pré-escolar e o 1.º ciclo, não fosse feita através dos seus próprios telemóveis. Percebo isso. Mas os telemóveis têm uma forma, na verdade, de ocultar o número e, portanto, não consigo perceber como é que se desenvolve um ensino à distância, nomeadamente no pré-escolar e no 1.º ciclo, sem que se recorra ao computador, porque a Sra. Secretária é a própria a dizer que não há computadores suficientes, e por outro lado sem explicar como é que se faz a comunicação, que é urgente fazer-se uma comunicação muito eficiente, muito permanente, como é que isso se faz, ou como é que isso se tem feito?

Não consigo até hoje, aliás, já perguntei à Sra. Secretária e não obtive resposta, pode ser que hoje o consiga.

Por outro lado, também houve transparência da parte da governação PS relativamente ao levantamento de necessidades. Todos sabíamos quantos computadores cada escola dispunha, quantos computadores cada escola se dispunha a emprestar ou eventualmente a receber de uma outra escola, quantos computadores cada escola tinha à disposição dos seus alunos para empréstimo.

Tudo isto era claro. Hoje continuo sem conhecer os números do que se passa, sublinhando que a Sra. Secretária tem dito sempre que não há computadores suficientes. Continuo sem saber que números são esses, até porque isso prende-se, como eu já tentei fazer ver a nossa visão, com uma mudança de modelo de ensino à distância que também a Sra. Secretária quis implementar, ou seja, o pré-escolar e o 1.º ciclo não desenvolviam o ensino à distância do mesmo modo que o 2.º, 3.º ciclo e até ensino secundário. O pré-escolar e o 1.º ciclo não faziam do computador o instrumento central para o ensino à distância e era conhecido qual o modelo. Não vou agora aqui explicá-lo, mas se pretenderem também o farei.

Por outro lado, Sra. Secretária, houve uma luta para que o plano, bom ou mau, conhecido fosse minimizando as desigualdades que são reconhecidas, obviamente reconhecidas quando desenvolvemos o ensino à distância. É urgente conhecer o porquê da insistência na mudança de modelo de ensino à distância, Sra. Secretária, que o Governo anterior implementou e que com algum esforço financeiro mais se consegue garantir um diminuir das desigualdades obviamente existentes.

É urgente garantir um maior esforço por parte do Governo, Sra. Secretária, para que também se diminua ao máximo as desigualdades ainda detetadas no domínio do acesso ao computador e da internet. É que as desigualdades não se resolvem dizendo insistentemente que o Governo anterior nada fez para garantir o melhor ensino à distância no lugar de atuar com mais esforço e determinação, quando na verdade não é assim.

O anterior Governo, Sra. Secretária, concretizou uma autêntica revolução digital fazendo caber em meia dúzia de dias a era digital que avançava com um ritmo natural, organizou um modelo de ensino à distância em meia dúzia de desesperados dias apesar do imemorial modelo presencial tradicional, assinou mecanismos de levantamento de necessidades ao nível de equipamentos

informáticos e montou uma organização para que cada unidade orgânica lutasse por garantir a maior igualdade possível relativamente às condições de trabalho de cada um dos seus alunos, montou em tempo record um sistema de partilha e empréstimo de computadores entre as unidades orgânicas de cada uma das ilhas, adquiriu no último ano mais de 2.500 computadores portáteis, procurando reforçar com a maior celeridade possível as escolas mais necessitadas. Nunca desistiu de prosseguir a melhoria das condições do desenvolvimento dos trabalhos do ensino à distância. Sempre reconheceu que o ensino à distância continha na sua génese um enorme problema de desigualdade entre as condições dos alunos, porém, também sempre entendeu que o caminho não era o de baixar os braços, mas sim o da luta pela melhoria do sistema alternativo possível ao presencial.

Portanto, Sra. Secretária, o Governo Regional anterior sempre sublinhou que o ensino à distância não significa ensino por computador, entendendo até que no pré-escolar e no 1.º ciclo de ensino o computador não deveria ser entendido, ou não deverá ser entendido como instrumento não essencial do processo, e o Governo anterior, o Governo Regional anterior, o Governo do PS trilhava um caminho não concluído, como é evidente, para um novo reforço dos equipamentos, sejam eles computadores, ou de hotspots para o acesso à internet.

É pelo exposto que o Grupo Parlamentar do PS apoia a presente iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recomeçaria onde acabei ontem. Para já achei estranho este diploma ter aqui dois pontos que acho que não se misturam.

Comecemos pelo primeiro que é o estudo. Pois esses estudos vêm provar que os açorianos estão bem. Querem fazer um estudo sobre o impacto do ensino à distância, ou o ensino em casa, é muito fácil: é perguntar aos professores, é perguntar aos pais, há ferramentas para isso e fica o caso resolvido e poupa-se uma data de dinheiro à Região. É assim que as coisas devem ser.

Aliás, se me perguntarem eu já posso até adiantar o estudo: não funciona. Não funciona, porque há uma série de condicionalismos que são normais, não estávamos preparados para isso. Aqui relembre-se que nós estamos numa altura excepcional, nós estamos numa pandemia e aqui nem sequer vou apontar o dedo ao Governo socialista, porque ninguém pode estar preparado em tão pouco tempo para implementar um sistema destes e que funcione. Obviamente nem os pais estavam preparados para isso.

Querem fazer estudos, façam sobre outro tipo de coisas. Este faz-se sozinho, basta ir às escolas fazer isso.

Quanto ao segundo ponto que é o empréstimo dos equipamentos, pois eu concordo com o princípio, como é óbvio. Se algum aluno não o tem, eu concordo com o princípio, mas os princípios nem sempre são a realidade e a realidade só é conhecida pelas pessoas que andam na rua e os senhores muitas vezes não andam na rua. Os senhores estão embrulhados nos papéis e não conhecem as dificuldades dos pais, daqueles que trabalham, daqueles que andam no terreno e que veem muitas vezes situações tais como: eu tenho dois filhos, qualquer um deles está (posso até dizer as idades, 12 e 14 anos) nesta situação. Na altura que foi necessário arranjar equipamentos qualquer um deles tinha telemóvel, eu tinha um portátil. Consegui arranjar a todo o custo, com algum esforço financeiro, mais um portátil. Tal como eu, milhares de pais da

classe média fizeram um esforço a ir comprar portáteis ao preço a que eles existiam. Foram comprar webcams a 150€, fizeram um esforço.

Eu também conheço o caso dos tais pobrezinhos... (o Bloco de Esquerda gosta muito enquanto que pinta os lábios e a senhora não pinta os lábios de novo se faz favor, nem sirvo para isso!) ... eu conheço muito pais que dizem que “o Estado é que tem que dar, que o meu não é para gastar”.

A minha filha de 12 anos ontem ensinou-me que o telemóvel consegue abrir o SGE, operar com o Word, consegue fazer um trabalho, só não faz quem não quer. Obviamente que há crianças que não têm acesso a algumas destas coisas e há que ter isto em conta. Agora, não pode ser é naquilo que eu vi, que é chega o encarregado de educação pede e eu sei muito bem do que é que nós estamos falando, eu vivo muito perto desta realidade, eu conheço muito bem esta realidade e eu conheço também aquelas pessoas que dizem: “Oh, José Pacheco, como é que é possível eu ter que gastar o meu dinheiro e os outros terem tudo de graça?”

E mais uma vez neste contexto, que eu acredito no princípio do acesso às novas tecnologias a todas as crianças, que elas têm as melhores condições para terem o ensino à distância e poderem ter algum aproveitamento. A verdade é que isto não vai acontecer. Qualquer desculpa é boa.

Os colegas dos meus filhos muitas vezes usam as mais variadas desculpas. Muitas vezes os telemóveis não servem. Em simultâneo eles estão nos instagrans a fazer os tais diretos e as brincadeiras deles.

Isto é coisa que nós temos de saber. Nós temos de conhecer a realidade, nós temos de estar perto das pessoas, mas não é perto dos supostos pobrezinhos. Temos de estar perto de todos e principalmente daqueles que andam a contribuir todos os dias para os tais pobrezinhos poderem ter três, quatro telemóveis, um tablet e mais dois portáteis, mas depois no dia a seguir batem na porta da escola que nenhum dos computadores serve.

Outro aspeto: há professores a queixarem-se que não têm também computadores adequados. Os professores estão-se a desengatar. Também era importante nós podermos falar sobre isso, também era importante ouvir a Sra. Secretária nesse aspeto, sei que tem grande sensibilidade para isso.

Outro aspeto também é no fim disto tudo como é que vamos fazer uma avaliação?

Porque não havia pandemia e lembro-me dos professores serem chamados à escola para se reavaliar as notas e não haver tantas retenções. Eu lembro-me muito bem disto. Agora, com a pandemia toda a desculpa é boa aos tais pobrezinhos poderem passar e aquelas tais tabelas do ensino não virem com aqueles números tão negros.

A realidade é a realidade. Queremos falar de educação, falamos a sério; queremos brincar às apanhadas, também podemos brincar às apanhadas, mas este não é seguramente o sítio para brincar às apanhadas, porque andamos a ser apanhados há muitos anos com os experimentalismos do ensino, há muitos anos com estas brincadeiras e há muitos anos criando diferenças entre quem trabalha e quem vive à custa de quem trabalha.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ainda estou em choque com o que acabei de ouvir aqui do Sr. Deputado José Pacheco e para construir respostas adequadas às necessidades é preciso fazer diagnósticos que nos apontam caminhos. Portanto, se queremos desenvolver este estudo é porque estamos preocupados com as consequências da pandemia, nomeadamente nas crianças e jovens, nas famílias e também nos professores.

É certo que a evolução desta crise pandémica tem tido reflexos e efeitos colaterais nos mais variados domínios, nomeadamente no domínio da educação e na vida das nossas crianças e jovens.

A escola não constitui apenas um local de aprendizagem e ensino, é também um espaço de socialização seguro e que desempenha um papel colaborativo de grande relevo nas dinâmicas culturais e sociais nas nossas comunidades.

Por isso, a necessidade de em vários momentos se avançar para o encerramento das escolas e de se passar para o ensino à distância impõe um conjunto de desafios dos quais o principal é inequivocamente o de garantir a inclusão e a igualdade do acesso a oportunidades de ensino à distância de qualidade.

De facto, este desafio é particularmente problemático, conforme se refere nas conclusões do Conselho da União Europeia sobre o combate à crise da Covid-19 na educação e formação para os alunos mais desfavorecidos do ponto de vista socioeconómico que têm mais probabilidade de viverem em agregados familiares que não favorecem o estudo em casa ou que têm normalmente direito a refeições escolares gratuitas, assim como para os alunos em risco de abandono escolar precoce.

Estamos, pois, em concordância com a presente proposta de projeto de resolução do Bloco de Esquerda, conforme já referiu o camarada, Deputado Rodolfo Franca, a qual apoiamos. No entanto, e face ao maior impacto que todo este processo poderá ter nos alunos, nas famílias, nos professores mais vulneráveis e em situação de risco, quer pela ansiedade e tensão causadas pelo medo da pandemia e pelo isolamento social, quer pelo agravamento do risco de exposição a situações de violência doméstica, gostaríamos também de recomendar ao Governo Regional, e em particular à Sra. Secretária Regional da Educação, que o desenvolvimento do estudo proposto neste projeto de resolução dê particular atenção aos efeitos do encerramento das escolas no bem estar, saúde física e mental dos alunos, bem como das suas famílias e

professores, por forma a sustentar a construção de respostas que garantam, de forma concertada e articulada, o devido apoio psicológico e emocional.

Disse.

Voz não identificada: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução, que nos é trazido pelo Bloco de Esquerda, tem alguns méritos e também um demérito.

Os méritos são aqueles que se prendem com a pertinência desta matéria, pela sua relevância, pela importância que tem, o impacto do ensino à distância no conjunto das aprendizagens e competências que os nossos alunos deviam ter desenvolvido e que infelizmente não foram de todo alcançadas pelas implicações que naturalmente traz esta modalidade de ensino.

O demérito que resulta desta iniciativa do Bloco de Esquerda na verdade não lhe pode ser atribuído e esse demérito é de nós termos de volta um PS arrogante, um PS com sobrançeria, um PS que continua a injetar as responsabilidades que teve e tem no estado em que a Região está em resultado de 24 anos de governação. E de facto só essa sobrançeria terá permitido ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista vir fazer um conjunto de depreciações e de críticas a quem está efetivamente há apenas 49 dias em plenas funções, desresponsabilizando-se de 24 anos de exercício do poder.

Portanto, isto serve para dizer que as desigualdades que hoje importa corrigir no nosso sistema educativo regional, a necessidade de um plano para minimizar problemas, tudo isso é verdade, mas é a consequência mais óbvia e mais imediata da governação socialista e do estado a que ela deixou os Açores, designadamente também no plano da educação.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, permita-me que lhe diga que efetivamente hoje é necessário fazer aquilo que é preciso fazer, mas aquilo que hoje é preciso fazer é que os dias de hoje nos impõem, mas aquilo que quem nos antecedeu efetivamente não fez.

O mérito desta iniciativa do Bloco de Esquerda também nos leva para a avaliação daquilo que foi o trabalho do Governo Regional do Partido Socialista no cumprimento da resolução que este Parlamento aprovou por maioria em maio passado, no dia 7, de uma iniciativa do CDS/PP, que lembro, recomendava ao Governo Regional disponibilizar meios informáticos a todos os professores, disponibilizar meios de acesso gratuito à internet para docentes e alunos e facultar aos alunos os meios necessários para a aquisição de equipamento informático através daquilo que o CDS/PP propunha, e que também lembro o Partido Social Democrata votou favoravelmente com plena adesão a esse princípio, que era através da atribuição de um cheque digital.

Portanto, importava hoje saber aqui, antes de avançarmos na apreciação desta iniciativa do Bloco de Esquerda, saber exatamente o que é que foi feito neste domínio, porque os 2.500 computadores a que se reporta o Grupo Parlamentar do Partido Socialista são efetivamente uma gota de água no conjunto das necessidades que os nossos alunos (e já estou a falar só dos alunos) têm ainda hoje, porque o levantamento que o Governo Regional do Partido Socialista em tempos promoveu, o levantamento das condições de comunicação que os alunos poderiam dispor quando se arrancou com o ensino à distância e a sua continuação e até no final do ano, o levantamento que foi feito, foi um levantamento insuficiente, foi um levantamento, diria até melhor, deficiente, porque não objetivava exatamente as condições reais de cada aluno. Perguntava tão só se o aluno dispunha de algum meio de comunicação que podia ser o computador, podia ser um tablet ou podia ser um telemóvel. Nem sequer chegou ao rigor de perceber se era efetivamente um smartphone, mas mesmo se

fosse um smartphone nós sabemos que as valências funcionais destas tipologias de equipamento são muito diferentes e daí também resultam oportunidades de manuseamento e conseqüentemente de aprendizagens diferentes.

Mas também não tivemos em consideração qual o número de alunos no agregado familiar que disporia ou não de um desses equipamentos, além daquelas situações em que havendo só um computador em casa, ele para além de ser partilhado por dois ou mais filhos, ainda servia também, em alguns casos, para resolver o problema de teletrabalho a que estava sujeito algum ou ambos os membros do casal.

Portanto, o que nós hoje temos é efetivamente esta insuficiência de meios para o ensino à distância que muitas vezes e bem a Sra. Secretária Regional da Educação tem mencionado, porque deixámos efetivamente passar a oportunidade de cumprir com a recomendação que este Parlamento por maioria aprovou, digo por maioria porque convém também recordar que sobre essa proposta se absteve o Bloco de Esquerda e aí está uma das suas incoerências, mas sobre elas falarei mais tarde, numa segunda intervenção.

Nesta, termino só lamentando que a despesa que a Região realizou em 2009, de cerca de quatro milhões de euros a preços de hoje, na altura três milhões e meio de euros, com um computador chamado Magalhães, apenas para se manter ou prosseguir com uma moda iniciada por José Sócrates, não teve qualquer efeito sobre as competências digitais dos nossos alunos, não teve qualquer efeito de acréscimo às competências que os nossos alunos desenvolveram. Foi apenas um desperdício, cuja responsabilidade devia ser apurada, mas que politicamente está identificada e que por isso mesmo aqui deixo censurada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiro e antes demais, queria deixar uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos alunos, aos professores, à comunidade escolar, às famílias, na verdade isto têm sido tempos desafiantes, não tem sido fácil e todos eles têm dado o seu melhor.

Toda esta situação pandémica que estamos a viver levou a ser necessário tomar medidas de contingência e que no caso da educação levou a alterações na forma de fazer chegar o ensino aos nossos alunos, partindo-se para o ensino à distância.

É verdade que foi novo para alunos, para professores, para encarregados de educação e até para a comunidade escolar de uma forma geral.

O CDS sempre defendeu a necessidade da criação de condições para todos os alunos abrangidos para que tivessem os meios necessários por forma também a diminuir e a tentar diminuir as desigualdades que sabemos que este tipo de ensino traz e, como tal, e até já foi referido aqui pela intervenção anterior, apresentámos em abril passado uma resolução que recomendou ao Governo quatro pontos resolutivos: garantir que os professores tivessem acesso ao computador para uso educacional, aqueles que não tivessem, promover também computadores ou tablets aos alunos e conceder o acesso também de internet, de banda larga, aos professores e aos alunos e a criação de uma rede também de apoio tecnológico à iliteracia digital de forma a permitir a implementação de apoio aos professores e alunos, isto porque a verdade é que as desigualdades iam-se afunilando e também as necessidades quer de professores, alunos, de famílias para tentar dar o apoio aos alunos, tendo sempre a consciência de que o ensino à distância não substitui, digamos assim, o ensino presencial, mas foi a forma encontrada para tentar reagir perante a situação em que estávamos a

viver. Sabemos que nesse tipo de ensino temos alunos que já no ensino presencial necessitam de necessidades especiais, temos alunos que têm um apoio no ensino presencial e tentar criar os meios para tudo isso fosse colmatado quando eles estivessem em casa no ensino à distância, conhecendo que também temos aqui as famílias que têm um papel fundamental. Temos alunos que até têm um acompanhamento adequado e conseguem acompanhar e conseguem acompanhar este tipo de ensino, como temos alunos em que os encarregados de educação tentam dar o seu melhor, mas não têm condições para o fazer, porque não estão integrados com a tecnologia, com diversos constrangimentos e temos, entretanto, os encarregados de educação que até podem considerar que o ensino à distância é sinónimo de férias.

Portanto, tem aqui muitos fatores que fazem com que estas desigualdades sejam cada vez maiores e neste sentido é que apresentámos esta iniciativa.

Ao longo da discussão, e pegando agora na iniciativa do Bloco e no ponto dois e três, que são aqueles que são coincidentes com a iniciativa que apresentámos, que é garantir os computadores e o acesso à internet aos alunos, queria dizer que nessa discussão do diploma do CDS em maio passado o Bloco de Esquerda dizia o seguinte: “Ligações à internet em condições para todos os alunos e professores também não seria possível num espaço de um mês, nem mesmo, atrevo-mo a dizer, no espaço de um ano, até porque não é só uma questão de custos de acesso. Temos de ter em consideração que nem todas as ilhas, nem todas as freguesias, melhor dizendo da Região, conseguem ter acesso à internet móvel ou à internet fixa de banda larga. Há freguesias de algumas ilhas que simplesmente não têm acesso, por exemplo, à internet móvel que seria muitas vezes a única forma facilitada de acesso.”

E como tal aqui o Bloco na altura reconheceu que existiam estes constrangimentos em poder implementar a internet, fazê-la chegar aos alunos, mas agora, não sei se existiu alguma revolução tecnológica na Região que o

Grupo Parlamentar não se tenha apercebido, querem implementar isto tudo no prazo de uma semana. Como tal, parece-nos aqui uma grande incoerência.

Também dizer, e no que concerne ao ponto 1 e ao estudo, e apesar de reconhecer e nós sempre defendemos a necessidade de tentar diminuir essas desigualdades que reconhecemos que este tipo de ensino gera muitos constrangimentos e que também não sabemos que repercussões é que isto terá no futuro, é certo!, mas quando é proposto aqui um estudo parece-nos, a nós, que este estudo é feito de uma forma universal, como se todas as escolas que estão em ensino à distância fossem iguais e a verdade é que não é.

Cada escola tem uma especificidade e parece-nos que teria de ser dado aqui, não feito um estudo implementado em que diz quais são as estratégias a implementar para atenuar esses principais impactos, mas também aqui os professores que conhecem os seus alunos, conhecem as suas escolas, conhecem a sua realidade escolar, têm que dar aqui um importante contributo na definição destas estratégias. Não nos parece a nós que seja possível a criação de estratégias sem ter estes agentes a trabalhar na implementação dessas estratégias.

Parece-nos também a nós, e quando vamos estudar o impacto que este tipo de ensino vai ter, considerar apenas o ano letivo 2020/2021, quando no ano letivo passado tivemos as escolas encerradas. Portanto, parece-nos aqui que era necessário ajustar, tendo a consciência de que isto é uma resolução, mas como tal apreço-nos a nós que existem aqui alguns aspetos que era necessário esclarecer.

Mas na altura, e voltando outra vez atrás, da iniciativa do CDS o Bloco absteve-se e absteve-se, porque dizia que aquilo era um projeto de resolução que não permitia a votação na especialidade, porque concordava com os pontos e discordava com outros e levou à abstenção. Parece-nos a nós que esse princípio, até porque era o defendido pelo Bloco, se calhar deveria ter sido mantido,

quando apresentaram esta iniciativa, uma vez que se na altura sentiram na pele essa questão do querer aprovar algumas medidas e outras não concordavam, até agora aquando nesta iniciativa, mantendo essa coerência até, se calhar, deveríamos estar aqui perante outra iniciativa legislativa.

Portanto, queria dizer à Sra. Deputada Alexandra Manes que se o Governo de hoje é a oposição construtiva de ontem, o Bloco do Governo anterior certamente não é o Bloco do Governo atual.

Quanto àquilo que foram as intervenções do Sr. Deputado Rodolfo Franca quero dizer-lhe que algumas delas não sei como é que o senhor pode dizer aquilo que disse desresponsabilizando o Partido Socialista, ou dizendo como se este tivesse feito tudo o que era possível e que agora o Governo atual é que baixou os braços.

Primeiro quero dizer-lhe que não foi em meia dúzia de dias que implementou nada, foi em quatro semanas que o ensino à distância foi implementado e que se esta iniciativa do CDS tivesse sido concretizada na íntegra não estávamos agora a ter as dificuldades que estão a ter as escolas, os alunos e tudo o que estamos aqui a discutir, porque isto já tinha sido ultrapassado e a única dificuldade que poderia eventualmente existir era, existindo a mudança de modelo, tínhamos alunos do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo também a fazer ensino à distância. Portanto, era algo até fácil de resolver, digo eu, mas o problema que está aqui é que o Governo tem que estar a resolver aquilo que os senhores não conseguiram resolver e implementar também aquilo que entende como certo para a educação na Região.

Não pode dizer que o Governo baixou os braços só porque tem uma ideia diferente do anterior Governo. Como tal, não acho que tenha sido essa a postura da Sra. Secretária, antes pelo contrário, acho que tem sido (e até mesmo nos trabalhos de comissão) sempre uma pessoa que explana as coisas de uma forma transparente, de uma forma aberta, com a experiência que tem quer política,

quer também enquanto docente e como tal não sei onde é que o Sr. Deputado vê que o Governo baixou os braços ...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: ... e até o próprio Programa do Governo falava em dotar em escolas com equipamento informático e como tal não podemos aceitar que o senhor agora chegue aqui a dizer que o Governo é que baixou os braços e que estava tudo feito. Não estava! Era impossível estar! Porque ninguém estava preparado para este tipo de ensino.

Portanto, estas declarações realmente não são aceitáveis.

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Quero voltar a dizer que esta é matéria que o CDS esteve sempre atento, deu os seus contributos e continua com esta postura de tentar trabalhar sempre para que estas desigualdades sejam diminuídas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

O CDS/PP esgotou o seu tempo para o debate desta iniciativa.

A Mesa não tem mais inscrições neste momento.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente.

Presidente: Se faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Pedro Neves, peço a palavra.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, Carlos Furtado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, em nome do Governo Regional gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Educação.

Presidente: A Secretária Regional da Educação está inscrita.

Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, está a ouvir-me?

Paulo Estêvão do PPM.

Presidente: Paulo Estêvão está inscrito, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Nuno Barata, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, para inscrever o Sr. Rodolfo Franca.

Presidente: Sr. Deputado Rodolfo Franca, está inscrito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É para inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, está inscrito.

Pergunto se há inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Gostaria de inscrever a Deputada Alexandra Manes.

Presidente: A Sra. Alexandra Manes, está inscrita.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, se me permite, por lapso eu não inscrevi também a Sra. Deputada Célia Pereira e gostaria de inscrevê-la também nesse ponto.

Presidente: Sra. Deputada Célia Pereira, está inscrita, Sr. Deputado.

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero antes demais dizer que foi com bastante dificuldade que tive de ouvir uma quantidade enorme de demagogia em variadíssimas intervenções que ouvi antes desta minha intervenção e essa demagogia e também o aproveitamento político de algo que supostamente todos os partidos tinham que apoiar e tinham que olhar para o presente e para o futuro, com as circunstâncias que nós vivemos que não são nada fáceis para as famílias e todos devem saber que existe uma diferenciação digital devido à nossa diferenciação económica do povo açoriano e para dizer ao Sr. Deputado, neste caso à filha do Sr. Deputado Pacheco do Chega, que a filha tem sorte do pai ser deputado e ter dinheiro se calhar para pagar um telemóvel que consiga obviamente dar o Word, ver pela webcam... O povo açoriano não tem essa sorte se calhar, não tem também um valor económico que seja aprazível para a família e que isso começa a ser bastante difícil. Até mesmo pelo telemóvel, ter um ensino à distância pelo telemóvel não é sem dúvida a ferramenta mais adequada para um aluno em termos de pedagogia e de aprendizagem.

Nós temos uma diferenciação digital, a pandemia assim o mostrou, porque a pandemia não é igual para todas as pessoas dentro do contexto açoriano. Há pessoas que têm grandes dificuldades e é isso que nós temos que obviamente ter em conta.

Os jovens com meios socioeconómicos mais parcos têm obviamente mais dificuldade relativamente a esse ensino. Isso está provado, foi provado e continuará a ser provado e sem dúvida que obviamente o ensino à distância não é a perfeição, é simplesmente uma ferramenta que se adequa às circunstâncias e nós temos que dar as ferramentas necessárias para todos os alunos, porque senão continuamos como as gerações sempre anteriores, como aquilo que sempre tivemos: as pessoas com mais meios económicos eram as pessoas que conseguiam obviamente ter uma educação um pouco mais justa do que as pessoas que tinham parcas dificuldades económicas. Continuamos a ver essa

situação, continuamos a ver uma situação onde a maior parte das crianças onde os pais não têm possibilidade económica de ter a ferramenta necessária para os alunos conseguirem, de uma forma igualitária, aproximar aos outros colegas ... Vimos é ao contrário. Vimos até que poderá haver um ensino onde não consegue haver sequer um aproveitamento pedagógico essencial, o normal, e que nós, como atores políticos, como o Governo Regional, temos de dar essas ferramentas adequadas dentro do estado de direito.

Eis que obviamente apoiamos totalmente esta iniciativa, apoiamos totalmente também um estudo psicológico de como pode haver afetação ou não relativamente tanto ao teletrabalho, como também obviamente à telescola. Não é normal, nós somos seres sociais e isso sem dúvida vai haver, ou já existe algumas consequências relativamente à parte psicológica que tanto é importante.

O ensino à distância sem dúvida tem constrangimentos, é uma ferramenta que tem de ser usada devido à pandemia e que essa avaliação ... talvez o abandono escolar, tem de haver um cruzamento desses dados, entre o sucesso escolar, entre os baixos rendimentos, entre obviamente um possível abandono escolar que vai existir. Daí o PAN apoia, sem demagogia nenhuma, sem valor de uma pessoa tem um telemóvel consegue ver, consegue ter telescola, isso é mentira, isso não é verdade e não é a ferramenta sequer adequada para conseguimos de forma educativa termos o mesmo sucesso de quem tem um portátil, de uma criança que tem um portátil e consegue ter um trabalho bem mais profícuo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, defesa da honra.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Neves esgotou o seu tempo para este debate. O Sr. Deputado, penso que, José Pacheco estava a pedir a palavra para?

Deputado José Pacheco (CH): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Pode-me indicar quais foram as expressões utilizadas pelo Sr. Deputado Pedro Neves que o levam a usar essa figura regimental?

Deputado José Pacheco (CH): É quando o Sr. Deputado Pedro Neves diz que eu tenho de dar um recado à minha filha. Eu explico-lhe já qual é o recado que dou.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Eu gostava de explicar ao Sr. Presidente, peço desculpa, e com toda a simpatia que até tenho pelo Sr. Deputado Pedro Neves, mas gostava de explicar ao Sr. Deputado Pedro Neves.

Eu sou deputado há dois meses, eu não fui deputado toda a minha vida. Quando a pandemia começou eu sofri na pele as contingências que todos os empresários sofreram. Eu cheguei a estar dois meses sem receber um único cêntimo, porque é assim quem trabalha na vida privada. Os senhores não conhecem isso, mas eu conheço, senti na pele.

Para lhe explicar que o telemóvel que a minha filha tem é muito inferior aos telemóveis que os colegas têm que vivem do rendimento mínimo.

Muito obrigado, Sr. Deputado, mas eu ando na rua, o senhor não anda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado Pedro Neves se quer dar alguma explicação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sim, queria.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** É só a dizer que eu não quis deixar um recado à filha do Sr. Deputado. Eu nunca faria uma coisa dessas. Eu tenho o meu limite e obviamente que não iria fazer esse desrespeito.

O que disse é que a filha do Sr. Deputado tem a sorte de ter um pai que é deputado, com um ordenado um pouco acima da média do povo açoriano. Foi a única coisa que eu quis dizer, neste caso é uma forma até positiva, porque o meu filho obviamente favorece exatamente do mesmo modo. Eu também sou

deputado há dois exatamente e tive as mesmas dificuldades que o Sr. Deputado José Pacheco do Chega.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Então limite a sua oração nesse tipo de discurso!

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, os apartes não são permitidos.

Deputado José Pacheco (CH): Peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção mais lúcida que vi até agora em todo esse debate foi a intervenção precisamente do Deputado José Pacheco que, sem filtros, disse efetivamente aquilo que é a realidade do ensino e das famílias na Região.

Infelizmente, por altura do começo da pandemia os pais dos alunos interessados, os pais também eles interessados não se pouparam a custos para resolver o problema dos filhos. Saíram de casa para comprar computadores a 400€, que já não havia, a 500, que já não havia, eram a 700, ou a 800, ou a 1.000€, eram ao preço que havia, e essas pessoas tiveram que fazer esforços às suas vidas, fazer créditos, que ainda hoje os estão pagando, para comprar os equipamentos que os filhos precisavam, porque o estado não lhes deu nada, porque eles eram ricos. Eles eram ricos, porque provavelmente ela saia de casa para ganhar 600€ e ele saia de casa para ganhar outro tanto. Tinham a renda de casa para pagar, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine.

O Orador: ... uma prestação de casa, tinham IMI para pagar, tinham todos aqueles custos que a classe média que nos está a ouvir bem sabe quais são, mas que mesmo assim teve que comprar os computadores a 800 e a 1.000€, cujo o

IVA desses computadores dá para pagar metade de um computador desses que agora será dado àqueles que não podem comprar o computador, porque se calhar há pouco tempo compraram uma playstation 5, ou um iphone, porque para determinadas crianças ou jovens da nossa sociedade o iphone ...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, agradeço que termine. Já esgotou o seu tempo, se faz favor.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente.

No entanto, é preciso perceber que essas famílias, essa classe média, é que é o suporte dessa economia, é que é o suporte desse país. São eles que nos pagam o ordenado e é para eles que devemos ter a devida atenção.

Uma palavra ainda de reconhecimento para os professores que de forma exaustiva têm feito o seu trabalho, têm cumprido a sua missão e para os pais, para aqueles pais que têm cumprido a sua parte neste difícil tempo de pandemia, porque aos outros obviamente que temos que ter uma palavra de apreço, temos que ter um gesto de cordialidade, de tentar promover o bem estar também desses outros, mas obviamente não podemos nunca esquecer aqueles que se esforçam para dar as condições aos seus filhos com o esforço do seu trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Vou começar por fazer uma citação também de Churchill: “Um otimista vê uma oportunidade em cada calamidade e um pessimista vê uma calamidade em cada oportunidade.”

Pois, os verdadeiros otimistas nesta situação são os professores, os educadores e o pessoal não docente que monta este dito ensino à distância para nós não deixarmos no vazio as nossas crianças. Portanto, é efetivamente preciso fazer diagnósticos que apontem caminhos e aqui concordo plenamente com a Sra. Deputada Célia Pereira.

Quanto às declarações do Sr. Deputado Rodolfo Franca eu nunca disse que o Governo anterior nada fez, assim como nós também gostaríamos de saber em que é que derrotámos ou que teremos posto em causa as ações que o Governo anterior tenha feito. Pelo contrário! Começámos a complementá-las, Sras. e Srs. Deputados.

Assim que tomámos posse em reunião com os conselhos executivos das nossas escolas pedimos-lhes previamente para fazerem uma avaliação e balanço livre deste modelo de ensino à distância, que é mais um ensino remoto do que um verdadeiro ensino à distância, mas depois poderemos lá chegar se assim entender, sendo que na sequência dessa avaliação feita por todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional fizemos um guião do ensino à distância quer para as escolas, quer para os encarregados de educação, que foram construídos não do topo para a base, mas construídos precisamente pelos conselhos executivos das nossas escolas e com transparência demos orientações para podermos colmatar problemas que estavam detetados pelas nossas escolas no ensino à distância.

Nesse guião consta a obrigação de se voltarem a fazer avaliações periódicas nas escolas no modelo e da forma como o ensino à distância está a ser implementado assim que as escolas reabrirem e, portanto, na exata medida em que na ilha de São Miguel algumas escolas vão reabrir nos ensinamentos pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo, que o fazem porque são precisamente estes ciclos de ensino onde há menor autonomia e é preciso ter uma atenção específica para com estes

alunos no ensino à distância, estas escolas a partir da próxima semana já farão uma primeira análise e avaliação do ensino à distância.

Não pretendemos com isto instituir um modelo daquilo que as escolas cumpriram ou não cumpriram, mas efetivamente percebermos como esteve a funcionar o modelo de ensino à distância.

Quanto à proposta do Bloco de Esquerda que foi avançada numa audição que me foi feita na Comissão de Assuntos Sociais e na qual tive a oportunidade de dizer que, à partida, partilharíamos da opinião, da necessidade, de se fazer uma avaliação deste modelo de ensino à distância de uma forma mais lata. Contudo, fazendo a ressalva de que nós não queremos um modelo que faça um carimbo, uma avaliação que faça um carimbo no ensino à distância, mas que pelo contrário nos permita avaliar o sistema e nos permita definir políticas educativas que sejam adequadas.

Ora, no nosso entendimento isso só se faz ouvindo quem está realmente no terreno: os professores, os educadores, as nossas escolas, as associações sindicais.

É por isso que propomos, no seguimento também desta proposta do Bloco de Esquerda, que seja instituída uma comissão de trabalho por parte da Assembleia Legislativa Regional que possa, auscultando quem efetivamente está no terreno e conhece as especificidades do modelo de implementação do ensino à distância, orientar relativamente à definição dos critérios reais e adequados para se constituir um tal modelo de avaliação como o Bloco de Esquerda propõe.

Já no que concerne à distribuição de material, e porque é importante voltar a fazer um ponto de situação, como também fiz na audição da Comissão dos Assuntos Sociais (aliás, gostaria de saber que questões foram colocadas a este Governo que não tenham sido respondidas, mas avançando), informar-vos que da situação que nós tínhamos em 2019-2020, nós tínhamos 6.336 computadores nas nossas escolas, dos quais, segundo a avaliação das escolas, 3.604 são

considerados em estado apenas muito bom, bom ou razoável. Portanto, cerca de metade não estavam em estado sequer razoável.

Destes computadores apenas 1.585 são para uso exclusivo dos alunos, sendo que dos quais também 317 não estão considerados pelas escolas como estando em bom estado.

As escolas também disponibilizaram aos alunos 1.920 computadores portáteis, estes sim portáteis, que são os computadores que eram disponibilizados para o atelier do código e que foram disponibilizados numa primeira fase do ensino à distância aos nossos alunos e o Governo anterior também adquiriu, na sequência, creio, das propostas que foram apresentadas pela Assembleia Legislativa Regional, 500 portáteis para uso dos nossos alunos.

Ora, isso implica que nós tenhamos um número líquido de computadores disponíveis para os nossos alunos neste momento inferior a quatro mil. Esta é a realidade com que nos deparámos. Mas não esqueçamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do grande esforço que fizeram também as nossas autarquias nesta primeira fase para darem apoio aos alunos dos seus concelhos relativamente à disponibilização de material informático.

O material que os alunos utilizaram não foi exclusivamente o material das nossas escolas, foi também o material adquirido e muito bem com o apoio das nossas autarquias, de todos os espectros políticos. Portanto, este material, obviamente de lá para cá, não desapareceu. Aquilo que este Governo Regional está a fazer é complementar na medida do possível e das necessidades que nos vão sendo apuradas pelas escolas dando cumprimento aos pedidos que nos sejam feitos.

Este ano, na primeira audição que fiz na Assembleia Legislativa Regional, dei informação de que tínhamos na altura distribuído 337 hotspots de acesso à internet pelas nossas escolas, pois neste momento já foram 672, porque foi correspondente na exata medida dos pedidos que nos foram chegando das

nossas escolas, aos quais a Secretaria Regional da Educação correspondeu. Portanto, estamos a falar de pontos de acesso à internet que aumentaram de 15 para 30 Gigas de capacidade relativamente ao que era feito o ano passado, porque essa foi a avaliação que foi feita, num total de 672 entregues este ano às escolas da ilha de São Miguel.

Também adquirimos, estamos em via de conclusão desse processo, 69 portáteis que também correspondem na exata medida às necessidades que as escolas nos fazem chegar.

Para além disso, a Secretaria Regional da Educação negociou com um operador com o qual o Governo trabalha, um operador de comunicações, uma plataforma de comunicação que permita que as nossas escolas possam comunicar massivamente com os encarregados de educação. Foi necessário fazermos uma negociação para que essa plataforma pudesse ser usada pelas 40 unidades orgânicas, que era um modelo que não existia, e que permite que as escolas possam comunicar com os encarregados de educação.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, não passa pela cabeça de ninguém, muito menos por quem é professor, entender que se um professor precisar mesmo de falar com um encarregado de educação que vai prescindir do seu telemóvel. A maioria deles não o faz.

Agora aquilo que nós não podemos presumir é que a responsabilidade da comunicação compete aos professores e aos educadores. Essa responsabilidade é uma responsabilidade que é do Governo Regional e é na exata medida que esta plataforma de comunicação foi criada, não para coartar qualquer comunicação das escolas, mas na assunção de uma responsabilidade que é do Governo Regional.

Mas a realidade das nossas escolas e respondendo a um desafio que foi feito pelo Sr. Deputado Nuno Barata que ainda não interveio neste debate, mas na sequência de uma intervenção anterior que fez e também na Comissão dos

Assuntos Sociais, a nossa realidade com o mundo digital não se encerra a um ensino remoto, a um ensino online, a um ensino à distância. É uma realidade que é mais exigente nos dias de hoje e como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata é quase como uma substituição da antiga ardósia, mas é mais, porque a necessidade de um acesso a um computador por parte dos nossos alunos não é apenas funcional, é absolutamente necessária para que os nossos alunos possam desenvolver e adquirir pensamento computacional e é por isso que o Governo Regional já a pensar no futuro, no desenvolvimento que a nossa educação tem que ter e na imperiosidade de nós termos desenvolvimento a nível digital nas nossas escolas e no nosso ensino, está neste momento a diligenciar para que sejam adquiridos, portanto, num processo que já se iniciou, quatro mil computadores portáteis e mil tablets, mais do que duplicando o material existente neste momento nas nossas escolas e que sejam realmente funcionais.

Portanto, com isto e terminando, Sr. Presidente, dizer que as pretensões e as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda de que seja dado encaminhamento aos pedidos das escolas pela minha exposição creio que ficam aqui explanadas as deliberações e as orientações que a Secretaria Regional tem tomado no sentido de dar cumprimento às necessidades das escolas, mas mais também nesta visão de futuro do trabalho que já estamos a fazer para podermos adquirir estes cinco mil equipamentos que poderão dotar os nossos alunos de uma outra capacitação e, como vos dizia, mais do que duplicar a capacidade existente neste momento nas nossas escolas em toda a Região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras no âmbito da discussão desta iniciativa são no sentido de dar uma palavra de apoio aos nossos professores, aos nossos alunos e às nossas famílias que estão a enfrentar esta situação e que têm, para além de todo o apoio institucional que está a ser dado, contribuído muito efetivamente para tentar minorar a situação criada.

Lembro que o Governo Regional chamava a estes professores os professores que eram professores do século XX. Estes professores demonstraram, ao longo de todo este período, que são professores do século XXI, são professores solidários, os nossos alunos, a maior parte das nossas famílias, grande parte, fizeram um grande, grande esforço, como aqui ficou já até testemunhado por parte dos deputados que me antecederam.

Devo dizer também que nesta matéria eu não tenho nenhuma dúvida que esta geração vai pagar um preço muito alto em relação à situação da pandemia, no efeito que ela teve no sistema educativo. Não tenho, em relação a isto, nenhuma dúvida. Aliás, os estudos apontam nisso. Há um impacto tremendo no ponto de vista das aprendizagens, nomeadamente em relação aos mais desfavorecidos. Isto é absolutamente inegável.

É por isso importante que se faça este estudo. Eu concordo que se faça este estudo. Eu não consigo perceber e a pergunta que deixo à Sra. Deputada Alexandra Manes é a seguinte: tendo em conta que o ensino à distância já decorreu no ano letivo 2019/2020 e que é importante que o estudo seja o mais completo possível, porque é que não se faz também a análise do ano letivo anterior?

Até porque para o estudo da universidade é evidente que o trabalho é mais completo e evidentemente que nós queremos avaliar. Esta não é uma avaliação ideológica. Não é a avaliação do Governo do PSD/CDS/PPM, ou do PS, ou de outro qualquer, é uma avaliação que tem de ser objetiva. Portanto, vamos avaliar o período todo e obviamente, é a minha opinião, que um estudo que se

quer científico e um estudo que se pretende também apontar caminhos no sentido de mitigar estes efeitos, porque eles existiram, estes alunos foram claramente prejudicados, é importante que também se possa fazer uma avaliação o mais completa possível.

Por isso, deixo essa pergunta à Sra. Deputada Alexandra Manes: porque é que o ano letivo 2019/2020 fica fora dos objetivos do Bloco de Esquerda?

É incompreensível para mim. Deixo essa pergunta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nunca pensei assistir nesta Casa a tantas vezes ser Winston Spencer Churchill citado, o “urso velho” como dizia Joseph Stalin há de estar a dar voltas no túmulo.

Cita-se Churchill, cita-se Nemésio, cita-se Antero, cita-se Natália, citam-se os intelectuais todos por este mundo fora, mas é-se inconsequente na construção dos ideais que esses mesmos intelectuais construíram em prol da humanidade e é por isso que a leviandade de algumas medidas e a leviandade de algumas resoluções trazem inconsequência na sua aplicação prática. Eu não diria uma única palavra que não fosse que a minha intervenção está prejudicada pela intervenção da Sra. Secretária Regional da Educação senão fosse para precisamente dizer isto: honremos o passado dos nossos intelectuais e construamos, sejamos capazes de construir um futuro para os nossos jovens, para os nossos menos jovens capazes de chegarem a ser intelectuais num futuro muito próximo.

Eu vou repetir aquilo que tenho dito em outros fóruns por esta Região fora: não há outro elevador social, não há outra forma de combater a pobreza que não seja pela educação. É inadmissível que ainda haja crianças e escolas nesta Região

que não tenham um acesso de banda larga e um computador, seja ele portátil, seja ele desktop, seja ele o que for, porque vou repetir aqui o que disse já há pouco, o que disse ontem, o que disse na Comissão dos Assuntos Sociais: um computador hoje substitui a pedra de ardósia, substitui a sebenta para aqueles que não se lembram da ardósia, substitui o caderninho de capa preta para aqueles que não se lembram da sebenta, substitui as folhas A4 num dossier Amber para aqueles que não se lembram do caderninho de capa preta. Portanto, sejamos capazes de construir esta mudança, de construir de facto um novo tempo para os estudantes e para as crianças açorianas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Num minuto. Estão a ouvir-me, Sr. Presidente?

Presidente: Estamos, sim senhor. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado.

Eu julgo que o Sr. Deputado Joaquim Machado, com todo o respeito que tenho por ele, não percebeu o que eu disse.

Não sei se trazia um escrito de casa, mas exatamente o que o Sr. Deputado Joaquim Machado disse efetivamente não corresponde àquilo que eu disse, porque aquilo que eu disse foi que assumíamos que não fomos perfeitos e depois o que se passa é o Sr. Deputado Joaquim Machado dizer que somos arrogantes. Não consigo perceber onde é que uma coisa encaixa com a outra. Muito honestamente há aqui uma falha qualquer, deve ser um problema meu talvez.

Já que estamos na senda das frases, eu gosto muito mais de citar, por exemplo, Angela Merkel que diz que “culpar os predecessores é uma saída fácil e medíocre”.

Esta frase para mim é muito melhor do que qualquer uma das outras que já aqui dissemos hoje e assenta que nem uma luva naquilo que nós estamos aqui a fazer.

O que eu vejo constantemente e oiço é o Governo Regional e os deputados que o apoiam permanentemente a falar do passado, mas o que eu queria era ouvir aqui hoje (e o tempo está a se acabar) é qual é o plano que se tem para o futuro. É isso que importa.

O que foi feito não foi perfeito, volto a dizer. O que será feito, não vai ser perfeito, agora o Grupo Parlamentar do PS está inteiramente disponível para colaborar no trabalho futuro e não me parece correto, não me parece me vá ter bom fim continuar a conduzir o veículo do Governo de olhos postos no retrovisor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa coisa, nesta intervenção, vai ser possível que é concordar pelo menos numa parte com aquilo que disse o Sr. Deputado Rodolfo Franca, que é sobre esta remissão para o passado. É verdade, Sr. Deputado, concordo consigo. Nós hoje temos que nos centrar principalmente no futuro, mas aquilo que queremos fazer amanhã depende muito do que foi feito até hoje, portanto, sem essa premissa dificilmente nós conseguimos traçar rumos, mas permita-me que lhe diga que tenho de o felicitar nessa sua atitude de querer esquecer o passado.

Não creio que seja esse passado mais recente, não creio que seja só para aligeirar as responsabilidades que nisso tem o Partido Socialista, agora há de convir que a sua postura sobre esta matéria diverge muito de alguns deputados da sua bancada que já no decurso desta legislatura continuaram a falar daquilo que se passou antes de 1996, mas sobre isso voltaremos ao assunto.

Queria dizer o seguinte: no dia 7 de maio de 2020 as palavras eram estas “é já tempo de ir preparando o *day after*. Na educação isso passa pelo desenvolvimento do ensino à distância como alternativa do método presencial tradicional, algo que requer duas coisas: investimento em tecnologia e investimento em formação.”

As palavras foram do Secretário Regional da Educação do Partido Socialista. Infelizmente, pouco mais além foram do que as simples palavras, porque como já se viu, e a Sra. Secretária Regional aqui fez um balanço efetivo daquilo que são as condições tecnológicas que o nosso sistema de ensino dispõe hoje, pouco se avançou nesta matéria e se se avançou algum bocadinho, também como já aqui foi referido, foi pela circunstância de algumas autarquias de todas as cores partidárias se terem colocado também na primeira linha na defesa dos alunos dos seus concelhos disponibilizando-lhes equipamentos. Só é pena que hoje, apenas pela circunstância do Governo Regional já não ser do Partido Socialista, algumas se recusem a continuar com esse trabalho.

Indo concretamente à resolução do Bloco de Esquerda, naturalmente que estamos de acordo com a necessidade de se fazer o diagnóstico de um estudo sobre o impacto do confinamento e do ensino à distância consequentemente no desenvolvimento das aprendizagens e das competências que os nossos alunos deviam ter feito durante não só este ano, mas como aqui também já foi sublinhado e isso é um desafio para o próprio proponente fazer a alteração, para que tenhamos também em consideração o ano letivo 2019/2020.

Ainda sobre o estudo naturalmente que nós entendemos que deverá ser a Universidade dos Açores a fazer o seu trabalho para nos facultar esta informação com o cunho científico que ela naturalmente é capaz de dar, mas julgo que esta recomendação ao Governo Regional devia ter uma outra latitude pela circunstância de eventualmente a Universidade dos Açores não dispor de meios ou ter disponibilidade para realizar este estudo que a sua realização não ficasse inviabilizada apenas pela circunstância de se recomendar que seja esta instituição universitária a fazer.

Ainda sobre esse estudo há aqui um aspeto para o qual o PSD naturalmente chama a atenção não podendo subscrever estritamente nos termos em que a recomendação está redigida e que é esta, desse estudo preliminar, dessa avaliação sobre o ano letivo 20/21 se fazer até ao fim do ano letivo. O fim do ano letivo é o dia 22 de junho. Ora, nós estamos sensivelmente ... março, abril, maio, junho ... a quatro meses dessa data limite que o Bloco de Esquerda fixa, portanto, não nos parece que isto seja um tempo razoável. Concordamos com a realização do estudo, que ele tanto quanto possível seja realizado pela Universidade dos Açores, mas que possa ser realizado por outra instituição se a primeira a isso não responder favoravelmente e que o âmbito temporal do estudo seja ano letivo passado e este ano letivo e o prazo para sua entrega mais dilatado.

Quanto ao equipamento informático ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço eu termine.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

... gostava só de dizer duas coisas. Primeira, é que o Bloco de Esquerda pouco ou nada disse durante as 38 semanas em que o Partido Socialista governou depois da aprovação da resolução do CDS/PP, mas agora passadas sete semanas em que este Governo está plenamente em funções já exige que resolva em sete dias, nos sete dias subsequentes à aprovação desta resolução, isto é, até à

próxima quinta-feira, o que não foi feito durante este tempo todo e o que é preciso fazer (e vou terminar, Sr. Presidente) até à próxima quinta-feira é dotar todos os alunos que tenham necessidades e cujos os encarregados de educação solicitem por escrito às nossas escolas computadores do tipo *laptop*, com teclado físico e acesso à internet.

Creio que isto é a conversão do Bloco de Esquerda à fé e, portanto, a acreditar num milagre, porque mesmo só um milagre é que era capaz de conseguir resolver de hoje até quinta-feira esta questão ultrapassando, até tudo aquilo que está previsto e aquilo a que ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço termine.

O Orador: ... o Governo a que está sujeito, que é o da contratação pública, que naturalmente o Bloco de Esquerda, tal como nós, também exige que o Governo cumpra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela latitude que a sua bondade me permitiu ultrapassar por breves instantes a minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de centrar novamente esta proposta naquilo que é essencial e o que é essencial aqui são os alunos, os pais, os professores, fora isso não me interessa tudo aquilo que vem de trás, o que foi feito, o que me interessa é o que é que há para fazer. Neste momento há bastante para fazer.

Ainda ontem saiu uma matéria no *Açoriano Oriental*, que vou fazer chegar a todas as Sras. e Srs. Deputados, que dizia respeito à EBI de Rabo de Peixe por parte do Sr. Presidente do Conselho Executivo e ela é bastante elucidativa daquilo que se está a passar.

Eu não estou de forma alguma a dizer que o atual Governo não está a trabalhar, porque sim reconheço na Sra. Secretária da Educação trabalho feito, mostra bastante abertura para receber todas as propostas que lhe são feitas e sugestões. O que se passa aqui é que há realmente necessidades e que têm de ser colmatadas.

Ninguém pode acusar o Bloco de fazer segregação social e as desigualdades sociais só acabam com um trabalho na educação. É a educação o elevatório social.

Dizer que os meninos do rendimento mínimo, que os pais não querem que eles estudem, pois seremos nós a ter de ir lá, é a educação, são os professores, são os docentes e somos todos nós que estamos aqui agora que temos de fazer também este trabalho.

Relativamente ao estudo, Sr. Deputado Joaquim Machado, recomendo que faça uma nova leitura da proposta, porque nós não queremos um estudo em sete dias, nós queremos um estudo a começar após sete dias à aprovação desta resolução. Portanto, se calhar relia.

Ainda relativamente ao estudo convém dizer que o objetivo de qualquer reflexão não será tanto o de discutir se a solução é boa ou má, mas sim de como a tornar melhor e eficaz e penso eu que as Sras. e os Srs. Deputados concordam todos comigo: o ensino à distância tem alguns problemas, é um ensino que neste momento e devido à situação em que nos encontramos é realmente aquele que pode acontecer, mas devemos todos trabalhar para que os constrangimentos não continuem a acontecer.

Tenho emails a comprovar que os telemóveis estão a ser contabilizados como um dispositivo para aceder aos conteúdos e Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos nós sabemos que se há coisa que até há um mês atrás ou até dois meses todos os professores não queriam, eram telemóveis nas suas salas. Portanto, é

um bocadinho incoerente que agora se faça crer aos alunos que afinal o telemóvel já é um dispositivo.

Atenção, eu não estou a ser arrogante! Porque, ao contrário do que muitas pessoas dizem, eu venho da área da educação, eu estou com professores, eu tenho colegas professores docentes, eu ando na rua e são esses meus colegas que muitas vezes nos fazem chegar algumas das informações das suas dificuldades.

Relativamente ainda ao estudo. Os estudos académicos e este tipo de estudos têm várias variantes e têm várias metodologias, penso que todos nós saberemos isso e explicará melhor do que eu ainda isso. Nestas metodologias é evidente que todos os fatores que foram aqui elencados pelas Sras. e Srs. Deputados são tidos em causa. É evidente que não é feito um estudo genérico. É feito um estudo tendo em conta o ambiente familiar, as dificuldades, o aspeto financeiro, a própria disposição do aluno, a própria motivação do aluno, as próprias dificuldades que o aluno tem. Agora, o que não podemos esquecer é que (e já disseram aqui) por muito bom que seja este modelo, tem falhas e que vão ser projetadas no futuro, no futuro académico destes alunos agora e provavelmente numa integração laboral e é isso que não nos podemos esquecer.

Sra. Secretária, o guião é muito bom, o guião foi muito bom, é uma boa orientação, mas a senhora até reconhece que não funciona se não tiver equipamentos e é por isso que eu registo com agrado que realmente a senhora neste momento se encontra para fazer a aquisição de mais computadores, de mais equipamentos informáticos.

Penso que também a parte da internet é um recurso neste momento imprescindível, imprescindível mesmo. Não se pode falar de transição digital quando temos alunos que no ensino digital não têm como aceder ou então acedem no telemóvel através de dados móveis. Não faz sentido.

Penso que por agora é tudo, até porque calculo que já terei esgotado o meu tempo, no entanto, gostaria de dar ...

Presidente: Já esgotou, sim senhora, Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, termino já, sou muito rápida.

Já fizemos entrar uma proposta de alteração relativamente ao estudo para abranger os dois anos letivos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estava inscrita a Sra. Deputada Célia Pereira, mas o PS já esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É para inscrever a Sra. Deputada Délia Melo.

Presidente: O PSD já esgotou o seu tempo, Sr. Deputado. Peço desculpa.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Não tinha essa informação, Sr. Presidente. Obrigado.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Subsecretário.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Educação.

Presidente: A Sra. Secretária Regional está inscrita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da parte do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Começo por agradecer as palavras da Sra. Deputada Alexandra Manes no reconhecimento deste trabalho que nós fazemos e manifestar aqui o nosso empenho total para colaborarmos com todos que nos apresentem propostas exequíveis, proativas, para que nós possamos efetivamente e de forma conjunta construirmos melhores soluções para o sistema educativo regional. Fica aqui o compromisso.

Quanto às questões de futuro (e creio que falámos abundantemente de futuro neste debate) a começar pelos nossos projetos de avaliação, quer imediatos por parte da Secretaria Regional, quer na nossa anuência à proposta do Bloco de Esquerda para fazermos uma avaliação deste ensino à distância, que repito assim não o é. Nós estamos a fazer mais um ensino remoto do que um verdadeiro ensino à distância, porque estamos a transpor desde o ano passado, desde o primeiro período de confinamento, para uma realidade remota aquilo que sucede nas nossas aulas e esse é um erro e que vai ter de constar desta avaliação. Nós não podemos trabalhar com os mesmos modelos de avaliação, é preciso haver de facto uma real reorientação para passarmos a ter um efetivo ensino à distância quando necessário.

Quanto a outros aspetos do futuro, para além da questão do equipamento, Sra. Deputada Alexandra Manes, concordando novamente consigo, de facto e como já tivemos oportunidade para explicar abundantemente, o recurso ao telemóvel não é um bom recurso e, portanto, nós temos efetivamente de fazer investimento em melhor equipamento nas nossas escolas e daí este investimento

em cinco mil equipamentos que estamos a fazer, a par também do acesso aos hotspots, sendo que não nos basta.

Aqui agora começo a remeter para o Programa do Governo, para uma preocupação que já não é deste debate de hoje, mas que já é antiga, e consta do nosso Governo, de nós prepararmos efetivamente as nossas escolas digitalmente para os desafios de futuro em que consta, entre outras coisas, a necessidade de haver formação na literacia digital, quer para os alunos, mas também para os professores, para que nós possamos fazer uma atualização relativamente à revolução digital que sucede dia após dia e a Secretaria Regional está a trabalhar neste sentido.

Portanto, com esta visão de futuro de que temos de trabalhar com os nossos equipamentos, temos projetos bons existentes na nossa Secretaria Regional, alguns de trás, por exemplo, o projeto TOPA – Trás o teu Próprio Aparelho –, que é um projeto anterior e que é um bom projeto, que nós pretendemos levar avante, temos que aprimorá-lo novamente, porque é um projeto que não foi, no nosso entendimento, suficientemente explorado e que deve sê-lo. Portanto, estamos a falar de uma visão de futuro, de podermos não apenas dotar as nossas escolas de equipamento, mas dotar os nossos profissionais de educação, os alunos e também os seus pais de informação e de formação na literacia para que lhes permitam ter literacia digital. Isso consta, como sabeis, do nosso Programa do Governo, basta uma leitura atenta e basta também estarem atentos ao trabalho que a Secretaria Regional tem estado a fazer com os conselhos executivos, num trabalho de constante revisão e reavaliação do próprio guião do ensino à distância nas nossas escolas.

Portanto, com este compromisso relativamente ao futuro encerro aqui a minha intervenção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da minha parte saúdo a iniciativa do Bloco de Esquerda de incluir também o ano 2019/2020. Não é por nenhuma razão política, é porque obviamente faz sentido que a avaliação seja feita durante todo o período em que o ensino à distância foi implementado, portanto, isso permite uma melhor análise da situação.

Depois também acho muito, muito importante que este grupo, tal como as escolas, como a administração escolar, possam identificar um conjunto de medidas que é necessário implementar nas nossas escolas para que aquelas que foram as dificuldades, aqueles que foram também os condicionalismos que estes alunos tiveram ao longo deste período possam ser ultrapassados com medidas de reforço, que possam ser aplicadas nos próximos anos letivos fundamentalmente, tendo fé que a partir de setembro de 2021, no próximo ano letivo, já tudo decorrerá com normalidade e aí é necessário implementar um conjunto de medidas de recuperação que permita recuperar o tempo perdido em muitos destes aspetos.

Não tenho nenhuma dúvida, tal como a Sra. Deputada referenciou e outros deputados também referenciaram, que esta situação teve um impacto muito negativo no processo de ensino/aprendizagem, que prejudicou fundamentalmente os alunos mais desfavorecidos e de meios sociais mais desfavorecidos.

Por isso, quero dizer-lhe que sendo impraticável as datas que V. Exa. aqui avança, de qualquer das formas quero dizer-lhe, comunicar-lhe, que o PPM votará favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda. É impraticável o conjunto das datas que são avançadas, mas é um indicador muito importante. Concordo com o estudo, concordo com a aquisição dos equipamentos

informáticos essenciais e que seja feito um esforço muito significativo por parte da administração regional, aliás, a Sra. Secretária já o referenciou que está a fazer e de forma muito significativa, mas temos de continuar este esforço. Portanto, concordo no essencial com aquela que é a proposta do Bloco de Esquerda, embora considere que em relação aos prazos não é possível, mas isso não impede que o PPM vote favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda. Considero-a válida e voto favoravelmente tal como já fiz também no período anterior em relação ao Governo anterior, em que o Governo também fez um esforço. Houve coisas que correram bem, coisas que correram mal, mas foi um esforço muito positivo também que foi feito na altura com falhas obviamente, mas elas existiram em todos os sistemas educativos, em todos os governos do mundo, mas o que é importante é que esse esforço foi feito e deve ser também valorizado.

Na altura votei favoravelmente esse esforço, votei nesse sentido, com essa indicação e agora volto a fazer a mesma coisa na iniciativa do Bloco de Esquerda, que considero que sinaliza um conjunto de coisas que têm de ser feitas, de metas que têm de ser alcançadas e de estudos que têm de ser implementados, mas, mais uma vez e termino, fazendo referência apenas aos prazos. Os prazos são impraticáveis, como aqui já foi referenciado, mas é importante que fique sinalizado que é preciso fazer esse esforço e o Governo já deixou aqui o seu compromisso nessa matéria. Esse esforço está a ser feito e vai continuar a ser feito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo e uma vez que o Bloco de Esquerda entregou recentemente uma proposta de substituição integral desta iniciativa e penso que ainda não terá chegado aos Srs. Deputados, nós vamos fazer o nosso intervalo da manhã e votaremos a proposta logo a seguir.

Regressamos ao meio dia e cinco.

(Eram 11 horas e 49 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a votação.

(Eram 12 horas e 06 minutos)

Alerto que o Bloco de Esquerda fez uma substituição integral do Projeto de Resolução – Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia e é essa substituição integral que vamos votar.

Vamos iniciar a votação pelo Grupo Parlamentar do PS, como é habitual e pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(Pausa)

Presidente: Sra. Deputada Andreia Cardoso, quer iniciar a votação? Está em condições de a iniciar?

Deputada Andreia Costa (PS): Sim senhor, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

(Pausa)

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente,

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

(Pausa)

Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

(Pausa)

António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

(Pausa)

Tem a palavra, Sr. Secretário, para o anúncio do resultado da votação, Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, vamos apresentar já no seguimento uma declaração de voto.

Presidente: Sim senhor. Está registado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 15/XII – Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização de estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi aprovado com 24 votos a favor do Partido Socialista, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 2 votos a favor do PPM, 1

voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 2 votos contra do Chega.

Resumo da votação: 54 votos a favor e 2 contra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, se me permite.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Vasco Costa esteve a tentar dar conta do seu sentido de voto, mas pelos vistos não conseguiu. Se fosse possível os serviços verificarem, porque, apesar de não fazer diferença nesta votação, ele votou a favor, e estava a tentar dar conta do seu sentido de voto.

Presidente: Sim senhor. Peço aos serviços que ajudem o Sr. Deputado João Vasco Costa a resolver o seu problema e aproveitava esta circunstância para alertar os Srs. Deputados que não sendo possível a votação (e este alerta do Sr. Deputado Vasco Cordeiro é importante) que nos façam chegar essa informação através dos líderes parlamentares para que possamos em alternativa utilizar outro meio, nem que seja via telefone, via áudio, para que possam exercer o seu direito de voto.

Muito obrigado, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Vamos prosseguir com a nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos.**

Esta iniciativa e este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Pergunto ao Sr. Deputado António Lima quem vai usar da palavra para justificar a urgência.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, serei eu próprio.

Presidente: Então tem a palavra, Sr. Deputado. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência justifica-se porque efetivamente o Governo Regional publicou dois regulamentos de medidas de apoio às empresas, nomeadamente o Apoio Imediato à Liquidez e o Programa de Manutenção do Emprego II.

Ora, na opinião do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda estes dois regulamentos devem ser alterados, essa é efetivamente a nossa opinião. Apresentamos então uma recomendação nesse sentido a esta Assembleia e naturalmente tendo em conta os prazos até em questão só fará sentido a sua discussão neste momento de modo a que eles sejam, assim for a vontade deste Parlamento, alterados em tempo útil. Daí naturalmente o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão para que este debate e esta votação se façam durante esta sessão plenária do mês de janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Eu penso que o Sr. Deputado João Vasco Costa estará com o mesmo problema, ou ainda não terá conseguido resolver o seu problema, assim está melhor dito.

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

(Pausa)

Não é possível neste momento o Sr. Deputado João Vasco Costa exercer o seu direito de voto.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE foi aprovado por unanimidade, obtendo 56 votos dos deputados presentes à votação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra novamente ao Sr. Deputado António Lima para a apresentação da iniciativa. Relembro que o Bloco de Esquerda procedeu a uma substituição integral desta iniciativa e é sobre ela que se vai incidir o nosso debate e a nossa votação.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores são vários os setores económicos afetados pela crise pandémica, a começar por aqueles ligados à atividade turística, passando pelos setores ligados à atividade cultural, pela animação noturna, pela restauração, entre tantos outros.

Foram e são extremamente importantes os apoios públicos de âmbito nacional e regional às empresas, embora, é certo, que muitas vezes eles sejam insuficientes e não tenham como condição a garantia da manutenção da totalidade dos postos de trabalho.

Ora, se a subida do desemprego na Região já se verificou no passado trimestre, embora tenha sido atenuada certamente pelo efeito conjugado de apoios nacionais e regionais, parece certo que, se não existirem fortes e céleres apoios à economia que tenham como contrapartida a manutenção de todos os postos de trabalho, o desemprego poderá crescer significativamente em 2021.

Não nos podemos dar ao luxo de permitir a destruição de postos de trabalho, sob pena das gritantes desigualdades sociais existentes nos Açores aumentarem ainda mais e de vivermos uma situação social ainda mais dramática em 2021 e nos anos seguintes.

É por isso obrigação do Governo Regional fazer tudo o que estiver ao seu alcance para salvar postos de trabalho.

Infelizmente, não é isso que se verifica. O Programa de Apoio Imediato à Liquidez criado pelo Governo Regional não tem como condição a manutenção de todos os postos de trabalho.

O valor deste apoio corresponde a 75% do montante total do apoio recebido por cada empresa no ano passado no âmbito das medidas extraordinárias de apoio à manutenção do emprego para a antecipação de liquidez e do Complemento Regional ao Apoio Extraordinário à manutenção de contrato trabalho em situação de crise empresarial.

Esse apoio, o apoio imediato à liquidez, é atribuído na sua totalidade sempre que, até 30 de junho de 2021, o empregador mantenha, até pelo menos, 90% do nível de emprego estabelecido no âmbito das medidas extraordinárias atrás referidas. Ou seja, este apoio permite que as empresas possam despedir 10% dos trabalhadores sem ter de devolver um cêntimo do apoio recebido.

Para além disso, permite-se que o apoio seja pago na totalidade se existir e passo a citar "a reposição do nível de emprego no prazo de 45 dias a contar da data em que tenha ocorrido a respetiva diminuição".

Ora, esta perversa exceção permitirá despedimentos seguidos eventualmente de contratações que poderão ser trabalhadores com vínculos precários ou em período experimental e que, por isso, poderão ser despedidos sem direito a indemnização. É de facto uma autorização para despedimentos.

O Bloco de Esquerda propõe, por isso, aumentar o valor do apoio imediato à liquidez de 75 para 100% do valor recebido no ano passado, reforçando o apoio a cada empresa com a contrapartida da manutenção de 100% do emprego nas empresas apoiadas e retirando naturalmente a exceção atrás referida.

Foi ainda aprovado recentemente pelo Governo o Programa de Manutenção do Emprego II. Esta medida permite que as empresas possam despedir até 25% dos trabalhadores, mantendo ainda assim 50% do apoio.

Esta regra é na verdade bastante mais penalizadora para os trabalhadores do que a existente no programa anterior e poderá levar a um sem número de despedimentos.

Para além disso, este Programa permite a dispensa, ou seja, o despedimento de todos os trabalhadores sazonais, eles não contam para esta estatística do Governo e são, por isso, descartáveis.

Para o Bloco de Esquerda esses trabalhadores são gente e gente que tem direito a ter o seu sustento. Não conseguimos compreender a insensibilidade social destas medidas.

Pergunto onde está a democracia cristã e a social democracia dos partidos que suportam o Governo?

Será que os trabalhadores não merecem a proteção do Governo em plena pandemia?

Para nós é inexplicável esta insensibilidade.

Propomos, por isso, que o Programa de Manutenção do Emprego seja alterado de modo a que sirva para aquilo que o seu nome diz, para manter o emprego, todo o emprego nas empresas apoiadas.

Não propomos reduzir apoios às empresas. Pelo contrário, propomos aumentar e se o Governo quiser o Bloco de Esquerda está disponível para aprovar propostas que aumentem esses apoios, mas é preciso salvar a nossa economia. Salvar a economia é salvar o emprego, mas só salvando o emprego é que nós conseguimos salvar a nossa economia e este Parlamento deve, por isso, na opinião do Bloco de Esquerda, aprovar este projeto de resolução.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para este debate.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Subsecretário.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Em nome do Governo gostava de inscrever o Sr. Secretário Regional da Juventude para falar.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Sr. Presidente, Nuno Barata, para uma inscrição, se faz favor.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado Nuno Barata.

Mais inscrições.

Deputado Carlos Furtado (*CH*): Sr. Presidente, Carlos Furtado do Chega, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou a palavra para participar no debate ao Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Tem a palavra, Sr. Secretário Regional. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras em relação a este diploma e agora que estamos a falar aqui de emprego para dar duas notas. Uma que se prende com aquilo que é uma preocupação matricial do XII Governo Regional que tem a ver com a transparência e posso anunciar aqui às Sras. e aos Srs. Deputados que hoje mesmo saiu pela primeira vez o boletim mensal que vamos fazer sair em cada última sexta-feira de cada mês com os dados do desemprego registado e também dos trabalhadores ocupados nos vários programas, quer sejam de formação, de estágio ou de inserção socioprofissional.

Este boletim traz não só os desempregados inscritos, como a sua divisão por conselho e estes números dos ocupados, tal como tive oportunidade de explicitar na intervenção aquando do Programa do Governo e que agora mensalmente, na última sexta-feira de cada mês vão ser públicos e todos vão poder ter acesso através do portal do Governo.

Outra orientação matricial do XIII Governo tem a ver com a simplificação e desburocratização dos processos. É por isso que nós temos a oportunidade também e o gosto de dar nota de que esta preocupação traduziu-se em concreto nestes dois diplomas que hoje estão sob análise por proposta do Bloco de Esquerda e essa tradução fez com que não só simplificássemos e desburocratizássemos os processos de acesso das candidaturas, mas também a sua análise. Posso também dizer e anunciar que antes de fevereiro que era a data que estava prevista, já esta semana, na última semana de janeiro, estão em pagamento cerca de 800 mil euros para as empresas para poderem manter os níveis de emprego.

As candidaturas, aliás, abriram também de forma rápida na semana passada, porque neste caso e face às dificuldades que estamos a presenciar na

componente económica e social, a rapidez e a fluidez destes apoios são fundamentais chegar às empresas para elas poderem ter condições para cumprir as suas obrigações para com os trabalhadores.

Outra preocupação matricial do XIII Governo são as preocupações sociais, a manutenção do emprego, a criação de condições para diminuir a precariedade e na verdade isso preside a todas as preocupações, neste caso, mais do que uma preocupação da democracia cristã ou social democrata, é uma preocupação humanista pensar as medidas que são tomadas pelo XIII Governo têm como primeiro ponto sempre as pessoas, é com estas pessoas que nós estamos preocupados e é por isso também que, não só quisemos simplificar, desburocratizar, aumentar a transparência, mas também criar condições para que as pessoas pudessem ter no máximo possível os seus empregos.

Faço lembrar que não há muitos dias o Sr. Ministro da Economia do Governo da República do Partido Socialista dizia que não era possível manter o emprego por decreto. Também não há muito tempo, no final do ano passado, o Sr. Primeiro-Ministro António Costa dizia que a prioridade não é proibir os despedimentos, é apoiar o emprego. Portanto, a nossa preocupação neste caso ... eu também não acredito que o Governo da República não tenha como preocupação as pessoas, a nossa preocupação aqui é também as pessoas e é garantir que se possa assegurar o máximo possível da viabilidade das empresas e ligado naturalmente à manutenção do emprego.

Agora, indo por partes às questões que são levantadas pelo Bloco de Esquerda. Em relação, em primeiro lugar, aos 45 dias. As empresas que não tivessem estes 45 dias, um diploma que foi aprovado no dia 19 de janeiro, se não tivesse esta margem, os contratos que tivessem acabado a 31 de dezembro ou 1 de janeiro não poderiam ser abertas novas possibilidades para as empresas admitirem o nível de emprego. Portanto, tínhamos de ter aqui uma margem para que as empresas mantivessem o nível de emprego e foi dado estes 45 dias que, aliás,

não é novo, já em anteriores diplomas havia estes 45 dias e a razão prende-se com a necessidade de dar algum prazo para as empresas reporem os níveis de emprego.

Em relação a passar de 85%, que é o que está previsto no diploma do Governo, para 100%. Em primeiro lugar, é preciso ver que para quem recebeu para nove meses, que foram as anteriores medidas nomeadamente em relação à liquidez, quem esteve de abril a dezembro, em nove meses, recebe agora 85 em seis meses, isto significa uma intensidade de apoios maior do que havia antes, digamos que mensalmente, se quiser fazer a conta, esta intensidade pode crescer 27%. Porquê?

Porque de facto neste momento a situação económica das empresas é ainda mais difícil do que foi há algum tempo, por isso, nós quisemos nesta medida incrementar a intensidade de apoio passando, como disse, de 85% para seis meses, quando na mesma proporção eram 100 para nove meses, o que significará o tal aumento de intensidade de 27% no toca à medida de apoio imediato à liquidez.

É preciso também lembrar que estas medidas todas são notificadas a Bruxelas no quadro dos auxílios de estado temporários que estão em vigor e que têm uma delimitação. Portanto, este quadro foi prorrogado até 30 de junho de 2021 e esperamos que possa ser prorrogado e até aumentado, mas a verdade é que temos tetos para respeitar e o Governo está atento a estes tetos, se eles forem aumentados vamos poder ter maiores intensidades de apoio, mas naturalmente temos que ir acompanhando para não ficarmos na condição de algumas empresas não poderem receber os apoios.

Em terceiro lugar, em relação à rigidez do nível de emprego, também foi uma questão colocada pelo Bloco de Esquerda.

Na verdade, já aqui o referi, tanto como referiu o Sr. Ministro da Economia, como o Sr. Primeiro-Ministro, nós temos de ver neste momento aquilo que

conseguimos salvar. Não podemos obrigar as empresas de todo a manter a 100% o nível de emprego, porque isso muitas vezes pode causar que não salvemos nenhum emprego de uma empresa específica. Tem de haver uma certa flexibilidade, não podemos aqui querer o absoluto, o total, mas esta flexibilidade ainda assim é bastante relativa, porque reparem para manter, receber os 85% as empresas têm de manter os 100% de emprego. Se só mantiverem até 90% perdem o prémio dos 10% finais e se descerem de 90% do nível de emprego que tinham perdem na totalidade os apoios.

A verdade, é que no passado também as medidas de manutenção emprego I aqui nos Açores e também a nível nacional há um conjunto de medidas em que já tinha um certo degradé de apoios em função daquilo que era a manutenção do nível de emprego já percebendo que esta situação tem de ter um mínimo de flexibilidade.

Ora, não estamos a falar de rigidez, mas também não estamos a falar de uma flexibilidade senão de 10 pontos percentuais.

É bom lembrar também que nos anteriores programas houve empresas que não conseguiram manter o nível de emprego e às vezes não está totalmente nas mãos da empresa manter esse nível de emprego, houve empresas que pura e simplesmente perderam o apoio.

Portanto, entre salvar tudo e aquilo que é possível salvar maximizadamente, que são os 90%, que aqui temos em causa, nós entendemos que é preciso salvar o que é importante, o máximo de emprego possível e não de uma forma ortodoxa de querer salvar tudo quando de repente podemos perder muito mais do que aquilo que poderíamos salvar.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a sensibilidade deste Governo em relação à transparência, simplicidade e desburocratização em relação às pessoas, à componente social está presente em todas as suas medidas e sendo realistas nós temos que adotar estas medidas para chegar rapidamente o apoio às empresas,

mas também para garantir que não haja uma rigidez de tal forma que acabemos por perder mais do que aquilo que queríamos salvaguardar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou pegar precisamente na parte final da intervenção do Sr. Secretário naquilo em que esta iniciativa do Bloco de Esquerda penaliza as empresas pela percentagem de manutenção de emprego a que estão obrigadas [*impercetível*] pelo Bloco de Esquerda para garantir o nível de apoios que está previsto.

Ora, no entender do Bloco de Esquerda uma empresa que despeça, por exemplo, ou que tenha de despedir 25% dos trabalhadores terá uma penalização de 75% dos apoios. Isto numa PME de 20 trabalhadores, por exemplo, seria dramático e nós sabemos que PMEs com 20, 10 e 5 trabalhadores nos Açores existem [*impercetível*]. Nós entendemos que as penalizações, a existirem, devem ser proporcionais ao nível de emprego mantido, ou seja, se mantêm 80% de emprego, recebem 80% do apoio, se mantêm 75%, recebe 75, se mantêm 25%, recebe 25%. Parece-nos muito mais assertivo.

Depois encerra até aqui na própria exposição de motivos do Sr. Deputado António Lima um erro crasso, que é quando o Sr. Deputado António Lima diz que a “manutenção de emprego é que faz a manutenção da economia.”

Ora, é precisamente o inverso. A manutenção da economia é faz garantir o emprego, não é contrário, porque o contrário pode levar é a uma solução de curtíssimo prazo (e não vou citar outra vez Churchill sobre a demagogia) na manutenção desses níveis de emprego, mas a médio prazo potencia níveis de desemprego, de insolvência e de dificuldades nas empresas que levam muito mais gente à situação de desempregado ou de trabalhador precário.

Portanto, aquilo que o Bloco de Esquerda quer é manter menos precariedade e mais emprego; aquilo que a proposta do Bloco de Esquerda encerra é mais precariedade e mais desemprego a médio prazo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a proposta do Bloco de Esquerda para mim cai num vazio, porque aquilo que eram já as regras definidas pelo atual Governo para mim são medidas bastantes, são medidas suficientes para acautelar dentro do possível (é bom que se ressalve dentro do possível) os postos de trabalho que atualmente existem na Região.

Como já foi dito aqui pelo Sr. Secretário Regional e bem, fazendo uso das palavras também nacionais, não se criam, nem se mantêm empregos por decreto.

Se o Sr. Deputado António Lima tivesse mais consciência de como é que funcionam efetivamente as empresas, as dificuldades que se passam no dia a dia, as reduções de faturação que não são apenas notícias de jornais, mas que são reais, são frias e incómodas para quem gera uma empresa, perceberia que efetivamente despedir pessoas não se faz por gosto. Aliás, devo dizer que o tecido empresarial regional que é constituído maioritariamente, de forma esmagadora por pequenas e médias empresas os funcionários são quase a família do patrão (é que são mesmo!) e o simples despedimento de um funcionário ... Aliás, a realidade até que existe, porque os nossos pequenos empresários tendo consciência dessa situação, da fragilidade em que os seus funcionários ficariam se fossem despedimentos, essas ditas fragilidades, a consciência dessas fragilidades é que fez com que se mantivesse o nível de

empregabilidade que se foi mantendo ao longo destes últimos meses, porque se fossem empresas grandes e que tratassem os empregados de forma fria, os números de desemprego seriam muito maiores do que aqueles que o Sr. Deputado julga que seriam. Na realidade não são só os apoios estatais que aguentam as pessoas, é a relação humana que existe, são inúmeros empresários da nossa Região relativamente aos seus funcionários.

Tive conversas com muitos empregadores desta Região e as conversas que me foram dizendo ao longo dos meses é “só não despedi por pena, porque era mais fácil despedir do ir receber subsídios para manter, porque o dia em que a atividade económica se restabelecesse eu havia de empregar novamente”, mas há custo desse gesto humano dos empresários (porque não são todos humanos, Sr. Deputado, muitos são humanos, muitos mesmo) é que se manteve os níveis de empregabilidade. Agora, não podemos é aguentar todos, obviamente que essa será a intenção, mas acho que com essa intenção de aguentar os possíveis já está salvaguardada pelas medidas que foram tomadas pelo recente Governo Regional.

Mais do que isso, Sr. Deputado, é tentar aguentar aquilo que de um modo ou de outro um dia não se conseguirá aguentar.

Portanto, fica já manifestada já a minha intenção de voto, que é votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda, porque entendemos que as decisões que foram tomadas até agora pelo Governo Regional são suficientes para acautelar dentro do possível a empregabilidade na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da parte do Partido Socialista gostaria de inscrever o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

Presidente: O Sr. Deputado Sérgio Ávila está inscrito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Da parte do PSD é para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Sérgio Ávila tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação a esta matéria que visa incorporar algumas alterações a duas medidas que foram adaptadas face àquilo que eram as medidas tomadas anteriormente pelo anterior Governo o Partido Socialista gostaria de dizer o seguinte. Nós consideramos que a manutenção do emprego deve ser e é a prioridade absoluta em todas as políticas de apoio à atividade económica e não só é este o princípio, como executámos esse princípio ao longo do ano passado no âmbito das medidas para minimizar os efeitos da pandemia.

Neste contexto é fundamental referir que a estratégia assentou, em primeiro lugar, em criar sempre majorações face às medidas nacionais criando condições para que as empresas dos Açores tenham tido apoios para a manutenção do emprego e apoios para a sua atividade substancialmente superiores àquelas que ocorriam no resto do país.

Fizemos majorando medidas nacionais, fizemos criando e mantendo medidas inovadoras, fizemos criando sempre as condições para que as empresas tivessem apoios efetivos para a manutenção do emprego, fizemos que ao longo

do ano de 2020 praticamente não tivessem encargos com os custos com o pessoal decorrentes da conjugação efetiva destas medidas.

Esta prioridade de conjugar o apoio às empresas com a contrapartida da manutenção do emprego fez efetivamente que ao longo de 10 meses de efeitos económicos da pandemia se tenha conseguido manter o emprego estável nos Açores, se tenha conseguido preservar o emprego nos Açores.

Efetivamente ao longo destes dois meses do novo Governo o que nós temos assistido é que o novo Governo tem prorrogado, mantido e dado continuidade às medidas tomadas anteriormente e o que aqui se debate e aqui se discute hoje são as alterações que foram feitas em relação às medidas que tinham sido tomadas concretamente em relação a duas medidas. O que foi criado foi um apoio às empresas que já tinham tido apoio no âmbito da antecipação de liquidez no mês de abril e ao Complemento Regional do Lay-off e o Programa de Manutenção do Emprego II que alterou algumas das condições.

O Partido Socialista mantém exatamente a sua coerência hoje com aquilo que efetivamente realizou e conseguiu. Conseguimos com o apoio das empresas, com o esforço dos trabalhadores manter o emprego nos Açores estável até ao final do ano passado. Isso fez-se precisamente com essa estratégia que referi, majorar em relação aos apoios nacionais, criar apoios inovadores, mas ao mesmo tempo que eram dados os apoios, sermos muito exigentes, muito exigentes, naquilo que é a contrapartida que as empresas tinham que ter tendo em conta essas condições que são significativamente superiores àquelas que existiam a nível nacional para manter o emprego.

Nesta proposta concreta do Bloco de Esquerda eu dividiria em dois aspetos: um, em relação à antecipação da liquidez, que é bom dizer, e ao contrário um pouco do que foi referido, que esta medida de antecipação de liquidez tomada pelo anterior Governo não era para nove meses, a medida de antecipação de liquidez, uma das medidas de antecipação de liquidez para manutenção de emprego tinha

a ver com a compensação num montante de 600€ por trabalhador no referente ao mês de abril; a segunda, tinha a ver com o Complemento Regional ao Lay-off Simplificado que ocorreu durante três meses, ou seja, durante um primeiro período e com três possibilidades de prorrogação.

Portanto, são medidas que incidiam sobre um período temporal de três meses e não sobre nove meses.

O que aqui se propõe é atribuir um valor que será 75% - 85% do valor, mas essas medidas tinham como contrapartida a manutenção de 100% do emprego até ao final do ano. Aqui há, por um lado, uma redução do valor e eram medidas, como referi, por um período temporal de três a quatro meses e aqui é para seis meses. Portanto, alarga o período e reduz o valor. Em segundo lugar, se estava como contrapartida a manutenção de 100% do emprego, aqui essa realidade é reduzida e nessa medida nesse âmbito e nesse ponto um da presente resolução a posição do Partido Socialista é coerente com aquilo que pretendeu, é que se devia e se deve manter aquilo que efetivamente existia e por essa via concordamos com esta proposta de alteração que visa tão simplesmente repor a medida que existia na dimensão e no valor que existia.

No entanto, na segunda medida Programa de Manutenção de Emprego II, que visa também dar continuidade ao Programa de Manutenção de Emprego que foi criado pelo anterior Governo como efeito complementar às linhas de crédito, assegurando (e foi esse o objetivo e teve eficácia que foi conjugado com dois aspetos: criámos uma linha de crédito específica para os Açores, mas demos condições às empresas que mantivessem o emprego para no momento da amortização desses empréstimos ser o Governo a se substituir às empresas nesse esforço com função direta e na proporção dos postos de trabalho que mantinham, dando assim mais incentivo à manutenção dos postos de trabalho.

Aqui nesta medida também esta proposta aumenta significativamente a possibilidade de ter um apoio despedindo, ou seja, no Programa de Manutenção

de Emprego I, que estava em vigor até ao final do ano, o apoio era atribuído a 100% sobre essa manutenção total dos postos de trabalho e era reduzido para 50%, ou seja, para metade se houvesse uma redução de 10% dos postos de trabalho.

Na medida atual propõe-se que quem despedir 25% dos trabalhadores tem direito a 50% do apoio, situação que nós não concordamos. Mas também nesta medida, e mantendo a coerência, não concordamos com a proposta do Bloco de Esquerda que é aqui apresentada na medida em que retira a possibilidade de haver um apoio de 50% numa redução de 10% dos postos de trabalho que nós tínhamos no âmbito da medida anterior. Por isso mesmo em coerência a nossa posição é uma posição que visa que essas duas medidas que foram medidas essenciais, balizadas no seu devido tempo, a primeira referia-se apenas a três meses e a segunda tinha um efeito conjugado com as linhas de crédito, assegurando que potencialmente não havia esforço de amortização por parte das empresas, como referi, o que nós consideramos é que os critérios exigentes, rigorosos de manutenção do emprego que se devem manter como estavam. Não devemos dar um sinal às empresas diferente daquele que foi dado e que assegurou a manutenção do emprego até ao final do ano.

A manutenção do emprego deve ser feita com apoios públicos, apoios reforçados, apoios reforçados em relação ao contexto nacional, mas introduzindo precisamente esta contrapartida para assegurar também a estabilidade social.

As medidas tomadas copiando as medidas anteriores e ajustando têm, qualquer uma delas, um sinal de maior facilidade em termos de redução dos postos de trabalhos, mantendo determinados níveis de apoio, situação que não concordamos.

Portanto, não concordamos com a forma como foi alterada estas situações, mas também não concordamos no ponto dois, Programa de Manutenção de Emprego

II, com a proposta do Bloco de Esquerda que vai mais além daquilo que efetivamente existia e concordamos com a proposta do Bloco de Esquerda no ponto um no âmbito da antecipação de liquidez, porque repõe efetivamente aquilo que existia o ano passado e que deu resultados muito positivos.

Uma nota final que gostaria também de deixar ficar. Foi referido e bem pelo Sr. Secretário que foi publicado o boletim em relação ao número de desempregados hoje, mas importa dizer também que tirando a divisão por concelhos e por ilha esses dados já eram do conhecimento público através do Boletim do Instituto de Emprego e Formação Profissional que já tinha sido publicado [*corte na gravação*] de emprego e também à variação em termos de trabalhadores ocupados.

Nesse contexto, e para concluir, a nossa posição face à proposta mantendo-se como ela está é de abstenção, abstenção porque, por um lado, o que nós consideramos é que as medidas que foram tomadas, quer numa medida, quer na outra, foram eficazes, mantiveram o emprego, asseguraram que as empresas tenham conseguido manter o emprego até final do ano e, portanto, o que nós devemos fazer é manter a intensidade desses apoios, mas também mantendo a exigência de contrapartidas para que não se tenha agora a possibilidade de incentivar a haver mais despedimentos, que as empresas possam manter os níveis de apoio, podendo aumentar significativamente o número de desempregados.

Em coerência com aquilo que fizemos, com aquilo que implementámos no passado, é aquilo que defendemos no presente e aquilo que propomos para o futuro e nesse contexto a nossa posição é de abstenção sobre esta matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atendendo à nossa hora, vamos fazer o nosso intervalo para almoço.

Regressamos às 14 horas e 30 minutos.

(Eram 13 horas)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 14 horas e 33 minutos)

Antes do almoço ainda tinha uma pessoa inscrita, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por um ponto prévio, felicitando o Governo que em pouco mais de seis semanas, incluindo o período de Natal, o período de Ano Novo, aprovou já quatro medidas de apoio às empresas que são essenciais, que são substanciais e tiveram genericamente o acordo dos parceiros sociais, nomeadamente o Programa de Manutenção do Emprego II, o Apoio Imediato à Liquidez, o APOIAR.PT Açores que foi a adaptação de um diploma nacional, o APOIAR.PT do quarto trimestre também já aprovado e referenciar o seguinte. O APOIAR.PT foi uma medida nacional adaptada, mas que na sua essência é idêntica a uma medida que o PSD tinha proposto em abril do ano passado, nesta Assembleia, de apoio às empresas e que foi inviabilizada pelo Partido Socialista, pelo Governo, mas que felizmente o Governo da República acabou, por mera coincidência naturalmente, por acolher o princípio da compensação da faturação e é pena que o Governo Regional na altura não tenha aprovado a medida, corrigido (era um projeto de resolução) aquilo que entendesse necessário.

Particularmente hoje e na matéria que já foi apresentada pelo Sr. Secretário da Juventude e do Emprego quero também felicitar pela publicação do boletim mensal com informação e que corresponde a uma resolução desta Assembleia de há cerca de dois anos, que não foi cumprida pelo anterior Governo, mas que felizmente está em vigor.

Em matéria daquilo que é a proposta e a iniciativa do Bloco de Esquerda já o Sr. Secretário da Juventude e do Emprego apresentou razões válidas relativamente a essa iniciativa, o Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado Carlos Furtado, das quais também subscrevo, mas queria ainda acrescentar alguma coisa.

Há aqui claramente na proposta do Bloco de Esquerda, ainda que bem-intencionada, um cariz ideológico que se traduz em alguma irresponsabilidade se fosse aplicada e que teria exatamente o efeito contrário. Os empresários, como disse o Sr. Deputado Carlos Furtado, são genericamente pessoas de bem. Estamos a falar de pequenas e médias empresas ou microempresas na Região, em que há uma relação de proximidade e isso deve ser tido em conta, portanto, não podemos olhar para as empresas com desconfiança permanentemente. A proposta que aqui vem tem alguma carga nesse sentido.

De qualquer maneira há aqui questões essenciais, mesmo as propostas aprovadas pelo Governo no início da pandemia abriram a possibilidade do esfasamento entre a comparticipação e alguma graduação na manutenção do emprego. É evidente que ao longo dos últimos meses, com o agravamento da situação económica e da situação de muitas empresas a maior flexibilidade nos níveis de emprego relativamente aos níveis de apoio farão todo o sentido. Neste momento há empresas que não têm as possibilidades que tinham no início da crise, estão em situação bastante mais difícil, têm sobrevivido à custa dos apoios que têm recebido, portanto, faz sentido e é perfeitamente justificável a

maior abertura do ponto de vista das compensações em função da redução dos níveis de emprego.

Por outro lado, há incentivos que se mantivessem a 100% trariam e gerariam muito desemprego, ao contrário daquilo que é a intenção do Bloco de Esquerda. Por outro lado, a nível nacional e em termos de todas as medidas disponíveis de apoio às empresas, não nos podemos esquecer que a principal medida e com maior expressão económica foi o Lay-off Simplificado suportado pela Segurança Social e essa própria medida foi aquela, mas de longe, que mais apoios e que mais contributo deu à economia, ela própria em termos de restrição da manutenção do emprego, a restrição era reduzida, ou seja, durante o período do lay-off é evidente que as empresas não podiam despedir os funcionários que estivessem a beneficiar, mas a restrição ao fim do lay-off era de apenas essa janela de 60 dias não poderiam dispensar trabalhadores.

Por outro lado, as medidas de apoio à economia da linha Covid financiamento todas elas, a parte reembolsável, que era de 20%, designadamente duas que ainda estão em vigor – Linha Covid Apoio à Economia a Empresas, destinada às empresas exportadoras da indústria e do turismo e as empresas de montagem de eventos ou outra linha – essas empresas neste momento têm um montante reembolsável que corresponde a 20% do montante de financiamento não reembolsável, ou seja, se as empresas cumprirem os níveis de emprego têm esse montante a fundo perdido, mas têm uma regra que é a diminuição dessa comparticipação é proporcional até 70% da manutenção dos níveis de emprego em função dos níveis de emprego.

Portanto, aquilo que se passa aqui na Região com as medidas já aprovadas até é mais benéfico do ponto de vista da defesa da manutenção do emprego, daquilo que são as medidas nacionais de um Governo socialista. Aliás, o Sr. Secretário já afirmou e citou declarações do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro das

Finanças, portanto, aquilo que está a ser feito aqui não foi tão longe quanto aquilo que aconteceu a nível nacional.

Portanto, isso não justifica claramente aquilo que é a iniciativa do Bloco de Esquerda e nessa matéria penso que poucas serão as pessoas ao nível de empresa e até de sindicatos que *[corte na gravação]* que em articulação próxima com as empresas sabem das dificuldades das empresas. Estamos aqui a tratar de uma medida perfeitamente razoável.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Sérgio Ávila, relativamente àquilo que foram as medidas aprovadas pelo Governo do qual era Vice-Presidente, é evidente que o PSD sempre apoiou as medidas, no entanto, sempre entendeu que eram insuficientes para as necessidades das empresas e sempre questionámos o seguinte: nunca a Assembleia foi informada do esforço financeiro de cada medida. Não basta anunciar medidas, é preciso que cada medida anunciada ... A Assembleia e a população em geral possa ter conhecimento do esforço do orçamento para cada uma dessas medidas.

Aliás, não tendo sido feito pelo anterior Governo, desafiava o Sr. Secretário das Finanças que informasse esta Assembleia, e se tivesse informação neste próprio plenário, daquilo que foi o esforço das medidas aprovadas pelo anterior Governo em 2020.

Por outro lado, relativamente à comparação que fez entre a medida de antecipação de liquidez de abril que teria vigorado em três, quatro meses, pelos dados que o Sr. Secretário apresentou quanto aos seis meses em que cobre a medida de antecipação da liquidez isto não é comparável pelo seguinte, Sr. Deputado Sérgio Ávila, nós na altura da medida de antecipação da liquidez tínhamos um conjunto de medidas, muitas delas estão em vigor, mas foram alargadas, designadamente o APOIAR.PT dos três primeiros trimestres e do quarto trimestre. Portanto, quando analisamos a antecipação da liquidez que foi uma medida rápida e eficaz e representa 75% da verba que foi gasta em 2020

pelo Programa de Manutenção de Emprego e Antecipação de Liquidez nós não podemos fazer essa comparação, porque agora temos programas adicionais, mantendo-se todos os outros que já existiam, designadamente a Manutenção do Emprego, o Lay-off Simplificado, a Retoma da Atividade. Portanto, a comparação que fez penso que tecnicamente não é correta.

Relativamente àquilo que será a posição do Grupo Parlamentar do PSD naturalmente que vamos votar contra a iniciativa do Bloco de Esquerda convictamente e convictamente porque entendemos que só prejudicaria aquilo que é a situação das empresas açorianas, só prejudicaria muitos trabalhadores que deixariam de ter oportunidade de aceder ao emprego que ainda mantêm, muitos deles com imensas dificuldades das próprias entidades patronais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Queria inscrever o Deputado Pedro Pinto. Obrigada.

Presidente: Pedro Pinto, está inscrito.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Subsecretário da Presidência, faça favor.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, em nome do Governo eu queria inscrever Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Presidente: Está inscrito o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Gostaria de me inscrever a mim próprio, por favor.

Presidente: Sr. Deputado António Lima está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou chegando em boas condições?

Presidente: Está, sim senhor. Faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta que o Bloco nos apresenta eu gostaria de partilhar a seguinte a reflexão.

Se inicialmente, quando foi declarada a pandemia, se julgava que seria uma coisa passageira e a própria calendarização das medidas de apoio iniciais também partiram desse pressuposto, o facto é que quase um ano depois de pandemia neste momento ainda ninguém tem certezas da data do seu fim. Portanto, ao longo de todos estes meses as empresas foram passando por processos de encerramento temporário, de lay-off, de reaberturas, reaberturas condicionadas, com fechos ao fim de semana ou a partir de determinadas horas, portanto, tudo isto disrompeu aquilo que era a economia, o seu funcionamento que nós considerávamos anteriormente normal.

Isto coloca as empresas numa grande dificuldade, apesar de todos os apoios que já foram concedidos.

Portanto, neste momento importa novas medidas com outros horizontes de aplicação, mais longos para tentar salvar as empresas, porque há uma verdade inegável: o emprego é gerado pelas empresas. Só há empregados, porque há empresas.

Portanto, temos que obviamente, não descurando as pessoas e as famílias, fazer o possível para manter as empresas em funcionamento.

Esta proposta que o Bloco nos apresenta de tudo ou nada pode colocar-nos numa circunstância de falência de empresas e de surgimento de uma vaga de desempregados. Portanto, temo bem que acontecendo isso daqui a algumas semanas teríamos aqui o Bloco de Esquerda com propostas de emergência para acudir a essa vaga de desempregados.

Obviamente que a posição do partido que represento, o CDS/PP, será de votar contra esta iniciativa.

Não queria deixar passar a oportunidade também para felicitar o Governo e o Sr. Secretário pelo anúncio que fez esta manhã de publicação do boletim de emprego, porque efetivamente nos últimos anos temos vivido uma situação em que não há dados para que quer este Parlamento, quer a própria sociedade civil, possam aferir do estado da nossa sociedade, seja ao nível económico, seja ao nível social, seja na saúde, seja no emprego, seja no desemprego, seja nos programas de apoio. Portanto, uma saudação ao Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor, Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Venho intervir para, em primeiro lugar, prestar um esclarecimento que foi solicitado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros relativamente à execução em termos de verbas regionais das medidas Covid durante o ano 2020 para o emprego e a propósito delas começo por dizer os valores por total dos

pagamentos das medidas Covid em 2020 foram de 23 milhões de euros, mais concretamente 22.995,548, dos quais 18 milhões foram para empresas e para as pessoas 4.818. Posso dar depois em concreto para estes programas que estamos aqui a tratar agora ... Antecipação da Liquidez foram 6 milhões e 700; Complemento Regional da Manutenção de Contratos de Trabalhos, 4 milhões 560.

O que me leva a dizer que o difícil nesta situação em que nos encontramos é fazer chegar o dinheiro às empresas.

Eu espero vir aqui fazer as autocríticas que forem necessárias quando a minha concretização, a concretização do Governo e das suas medidas for baixa, que é o caso. Nós não podemos viver com a ilusão de que porque anunciámos nos momentos certos determinadas medidas que elas correram bem, que as execuções foram boas, que o dinheiro chegou aos sítios certos, porque também me confrontarei com essas dificuldades, vejo que essa é uma luta do dia a dia, temos que estar perto das empresas, é de lá que eu vim, espero nunca entrar num estado ilusório de centrar a minha ação no anúncio. De facto, é esta a realidade. A realidade é que uma concretização de 23 milhões de euros do orçamento regional é uma gota de água na situação atual.

De facto de vivemos tempos de incerteza, há uma disrupção no setor empresarial, como também muito bem disse o Sr. Deputado Pedro Pinto e é neste clima que com humildade e com a noção clara de como é difícil apesar de tudo ter bom efeito das medidas que nos parecem boas também e que com vontade queremos concretizar, mas depois as coisas demoram tempo e a sua eficácia às vezes não é a melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção naturalmente responderei a algumas das questões e das críticas que foram surgindo ao longo deste debate sobre esta matéria que, como se vê, por um lado está longe de ser simples, mas tem uma grande importância na vida das pessoas.

Começo por dizer que tenho ouvido ao longo desta semana várias vezes alguns deputados dizerem que conhecem “y”, conhecem “fulano”, ou que conhecem “sicrano”, conhecem empresários, ou que conhecem professores, ou alunos ... todos nós conhecemos pessoas e sobre esta matéria já vi que toda a gente conhece muitos empresários, o que não ouvi ninguém dizer é se conhecem trabalhadores e se lhes perguntaram o que é que eles pensam do seu posto de trabalho, da empresa que vai receber um apoio público, poderá ser extinto e ir para a rua, com um subsídio de desemprego, com famílias para alimentar, com casa para pagar. O que têm de responder é se já falaram com essas pessoas e se lhes perguntaram o que é que elas pensam disso, que o seu dinheiro, o dinheiro dos seus impostos, vai ser utilizado para pagar as indemnizações do seu despedimento. Isso é que se tem de perguntar. Porque trabalhadores eu falo com muitos e também falo com empresários, que também conheço alguns e muitos são efetivamente sérios e ainda bem. Agora, é preciso falar com todos e não apenas com alguns.

Tenho visto também ao longo deste debate muitos argumentos que, aliás, têm sido repetidos, o argumento que é o tudo ou nada, que esta proposta ao querer manutenção de todo o emprego levaria à destruição da economia.

Em primeiro lugar, a lógica simplista que eu tenho ouvido de que as empresas é que criam o emprego. Eu gostaria de ver qual a empresa que sobrevive sem trabalhadores. As empresas criam emprego e os trabalhadores são fundamentais para qualquer economia, porque também – e não se esqueçam! e é disso talvez

que os argumentos que têm sido aduzidos aqui pelos partidos essencialmente à direita falha – os trabalhadores são consumidores e esses consumidores mantêm as empresas que nós queremos salvar e no dia em que os senhores permitirem que estes trabalhadores não tenham um cêntimo para comprar, as empresas que nós queremos salvar vão morrer todas mais depressa do que os senhores pensam. É isso que nós temos de proteger, é a economia no seu todo. Manter as empresas e manter o emprego, é isso que vai permitir que a nossa economia não seja efetivamente destruída e têm de deixar esse dogma (deixem-me dizer-lhes!) e de debitar a cartilha da Câmara de Comércio, porque todos a lemos, todos já sabemos qual foi e neste debate só tenho visto a cartilha da Câmara de Comércio.

Tenho visto muita valorização dos parceiros sociais, mas não vi o Governo dizer se perguntou aos sindicatos o que é que achavam destes regulamentos.

Eu ouvi a CGTP esta semana, aliás, na semana passada, dizer que as empresas precisam de garantias do Governo de que não haverá despedimentos. Perguntou o Governo alguma coisa aos parceiros sociais que representam os trabalhadores sobre estes regulamentos?

É que até agora não ouvi nada sobre esta matéria.

Tenho visto também aqui dizer-se que estamos a falar de um tecido empresarial pequeno e frágil. É verdade!

Estamos a falar de muitas pequenas empresas, mas muitas empresas também, de algumas empresas, que recebem valores que não são nada pequenos. Dou alguns exemplos: Azoris Hotéis, 376 mil euros do Programa de Manutenção do Emprego I; Finançor, 258 mil euros; Salsiçor, 147 mil euros; Tecnovia, 750 mil euros; Açorsonho, 427 mil euros.

Não estamos a falar apenas de micro e pequenas empresas e empresas familiares. Estamos a falar de empresas com alguma dimensão e grupos económicos que têm alguma capacidade e alguma pujança na Região, por isso,

não vale a pena dizer que estamos aqui apenas a tratar de apoios a micro e pequenas empresas, porque isso não é verdade.

Também gostaria de dizer nesta intervenção que fico de facto com dúvidas sobre a intenção do Governo e sobre aquilo que tem dito, que disse e reafirmou aquando do debate do Programa do Governo.

Diz o Governo que é preciso combater a subsidiodependência. E como?

Dizia o Governo que essa subsidiodependência não se combate cortando subsídios, combate-se criando emprego. Mas então os senhores em vez de criarem emprego a primeira coisa que querem fazer é destruir emprego, é permitir que ele seja destruído e querem que nós acreditemos que a seguir vão criar emprego.

Oh, meus senhores, em vez de esperarem para a criação do emprego, protejam aquele que já existe, porque é isso que é preciso. Se protegermos o emprego que já existe não precisamos de pagar subsídios de desemprego, não precisaremos de pagar RSI, não precisaremos de pagar tantos subsídios e mais fundamental, não precisaremos naturalmente que as famílias passem pelas dificuldades que vão passar nesta crise e o dinheiro público tem de servir para isso, para dar condições às pessoas para terem as suas casas, para terem os seus filhos na escola, para terem comida na mesa. É isso que nós temos de fazer.

Em vez de dizer que querem atacar a subsidiodependência protejam o emprego. Tenho uma questão muito concreta para o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego. Tem dito que os apoios nacionais não mantêm o emprego. Isso não é verdade. Há apoios nacionais de variadíssima ordem e o Lay-off e o Apoio à Retoma efetivamente proíbem os despedimentos, durante esse tempo não pode haver despedimentos.

Ao mesmo tempo, os apoios que estamos a tratar permitem uma determinada percentagem de despedimentos. Agora o que pergunto, Sr. Secretário, é como é que vai ser feita essa compatibilização e essa fiscalização, quando há dois

apoios que concorrem, que são apoios que podem ser tidos em simultâneo e como é que o Governo vai fiscalizar o cumprimento destes regulamentos. Vai exigir a manutenção do emprego como exige o lay-off ou o Apoio à Retoma? Ou vai permitir os despedimentos como permite os apoios que estão aqui em debate?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Queria inscrever o Deputado Pedro Pinto, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Deputado Nuno Barata para uma inscrição, se faz favor, e já agora se me pudessem dizer quanto tempo eu tenho.

Presidente: Um minuto e oito segundos.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Paulo Estêvão, PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Pedro do Nascimento Cabral.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, para da parte do Partido Socialista inscrever o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

Presidente: Sr. Deputado Sérgio Ávila está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

António Vasco Viveiros.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, ouvindo o senhor eu fico com a sensação de que os empresários são uma coisa má à face da Terra e, portanto, a única coisa boa que temos no planeta são os trabalhadores.

Recordo-lhe que o tecido empresarial nas nossas ilhas, até pela dimensão demográfica das nossas ilhas, são pequenas e médias empresas e muitas têm um cariz familiar e passaram por muitas dificuldades neste ano que terminou. Portanto, até o próprio exemplo que deu das empresas que enunciou são obviamente empresas com alguma dimensão a nível regional. O senhor não mencionou nenhuma empresa de pequena dimensão, de cariz familiar.

Portanto, as empresas têm vindo a acumular prejuízos desde março do ano passado. O facto de se ter fechado e confinado durante um mês e meio, não ter havido faturação durante um mês e meio, provocou um rombo enorme nas empresas, pôs a descoberto, pôs a nu que as empresas vivem da faturação do dia a dia. Não há reservas suficientes nas empresas, apenas nas empresas de muito grande dimensão é que haverá essas reservas, para aguentar um período sem faturação.

Portanto, neste momento as empresas estão à tona da água.

Nós somos sensíveis a isso, porque somos sensíveis aos trabalhadores, porque nós sabemos que se as empresas afundarem vamos ter desempregados.

Portanto, nós quando apoiamos as medidas que este Governo está a implementar, obviamente fazemo-lo com a consciência de que vamos salvar as empresas para poder salvar o emprego. Não conseguimos é salvar tudo e todos ao mesmo tempo e é para isso que também depois do ponto de vista social haverá apoios para as famílias e para as pessoas para exatamente não as deixar para trás.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Folgo em saber que estão cá quase todos os membros do executivo.

Sr. Deputado António Lima, o complexo ideológico de V. Exa. do partido que representa ficou bem claro na sua última intervenção e deixe-me que lhe diga muito claramente: tenho 37 anos de descontos para a Caixa de Previdência, 37 anos dos quais apenas seis não são de precariedade. Apenas seis! Sim, porque aqueles em que fui gerente, empreendedor e empresário também são de precariedade. Aliás, são os de maior precariedade e nisto o senhor não pode bater os meus records, porque em sequer tem a minha idade, nem criou a quantidade de empregos que eu criei.

Sr. Deputado António Lima, não se salva empregos não salvando a economia. Só se salva empregos, salvando as empresas, salvando a economia, porque é com as empresas e com a economia que se cria riqueza e que se cria empregos com esta mesma riqueza.

Aquilo que o senhor fez foi alterar, inverter esta situação e quer-nos convencer que é o consumo dos trabalhadores que faz fazer a economia.

Ora, se formos uma Região apenas de consumo, o senhor sabe aonde é que vai parar? Vamos parar a algo muito parecido com a Venezuela, que é aquilo a que

o senhor está habituado e aquilo que o senhor defende. Vamos parar a algo muito parecido com alguns países da ex-União Soviética, que é aquilo que o senhor quer e é aquilo que o senhor defende. Ou seja, vamos acabar todos de chapéu na mão a tentar emigrar para países onde há liberdade de empreendimento, onde há liberdade de fazer economia, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Portanto, é salvar a economia para salvar emprego. Não é salvar emprego para salvar economia, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, se faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Compreendo que o Bloco de Esquerda apresente este...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não estou a vê-lo. Não sei se consegue melhorar as suas condições.

O Orador: E agora?

Presidente: Agora está, sim senhor. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Estava eu a dizer que compreendo que as propostas que o Bloco de Esquerda aqui apresentou se inscrevem e se integram naquele que é o seu corpo ideológico, naquele que é o seu substrato ideológico, o marxismo, o trotskismo e o maoísmo. Essas são as ideias, as correntes ideológicas que deram origem ao partido e que ainda são existentes no Bloco de Esquerda. São estas propostas que deram origem ao partido, que depois explicam aquelas que são as suas políticas concretas.

As suas políticas concretas são aquelas que não funcionaram. Não funcionaram! Foram aquelas que foram aplicadas na União Soviética, no antigo Bloco de

Leste, que são aplicadas na Venezuela, são estruturas e são um tipo de intervenção muito rígida em que coloca o estado no papel das empresas e coloca praticamente todo o tecido empresarial sob o domínio do estado e absolutamente dependente do estado. Esta é a sua visão ideológica. As suas propostas dão corpo àquela que é a visão ideológica do Bloco de Esquerda. Não funcionou no passado e também não funcionou muito recentemente em que o seu partido irmão, o Syriza, tentou há bem pouco tempo na Grécia introduzir novamente este tipo de visão ideológica e os resultados foram absolutamente desastrosos.

Portanto, o seu modelo ideológico dá corpo à intervenção económica que defende. Não funciona, é rígido e mata as empresas, por isso, não favorece os trabalhadores.

Aliás, só consegue obter alguns êxitos e sobreviver durante algum tempo quando depois ao lado desta intervenção violenta na economia também há uma intervenção de carácter político terminando com regimes democráticos, impondo o totalitarismo político ou criando regimes musculados do ponto de vista político, como na Venezuela. Só assim é que estes regimes conseguem manter-se algum tempo, retirando a liberdade às pessoas e criando regimes de partido único.

Por isso, o que lhe quero dizer é que este seu modelo não funciona e nos Açores não funcionará também, até porque da nossa parte é nosso dever conseguir que o senhor não imponha este tipo de intervenção à nossa economia.

Devo dizer também que as medidas que o Governo tem vindo a propor são medidas muito positivas no sentido de flexibilizar, no sentido de permitir que exista um efetivo reforço liquidez das empresas e, aliás, também se tem vindo a verificar que até as medidas impostas pelo anterior Governo tiveram um resultado muito aquém daquele que foi, na sua altura, divulgado por parte do Partido Socialista.

O Sr. Secretário das Finanças deixou aqui um número, que é um número exemplar, ou seja, todas estas medidas relacionadas com a Covid-19 das ajudas que foram implementadas, apenas representaram cerca de 22 milhões de euros de execução.

Portanto, o que demonstra que ficaram muito aquém daquilo que foi largueado no seu momento por parte do Governo do Partido Socialista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e tão só para segundar aquilo que foi dito pelo Deputado Paulo Estêvão que me antecedeu, no sentido de que esta visão do Bloco de Esquerda radical e extremista, populista tem também de querer impor na economia.

Os exemplos que nós conhecemos pelo planeta em que estes ideais que são partilhados pelo Bloco de Esquerda falharam redondamente. Não há, nem pode haver estado que se substitua integralmente à economia. A economia e as empresas são um motor do desenvolvimento económico nas sociedades contemporâneas e modernas e, por isso mesmo, também carecem de ser devidamente auxiliadas para manter o emprego e para fazer com que a economia se desenvolva nos termos em que nós conhecemos nas sociedades desenvolvidas.

Os sistemas que o Bloco de Esquerda efetivamente defende e aconselha, como temos vindo a ver comprovadamente, não funcionam e não têm funcionado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre esta matéria gostaria de reafirmar que a importância da manutenção do emprego deve ser a prioridade absoluta no âmbito da política pública para encarar esta fase da pandemia. E se dúvidas houvesse sobre a concretização deste objetivo, os dados, por exemplo, deste relatório que é referido hoje da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional que tem exatamente os mesmos dados que já tinham sido anunciados há dias pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional quantos aos desempregados inscritos nos Açores, dá-nos a confirmação que em 2020 foi possível concretizar este objetivo.

O número de desempregados inscritos nos Açores no final de 2020, dez meses depois de iniciar a pandemia, são exatamente os mesmos que eram em dezembro de 2019, mais precisamente com a variação de apenas oito desempregados. O que quer dizer que durante o ano de 2020 o conjunto das medidas tomadas pelo Governo assegurou a manutenção efetiva do emprego e assegurou a manutenção efetiva do emprego porque a intensidade das medidas, a objetividade das medidas e essencialmente a contrapartida exigida das medidas conseguiu criar as condições cumulativamente para que as empresas tenham conseguido em 2020 manter o seu emprego nos Açores, ao contrário do que se verificou no resto do país.

Os dados hoje anunciados, que não são novos, mas que foram confirmados e validados pelo atual Governo, confirmam exatamente esta realidade. Em 2020 foi possível manter o emprego e foi possível manter o emprego por três objetivos essenciais. Primeiro, porque as medidas de apoio às empresas e aos empresários açorianos foram nos Açores substancialmente superiores àquelas que se verificaram no resto do país, às medidas nacionais majorámos os apoios, criámos medidas com inovação. Se me permitem, não se pode analisar a execução das medidas apenas referindo as medidas de fundos regionais no

âmbito do emprego. Foram mais precisamente 102 medidas, 102 medidas de apoio às empresas, de apoio ao emprego, de apoio ao rendimento das famílias que no seu conjunto e na sua globalidade conseguiu atingir o objetivo a que nos tínhamos proposto: manter o emprego. Os dados hoje publicados e reconfirmados demonstram que em 2020 mantivemos o emprego.

O que está aqui em discussão é neste primeiro semestre de 2021 o que fazer.

Como disse na minha primeira intervenção, o que nós propomos é a manutenção das medidas com as mesmas contrapartidas. O que nós não concordamos com o que está a ser feito, e nessa matéria subscrevemos uma parte da abordagem do Bloco de Esquerda, é que, por exemplo, num programa de Manutenção de Emprego se apoie as empresas para despedir 25% dos seus trabalhadores, ou seja, que haja um apoio público para uma empresa, por exemplo, com 60 trabalhadores possa despedir 15 trabalhadores.

O que era preciso continuar a fazer era criar as condições para que os empresários, enormes lutadores, particularmente as micro e pequenas empresas, que continuem a ter as condições para não despedir, que continuem a ter as condições para manter o emprego e vincular os apoios públicos com a intensidade que é necessária a que mantenham o emprego, porque se efetivamente conseguiram manter o emprego durante o ano de 2020 o desafio que se coloca é continuar a manter o emprego no primeiro semestre de 2021. Para isso, na nossa opinião, não é dando apoios à manutenção do emprego, aumentando significativamente a possibilidade de despedir os trabalhadores, é dando apoios à manutenção do emprego, mantendo as regras que existiam em termos de obrigatoriedade de manutenção do emprego com alguma flexibilidade como havia, mas não aumentando essa flexibilidade, por exemplo, para os 25% de desemprego para manter o apoio público. É essa a parte que não concordamos.

Também não concordamos, como tive a oportunidade de dizer, que nessa medida, por exemplo, se exija a manutenção dos 100% como não era o ano passado. Daí a nossa posição sobre a proposta de concordarmos com uma parte e não concordarmos com outra, mas essencialmente aquilo que gostaria de deixar ficar é que o que é fundamental nesta discussão e nesta análise ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... se continuar a criar as condições para que as empresas mantenham o emprego e efetivamente em 2020, com os dados de final de dezembro, foi possível manter o emprego. Penso que o mérito está nos empresários, o mérito está nos trabalhadores, mas se me permitem também algum mérito terá de haver a quem tomou 102 medidas e as concretizou para que este objetivo fosse concretizado.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar pelo Sr. Deputado António Lima. Afirmou que os trabalhadores são essenciais para as empresas. As primeiras pessoas a reconhecerem isso são os próprios empresários, porque sem trabalhadores não há empresas e, portanto, não seriam empresários se não reconhecessem a importância dos trabalhadores na empresa e essa é uma realidade que todos nós reconhecemos.

Por outro lado, mencionou um conjunto de apoios de diversas empresas. Esses valores em termos absolutos não nos dizem nada. Importa saber qual é a massa salarial mensal dessas empresas e o que é que representam esses valores em

função daquilo que são os encargos mensais dessas empresas, porque senão é um número (tenho de lhe dizer) demagógico, não diz absolutamente nada.

Quanto àquilo que foi a justificação do Sr. Deputado Sérgio Ávila relativamente ao emprego na Região, tecnicamente é duvidoso que apenas 23 milhões de euros, que é aquilo que foi injetado na economia, só por si justificasse as diferenças de aumento de desempregados registados nos centros de emprego. Ainda assim convém mencionar os números. A nível nacional entre janeiro e dezembro de 2020 o número de desempregados registados aumentou 95 mil e na Região manteve-se. É verdade! Estamos a falar aqui de um valor da dimensão do país e da dimensão relativa da Região que não é suficiente só por si para justificar que um conjunto de medidas de 23 milhões de euros, em termos de esforço orçamental, possam justificar essa diferença.

Por outro lado, há os dados do inquérito ao emprego. Os dados do inquérito ao emprego mostram que comparando o trimestre homólogo de 2019 com 2020, com o último inquérito publicado, que é o terceiro trimestre, na Região há menos dois mil empregados do sexo masculino. Portanto, de facto houve aqui um aumento de acordo com o inquérito, há um aumento da população desempregada que deve ser considerado, uma análise que é sempre difícil quando se está a tratar de um inquérito ao emprego, um inquérito telefónico, com limitações, com uma dimensão relativamente pequena.

Mas quanto às medidas, Sr. Deputado Sérgio Ávila, é evidente que [*corde na gravação*] e eu esperava que agora, depois das justificações e dos números apresentados pelo Sr. Secretário das Finanças, alterasse o seu discurso e não voltasse a falar em 102 medidas sem que nunca tenha informado a Assembleia quanto é que teria sido o esforço de cada uma dessas medidas do orçamento da Região, ou seja, o que é que foi a liquidez.

Até podiam ser 200 medidas, o que interessa de facto é o que é que chegou à economia.

É evidente que as restantes medidas foram medidas nacionais que abrangeram quer as empresas do Açores, quer as empresas nacionais.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Presidente: Portanto, esse discurso do número de medidas, penso que está na altura de conhecer a informação com mais detalhe.

Termino, relativamente àquilo que disse o Sr. Secretário das Finanças, ao desfasamento entre o anúncio e a concretização financeira e recordo que o anúncio que fez em abril relativamente à medida de Antecipação da Liquidez e do Complemento Regional do Lay-off, Sr. Secretário, na altura o Sr. Vice-Presidente então afirmou que ia injetar 45 milhões na economia. Injetou 11 milhões de euros.

Portanto, é esse tipo de discurso que nós esperamos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que o atual Governo não tenha e que continue a falar a esta Assembleia com transparência e realismo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. O PSD esgotou o seu tempo para este debate, tal como o PS que há bocadinho não tinha referido.

Pergunto se há mais inscrições.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, posso em nome do Governo inscrever o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Duarte Freitas.

Presidente: Sim senhor. Está inscrito.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Sr. Deputado António Lima está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Há aqui algo que penso que é importante neste momento deixar claro. Quem ouvisse as palavras do Sr. Deputado António Lima, que eu considero e respeito, até pareceria que as medidas que foram tomadas não eram para a manutenção do emprego.

As medidas que foram tomadas anteriormente e agora e certamente no futuro são sempre tendo como primeira prioridade a manutenção do emprego, até porque nós precisamos das pessoas empregadas para quando chegarmos ao momento da retoma as empresas poderem fazer a retoma. Agora, se não houver o mínimo de flexibilidade nem temos empresas, nem temos empregados. A questão coloca-se exatamente neste ponto. As medidas são tomadas para manter a empregabilidade, para assegurar o emprego, mas não com uma visão ortodoxa do emprego, pelo emprego. O emprego tem de ser mantido numa perspetiva global, social e económica. Não pode ser por decreto, como dizia o Sr. Ministro da Economia, nem é possível garantir o emprego da maneira como ele estava aqui, numa situação socioeconómica como vivemos, como aliás o Sr. Primeiro-Ministro António Costa também o disse.

Agora, é preciso que fique bem claro: não estamos perante uma visão daqueles que defendem os empregados, daqueles que defendem os trabalhadores. Não! Ao defendermos o que defendemos da manutenção de emprego com o mínimo

de flexibilidade e é bom não esquecer que aquilo que está em causa é haver entre 90 e 100% é a única flexibilidade que nós permitimos.

Quem descer abaixo de 90% do nível de emprego que tinha, perde os apoios totalmente. Portanto, é isto que é preciso ter em conta em relação ao Apoio Imediato à Liquidez.

No Apoio Imediato à Liquidez qualquer entidade que diminua o nível de emprego abaixo dos 90% perde a 100% qualquer apoio. Agora, tem de haver aqui o mínimo de flexibilidade como já havia em outras medidas anteriores, como há em medidas nacionais, como há nesta medida de Manutenção de Emprego II e havia na medida de Manutenção de Emprego I, tem de haver uma certa flexibilidade, porque se formos absolutamente inflexíveis, ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... ortodoxos nós não conseguimos salvar nem o emprego, nem as empresas e ao fim e ao cabo aquilo que nós estamos a ver é entre uma visão holística da economia, de tentar preservar o que é importante preservar e uma visão ortodoxa, marxista do Bloco de Esquerda em que é preciso manter a 100% tudo como garantido, há aqui um mínimo e esse mínimo está muito mais próximo da sua visão do que aquela visão que o senhor tenta transmitir, porque abaixo dos 90% perdem o apoio à liquidez, se for abaixo dos 90%.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Em relação às outras medidas da manutenção do emprego já havia um degradé anteriormente como há a nível nacional.

Compreendo e respeito a visão do Bloco de Esquerda, a consideração que tenho política e pessoal pelo Sr. Deputado António Lima, reconheço que defende as suas posições com intransigência e nós enquanto Governo temos que garantir que nessa visão ortodoxa e na visão mais realista da economia nós temos que assegurar que as empresas tenham salvabilidade, que lhe injetamos liquidez

rapidamente e que garantam quase todo ou todo o emprego neste momento. É esse o grande objetivo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, para participação no debate, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e em primeiro lugar dizer que nem eu, nem o Bloco de Esquerda recebe lições de democracia de partidos coligados com partidos racistas, por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, essa conversa não pega. O Bloco de Esquerda é um partido profundamente democrático e que nasce da crítica a regimes ditatoriais, como deveria saber e até sabe, mas não é sério para o dizer.

Sr. Secretário, a ortodoxia tem várias facetas e o neoliberalismo também é uma ortodoxia. O Bloco de Esquerda não é um partido ortodoxo, agora a ortodoxia neoliberal que o PSD há muitos anos demonstrou seguir também é uma ortodoxia que prejudica as pessoas e prejudica a economia.

Sr. Secretário, sei que não tem tempo, mas se não for desta vez certamente terá oportunidade de responder ou então de comunicar essa informação até eventualmente por algum partido da coligação, gostaria de esclarecer duas questões. Primeiro, dizer que não é verdade que só possa haver 10% de despedimentos.

O Programa de Manutenção de Emprego II prevê que possa existir efetivamente até 25% de despedimentos sem contar com os trabalhadores a prazo que não contam para essa estatística e que ainda assim essa empresa possa receber 50% do apoio previsto.

Ora, tendo em conta estes dois regulamentos qual é a previsão, qual é a estimativa que certamente terá, que faz o Governo do nível de desemprego que

teremos em junho deste ano quando termina o prazo, por exemplo, do Apoio à Liquidez? Ou seja, qual é a estimativa do impacto destas medidas no emprego? Em segundo lugar, o Sr. Secretário falou do boletim que divulgou durante o dia de hoje. Há aqui uma incongruência que eu gostaria também de perceber. O GaCS, que ainda não foi extinto, diz que estão jovens em aquisição de experiência profissional, 2.803 jovens, mas no boletim fala-se em 235. Em que é que ficamos? Gostaria também de um esclarecimento sobre esta matéria, se não for neste debate certamente que o Governo terá oportunidade de o fazer, nem que seja através do GaCS que ainda existe.

Uma nota final: este debate demonstra claramente que há visões diferentes sobre a economia e sobre o emprego.

O Partido Socialista gostaria de manter aquilo que estava em vigor no ano passado. Reconhecemos que é melhor, bastante melhor, principalmente no que diz respeito ao Programa de Apoio ao Emprego do que o que está em vigor este ano.

Em última análise, se tivéssemos de escolher, escolheríamos sem dúvida o programa de Manutenção do Emprego I, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... que existiu o ano passado e que nós até criticámos, porque efetivamente tinha uma margem de liberdade de despedimentos que nós não concordamos, mas se tivéssemos de escolher, escolheríamos esse, porque aquilo que os senhores estão a fazer é profundamente injusto. É criar mais insegurança na vida das pessoas numa situação de pandemia, sem fim à vista, com um processo de vacinação lento, é criar instabilidade, medo na vida das pessoas em vez de utilizarem os recursos públicos, que são de todos, para manter o emprego e não para dizer que em cada empresa ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... 25% pode ir para a rua. Isso nós não aceitamos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sr. Presidente, do PPM.

Deputado Carlos Furtado (CH): É para me inscrever, Sr. Presidente, Carlos Furtado.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Bloco esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para além das ofensas pessoais que me foram dirigidas por parte do Sr. Deputado António Lima, que só desclassificam o próprio e que mostram a violência da sua argumentação e a pouca vergonha da sua argumentação quando lança ataques pessoais e lança ofensas pessoais, o que lhe quero dizer é que o seu partido está manchado pela história, está manchado por ter defendido o marxismo ou o maoísmo, que estão no substrato ideológico do seu partido, que foram os piores totalitarismos da história juntamente com o nazismo e o fascismo.

O marxismo matou milhões de pessoas em todo o mundo. O maoísmo matou milhões de pessoas. Os senhores foram os adoradores do regime albanês, os senhores foram os companheiros de rota durante muitos anos, durante a década de 70, ...

Voz não identificada: E do nazismo também!

O Orador: ... durante a década de 80, através do PSR e da UDP, que deram origem ao Bloco de Esquerda e que constituem o substrato ideológico. Os

senhores têm as mãos manchadas de sangue defendendo um totalitarismo inacreditável ao longo deste período todo do século XX.

O senhor sabe que esse é o substrato histórico do seu partido e o senhor não vem aqui dar lições de democracia.

O PPM nunca fez nenhuma coligação com nenhum partido racista. Isso é falso, isso é mentira!

O Bloco de Esquerda é que resulta da fusão de vários partidos que defenderam ao longo da história, ao longo do século XX e do século XXI, do início do século XXI, os piores regimes, os regimes mais tirânicos da história. Isso é o que lhe quero dizer. O marxismo e o maoísmo, por exemplo, que foram responsáveis por autênticos genocídios e o senhor tem isso na história do seu partido.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Um protesto a, Sr. Deputado, faça favor?

Deputado António Lima (BE): Á declaração do Sr. Deputado Paulo Estêvão que referiu que o meu partido e eu, em particular, temos “as mãos manchadas de sangue”.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Tem três minutos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, não vou usar os três minutos, porque a pessoa em questão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não merece nem meio, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão está a acusar-me de assassinato e julgo que este Parlamento não pode admitir, de maneira nenhuma, que um deputado desta Casa acuse outro de assassinato.

Julgo que é preciso algum equilíbrio no debate, mas já vi que desse lado da bancada não há equilíbrio e há até alguma insanidade no debate que não dignifica a democracia e não dignifica esta Casa.

Não admito (não admito!) que me chamem assassino.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor já fez muitas lutas, já fez muitos ataques a muita gente, mas nunca vi, nunca vi, o Sr. Deputado chamar assassino a alguém como está a fazer num debate parlamentar sobre manutenção de emprego.

Há limites, há limites para o indecoro, para a indecência. Por isso, ponha a mão na consciência e pense bem no que está a fazer, no ódio que o senhor está a lançar neste Parlamento e se acha que haverá condições de trabalhar neste Parlamento durante quatro anos com ataques vis deste tipo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, apelo a alguma moderação e equilíbrio na linguagem que estamos a utilizar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, querendo, para um contraprotesto, tem dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Claro que quero!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Lima começa logo com outra desclassificação pessoal que é a pessoa em questão nem sequer merece meio minuto. Portanto, é isto que o Sr. Deputado António Lima tem vindo a fazer, que são desclassificações, ofender os deputados, agredir os deputados de forma violenta aqui no Parlamento ao longo de todo este tempo.

O que lhe disse (o senhor não tente meter palavras na minha boca) é que o seu partido (o seu partido!) tem as mãos manchadas de sangue, porque defendeu ideologias que provocaram os maiores genocídios da história, o marxismo e o maoísmo. Isso é uma verdade! Isso não é nenhuma ofensa! Isso é absolutamente factual! Tal como o nazismo ou o fascismo.

O que o senhor aqui não terá da minha parte ao longo desta legislatura e das legislaturas que eu aqui estiver é que o senhor não irá apagar a história. O

senhor não se apresenta aqui como o representante de um partido democrático, porque o seu partido não tem um substrato democrático. O seu partido tem uma origem ideológica que defendeu os piores totalitarismos da história e por mais que o senhor me venha aqui ofender e passar uma imagem democrata o senhor não é isso, o seu partido não é isso e eu faço questão de desmascarar aquela que é a sua origem ideológica e aquilo que a sua doutrina do ponto de vista ideológico o senhor tem vindo a defender e o partido que o senhor representa defende.

Os senhores estiveram ao lado dos marxistas, os senhores estiveram ao lado dos maoistas, os senhores nunca condenaram estes crimes onde foram cometidas autênticas barbáries que foram cometidas ao longo deste tempo todo por este tipo de ideologias. Os senhores nascem dessas ideologias, os senhores têm esse substrato ideológico e é com isso que o vou confrontar permanentemente, Sr. Deputado.

O senhor não é, o senhor não representa nenhum partido democrático e não reconheço ao Bloco de Esquerda qualquer natureza e índole democrática. Isso é o que lhe quero dizer.

A si pessoalmente o que lhe quero dizer é que também não aceito que o senhor me dirija ofensas do ponto de vista ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... pessoal, isso só desclassifica a si. Volto-lhe a dizer: o meu combate é um combate ideológico, desmascarando a natureza ideológica do seu partido e do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participação no debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu e o Deputado José Pacheco representamos nesta Casa um partido que não é racista, mas também é um partido que não tem vergonha de assumir que está em defesa de quem trabalha neste país, de quem paga impostos, de quem ajudou a construir e de quem mantém a construção deste país.

Obviamente que não estamos aqui para defender pessoas que não querem contribuir para o bem-estar generalizado da população. Assumimos isto.

Agora, gostava eu de ver o Sr. Deputado António Lima assumir realmente o partido que o senhor representa, um partido de bandeira vermelha, em que aquele vermelho nada mais querera dizer que o sangue, o sangue não de milhões de pessoas que foi aqui dito, mas de dezenas de milhões de pessoas que perderam a vida só por discordar de um partido porco que não aceita a diferença ideológica das outras pessoas.

Sr. Deputado António Lima, o senhor deveria ter vergonha de estar nesta Casa, o senhor deveria ter vergonha de representar um partido que foi o mal maior da nossa humanidade. Eu teria vergonha de estar aí nessa cadeira assumindo essa posição, nessa defesa desse partido.

O povo português já percebeu, Sr. Deputado, o partido que representam. As eleições do passado domingo mostram bem que o povo português já percebeu que por detrás daquele peluche vermelho que vocês representam, aquele vermelho é vermelho de sangue, sangue de inocentes.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que pena que o Parlamento Regional se tenha tornado nisto!

Presidente: Srs. Deputados, peço que desliguem os microfones quando estiverem no uso da palavra.

Sr. Deputado Carlos Furtado, peço ao partido que o senhor representa, já não é a primeira vez, que há limites para a linguagem parlamentar que nós utilizamos neste Parlamento. Portanto, temos de ter isso em conta, temos de nos saber dirigir aos nossos adversários com equilíbrio, com moderação, sem ofender ninguém e apelo a todos, sei que estamos muito cansados, uma semana longa de trabalhos, que façam um esforço para terminarmos os nossos trabalhos com a dignidade que o Parlamento dos Açores e o povo dos Açores, que aqui representamos, nos merece.

Pergunto se há mais inscrições para a participação no debate.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste projeto de resolução.

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, é uma interpelação, por favor.

Presidente: Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Uma interpelação para dar nota à Mesa que o Governo vai fazer chegar à Mesa da Assembleia, para ser distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados, um complemento à informação que foi divulgada hoje que tem a data atual e comparativamente com o ano passado.

O número de pessoas em programas socio profissionais, inserção em estágios aumentou 1.704 pessoas, razão pela qual isso explica alguma da contenção do desemprego.

Presidente: Sr. Secretário, assim que a informação chegar será distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados.

Vamos passar à votação Projeto de Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos.

Lembro que o Bloco de Esquerda, e foi sobre essa proposta que estivemos a efetuar o nosso debate, entregou uma proposta de substituição integral. Também é sobre ela que vamos fazer a nossa votação.

Vamos iniciar a votação.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Abstenho-me, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, peço que repita, se faz favor.

Deputado João Vasco Costa (PS): O meu voto é de abstenção.

Presidente: Está a chegar de facto com péssimas condições, Sr. Deputado, mas nós percebemos. Obrigado.

José Ávila.

(Pausa)

José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é contra.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Rui Martins.

(Pausa)

Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto claramente contra.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto a favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): O PAN está a dar uma lição à gente!

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes, pode desligar o som.

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é de abstenção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Rui Martins.

(Pausa)

Rui Martins.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, peço desculpa. Só para dizer que o Deputado Rui Martins está com problemas técnicos, não está a conseguir entrar.

Presidente: Ok, Sra. Deputada.

Muito obrigado pela informação.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada.

Presidente: Os serviços estão a tentar resolver.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio do resultado desta votação. Faça favor, Sr. Deputado.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 17/XII - Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS, 2 votos contra do Chega, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra da Iniciativa Liberal, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PAN e 25 abstenções do Partido Socialista.

Resumo da votação: 28 votos contra, 3 votos a favor e 25 votos de abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos na nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”.**

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM e o pedido de urgência igualmente, naturalmente.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estou a chegar em condições e a imagem está a ver-se, não é Sr. Presidente?

Presidente: Sim senhor. Faça favor, Sr. Deputado. Está tudo perfeito.

O Orador: Esta é uma iniciativa que o PPM tem apresentado nesta Casa ao longo de vários anos, que tem a ver com a construção de um refeitório na escola do Corvo. Porque é que é urgente?

É urgente na medida em que se continua a não ter as condições, os alunos da ilha do Corvo continuam a não usufruir das condições para poderem ter a sua alimentação do ponto vista escolar em condições que são as condições que nós temos de conseguir para todas as nossas escolas e em todas as nossas ilhas e atualmente não é isso que sucede.

Neste momento os alunos (terei oportunidade de pormenorizar e detalhar a proposta) continuam a almoçar na Santa Casa da Misericórdia, que é um espaço que por razões evidentes não deve ter comunicação com a escola, do ponto de vista até tendo em conta o contexto em que nós estamos neste momento de pandemia, evidentemente a sala também que é disponibilizada é uma sala exígua, que não tem absolutamente condições nenhuma para que os alunos possam aí tomar as suas refeições nas condições que são exigíveis.

Também evidentemente mantém-se a situação anterior, em que os professores e os não docentes não podem frequentar esse espaço, porque ele é minúsculo, portanto, não serve.

Há uma situação criada no âmbito da pandemia que importa resolver o mais depressa possível na ilha do Corvo. Há muitos anos que me bato por esta causa e volto a apresentar neste Parlamento, na primeira oportunidade, esta proposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para o debate da urgência desta iniciativa.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à sua votação.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente.

Presidente: Sim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Era para inscrever o Sr. Deputado Lubélio Mendonça e a Sra. Deputada Andreia Cardoso no debate.

Presidente: No debate da urgência, Sr. Deputado?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Debate da urgência, Sr. Presidente.

Presidente: Já íamos passar à votação, mas reconheço que o senhor deve ter tido algum problema técnico nas inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Lubélio Mendonça e a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, não pode ser. Só pode existir uma intervenção. Peço desculpa.

Presidente: Tem razão.

O Sr. Secretário também já me estava a alertar para isso. É do cansado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem razão, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Presidente.

Inscrevo o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Presidente: Sim senhor. Está inscrito. A quem dou a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faça favor.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM apresenta a esta Assembleia o projeto de resolução, cujo objeto é a “Construção de um refeitório escolar na Escola

Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, requerendo a urgência e dispensa de exame em comissão.

Sobre este mesmo tema esta Assembleia foi chamada a pronunciar-se por iniciativa do PPM pela última vez em outubro de 2019.

Nessa altura o processo foi apreciado na Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido decidido promover um conjunto de diligências entre as quais se destacam ouvir um membro do Governo competente na matéria em causa, a Assembleia de Escola e a Santa Casa de Misericórdia do Corvo.

O entendimento das entidades auscultadas assegurava que o fornecimento das refeições decorria de modo satisfatório, seja quanto à qualidade das refeições fornecidas, seja quanto ao espaço onde as mesmas são disponibilizadas.

De então para cá a comunidade do Corvo não foi chamada a pronunciar-se sobre esta matéria, desconhecendo este grupo parlamentar qualquer alteração que tenha condicionado o entendimento da comunidade do Corvo em sentido contrário ao vertido nos pareceres emitidos àquela data.

A questão da pandemia não justifica a urgência desta proposta até porque, por um lado o número de crianças que ocupa em simultâneo a sala de refeições da Santa Casa da Misericórdia do Corvo é ajustada às dimensões do espaço e ocorre por turnos e por ciclos de ensino e, por outro, mesmo que esta Assembleia se pronuncie favoravelmente à proposta de construção não ocorrerá sem o devido enquadramento no plano e orçamento que assegura em tempo útil esta Assembleia para ouvir os diretamente interessados.

Entendemos, por isso, que para esta Assembleia tomar uma decisão e para este grupo parlamentar se pronunciar fundamentadamente sobre a construção deste refeitório é imprescindível ouvir aqueles que são diretamente implicados nesta matéria e os corvinos têm de ser como entidades relacionadas com esta matéria.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Era para me inscrever, se faz favor.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, é para me inscrever, Pedro do Nascimento Cabral.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS entende que efetivamente esta é uma questão urgente.

Se existe assunto que tem sido amplamente debatido, tem sido esta reivindicação da criação do refeitório. A verdade é que sabemos, dos trabalhos anteriores, das vezes que se trouxe este assunto a discussão, que têm sido dados alguns passos e que a adesão às refeições escolares tem sido bastante positiva, já o dizia o anterior Secretário da Educação e a verdade é que temos professores e os não docentes a comer sem qualquer tipo de condições, a buscar as refeições em take away, a comer na sala dos professores. É certo que tem frigorífico e micro-ondas, mas acho que não estão em iguais condições às restantes comunidades escolares da Região. Como tal o CDS entende efetivamente que isto é uma matéria urgente e é algo que deve ser debatido agora.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PSD acompanha a urgência que o PPM impõe neste debate, neste projeto de resolução que apresenta.

Efetivamente não vislumbramos nada que imponha uma maior urgência do que criar as condições mínimas fundamentais, dignas, para que as crianças possam efetivamente tomar as suas refeições num espaço condigno, garantindo assim igualdade do que se passa em relação às demais ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Este é um debate cuja urgência é indiscutível e merece a nossa total atenção para pôr cobro a uma situação de profunda injustiça que se passa no Corvo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para o PAN penso que a iniciativa é louvável dado o volume de refeições que está a ser servido e a exiguidade do refeitório da Santa Casa e do bar da Escola Mouzinho da Silveira e porque uma sala de professores não é o local ideal para o consumo de refeições, mas sim o local de trabalho.

Tendo em conta ainda as orientações da qualidade e segurança alimentar e em particular no âmbito da saúde pública e em época de pandemia não nos parece razoável que as crianças estejam a partilhar o mesmo espaço que grupos de risco por um período relativamente longo sem máscaras, embora não me oponha e apoie este convívio salutar em épocas, digamos, normalizadas, as crianças e toda a comunidade escolar merecem um lugar apropriado para a elaboração e consumo de bens alimentares.

Além disso, é uma reivindicação antiga por parte do PPM e merece uma aprovação por uma questão de igualdade por outras instituições do ensino da Região.

O PAN quer o debate para obviamente saber mais pormenores relativamente ao espaço e aos custos associados, por isso, o debate deve ser salutar e de urgência neste momento.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): A favor, Sr. Presidente.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Para o anúncio do resultado da votação tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 25 votos contra do PS.

Resumo da votação: 32 votos a favor e 25 votos contra.

Muito obrigado.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, recordo que para este debate a Conferência de Líderes definiu os seguintes tempos: o Governo Regional, o Partido Socialista e neste caso o PPM têm 15 minutos; o PSD tem 12 minutos; o CDS, 8 minutos; o Chega e o Bloco de Esquerda, 6 minutos cada; a Iniciativa Liberal e o PAN, 4 minutos cada.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é uma luta antiga, é uma luta pela justiça. Nunca percebi, como professor daquela instituição, porque é que os alunos da ilha do Corvo não tinham direito a refeições escolares, porque é que eram os únicos do país todo que não tinham direito a refeições escolares. Foi uma luta tremenda para que os alunos do Corvo tivessem finalmente acesso a refeições escolares. Nunca compreendi a intransigência do anterior Governo Regional nesta matéria. Nunca compreendi, mas levei até ao fim aquela que eu sempre achei que era uma reivindicação justa e levei até às últimas consequências.

Também não percebi, porque é que, ao contrário do que sucede em todas as outras escolas, os professores e os não docentes ficaram numa segunda fase sem a possibilidade de aceder às refeições escolares. Voltei a insistir nessa questão, para que a questão fosse resolvida também com justiça e nunca desisti.

Falta, para fechar este ciclo desta questão, de facto que seja criado na escola, como acontecem nas nossas escolas todas, um local, um refeitório, para onde as crianças, juntamente com os professores e os não docentes, possam usufruir e tomar as suas refeições escolares, como acontece no conjunto do país.

Não é um megaprojeto, não é uma despesa enorme. Nunca foi! O problema nunca esteve no custo. Foi sempre dizer-se que isto não se aplicava porque a ilha é pequena, porque tinha pouca gente, porque não teria adesão, porque ninguém estava interessado.

A história demonstrou (e o Governo socialista foi constantemente confrontado com factos) uma adesão enorme das pessoas, dos miúdos, uma adesão das famílias, sempre com uma grande adesão da comunidade a esta proposta. Não usufruíam, porque pura e simplesmente não lhes era dada essa oportunidade. A

partir do momento que lhe foi dada essa oportunidade é evidente que começaram a usufruir, tal como acontece com os nossos alunos da Graciosa, ou das Flores, ou de São Miguel, ou de qualquer outra das nossas ilhas.

É uma discriminação que eu tenho tentado combater ao longo de todo este período. Eu também continuo sem perceber porque é que o Governo anterior nunca quis criar condições iguais para os alunos da nossa Região, onde quer que eles estejam, nas zonas mais centrais, ou nas zonas mais periféricas. Por isso, trago aqui outra vez, era o meu compromisso, tinha dito na última discussão desta proposta que o traria à discussão novamente na primeira oportunidade e esta é a primeira oportunidade, porque considero que esta proposta deve ser aprovada neste Parlamento. Tem todas as condições de justiça para o ser.

Também outra coisa fundamental: que a comunidade aprova o projeto que ficou absolutamente provado nas últimas eleições em que o PPM pela primeira vez ganhou as eleições.

É evidente a adesão das famílias, a adesão dos alunos. Nunca percebi, continuo sem perceber, porque é que o Partido Socialista se opõe à construção do refeitório da escola. Não consigo perceber porque é que não dá estas condições aos nossos alunos, porque é que não dá estas condições aos nossos professores, aos nossos não docentes. Porque é que se tem de tomar refeições numa sala minúscula, ainda por cima na Santa Casa da Misericórdia, em pleno período de pandemia.

É absolutamente incompreensível porque é que é imposto isto à ilha do Corvo. Sempre achei que isto era uma penalização absolutamente injustificável para a ilha do Corvo e para os nossos alunos, para os nossos professores, para os nossos não docentes, para as nossas famílias.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É para inscrever o Sr. Deputado Rui Espínola.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Espínola está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, gostaria de inscrever da parte do Partido Socialista o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Presidente: O Sr. Deputado Lubélio Mendonça está inscrito.

Mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Gostaria de inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes, por favor.

Presidente: A Sra. Deputada Alexandra Manes está inscrita, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Peço desculpa, não percebi quem se inscreveu.

Não deve ter sido ninguém.

Vamos iniciar o debate.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata manifesta o seu apoio inequívoco a esta pretensão da comunidade escolar da ilha do Corvo, subscreve esta iniciativa que é dirigida a esta Assembleia de novo pelo Deputado Paulo Estêvão do PPM.

Aliás, uma luta muito antiga do Deputado Paulo Estêvão na defesa das condições condignas no que ao espaço das refeições escolares diz respeito para a comunidade escolar da ilha do Corvo e que sempre foi rejeitada no passado pela maioria socialista.

Os espaços de refeições escolares além de servirem para a toma das suas refeições, constituem também lugares privilegiados de educação para a saúde, na promoção de estilos de vida saudáveis, de equidade social, uma vez que fornecem refeições nutricionalmente equilibradas, saudáveis e seguras a todos os alunos, independentemente do estatuto socio económico das suas famílias.

São espaços de promoção de atos alimentares saudáveis para o desenvolvimento equilibrado da população escolar e bem assim para o respetivo aumento do sucesso escolar.

Para o Grupo Parlamentar do PSD é da mais elementar justiça e um ato de dignidade que toda a comunidade escolar da ilha do Corvo disponha de um espaço para refeições escolares próprio, adequado, que cumpra com os critérios estabelecidos legalmente e que possa fornecer refeições de qualidade a todos os alunos, pessoal docente e não docente, o que não acontece atualmente. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme referi na minha primeira intervenção a propósito desta iniciativa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que seria imprescindível para a tomada de uma decisão fundamentada ouvir a comunidade escolar da ilha do Corvo, com prioridade absoluta para a Assembleia da Escola, como órgão representativo dos pais, alunos, pessoal docente e não docente.

Não foi este o entendimento desta Assembleia.

A opção de não ouvir os corvinos é para nós uma forma de demissão desta Assembleia conferindo unicamente ao Governo essa possibilidade, quando até aqui não foi assim.

Assim mesmo, entendemos que devemos contribuir de forma útil para este debate, trazendo a esta Casa o conhecimento que tomámos do contato diário e que mantemos com a população do Corvo, mas mais do que isso, recordando o que nos transmitiram as entidades envolvidas e diretamente interessadas nesta matéria.

Em primeiro lugar, dizer que o fornecimento das refeições escolares é uma realidade na ilha do Corvo e foi assegurada a partir do momento em que se concluiu a obra de construção de uma cozinha industrial devidamente equipada e com recursos humanos habilitados na Santa Casa da Misericórdia do Corvo com o intuito de servir a estrutura residencial para idosos, o serviço de apoio ao domicílio, a creche, o jardim de infância e a comunidade educativa da ilha do Corvo.

Este investimento foi superior a 700 mil euros e fica a cerca de 40/50 metros da escola.

Em segundo lugar, relembro o que disse a Assembleia de Escola sobre o funcionamento do serviço de refeições escolares assegurado pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo e cito: “A Assembleia de Escola em reunião de 8 de janeiro de 2020 foi unânime em considerar que os escolares e os alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira usufruem das refeições que satisfazem as regras de higiene e limpeza adequadas a este tipo de local, sendo um espaço acolhedor.

O horário de funcionamento das refeições corresponde às necessidades dos alunos, sendo assegurada a permanência de um assistente operacional durante todo o horário das refeições.

O pessoal docente e não docente recolhe as suas refeições nas instalações da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo dispondo, se assim entender, do bar da escola ou da sala de professores equipada com lavatório, máquina de lavar loiça, frigorífico e micro-ondas, para consumirem a sua refeição.” Fim de citação.

A Assembleia de Escola concluiu o seu parecer nos seguintes termos e volto a citar: “Até à presente data não foram referidas reclamações relativas ao serviço de refeições escolares junto do conselho executivo, pelo que a situação implementada pelo serviço de fornecimento de refeições escolares a toda a comunidade educativa se encontra a decorrer normalmente. Deste modo, a Assembleia considerou que se encontram reunidas as condições para que o serviço decorra com normalidade, não sendo necessário a construção de um refeitório escolar.” Fim de citação.

Pelas informações que nos foram possíveis recolher, neste momento cerca de 30 crianças e dois ou três professores beneficiam dos serviços de refeições assegurado nestes moldes, sem que tinha sido apresentada qualquer queixa sobre o funcionamento do serviço por qualquer um dos seus beneficiados, questão que naturalmente gostaríamos de ter tido a possibilidade de confirmar com o Conselho Executivo da escola.

Acresce também que pelo conhecimento que dispomos foi facilitado o acesso entre a escola e o refeitório, sendo construída uma passagem pelas traseiras do edifício, assegurando um trajeto ainda mais curto, acessível e seguro.

Pelo que nos é dado saber mantem-se a preocupação com a melhoria da qualidade e também com as diversidades em alternativas apresentadas, sendo que atualmente o serviço também disponibiliza refeições vegetarianas.

Gostaríamos ainda de referir que o edifício da escola dispõe de um espaço coberto que será objeto de uma intervenção na sequência de um projeto de orçamento participativo apresentado por aluno daquela escola.

O entendimento do aluno que apresentou o projeto, bem como daqueles que votaram nesse mesmo projeto, foi de que a prioridade seria que esse espaço fosse mantido como zona de lazer, garantindo uma aquisição de equipamentos informáticos e de conforto. Foi essa a sua prioridade.

Para finalizar, lembramos que o Conselho de Ilha do Corvo em 2020, na visita estatutária do Governo àquela ilha, sinalizou uma necessidade sentida pelos pais e essa necessidade foi de que o Governo em parceria com a Misericórdia do Corvo assegurava a disponibilização de um centro de atividades de tempos livres para as crianças da ilha do Corvo. Essa prioridade foi prontamente acolhida pelo Governo que disponibilizou os recursos financeiros para a concretização da obra e adaptação do espaço para esse fim.

Por tudo aquilo atrás que foi dito, gostaria este grupo parlamentar de ter tido a oportunidade de ouvir pelo menos a Assembleia de Escola sobre o funcionamento do atual serviço de refeições para manter ou alterar o seu entendimento sobre este assunto. Não tendo tido essa possibilidade, vamos abster-nos na votação deste projeto de resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução que hoje o PPM apresenta nesta mesa não é mais senão do que realmente uma reivindicação que já traz a esta Casa há alguns anos.

Todos os outros anos, das outras iniciativas relativas a este assunto, o Bloco acompanhou sempre aquela que era a pretensão da então Representação Parlamentar do PPM.

Tal como fizemos anteriormente e por considerarmos que faz todo o sentido que aquelas crianças, alunos e alunas não sejam discriminados, não é por ser a ilha mais pequena, nem por ter a mesma população, é porque se deve dar uma equidade e igualdade a esses alunos, vamos votar favoravelmente a proposta do Grupo Parlamentar do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Nuno Barata (IL): Para uma inscrição, Sr. Presidente, Nuno Barata.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata está inscrito.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Era para me inscrever, Sr. Presidente, se faz favor.

Presidente: Peço desculpa, não percebi.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Era para me inscrever, Sr. Presidente, eu, Catarina Cabeceiras.

Presidente: Está inscrita.

Penso que há alguém com o som ligado, o microfone. Muito obrigado.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever da parte do Partido Socialista a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Presidente: A Sra. Deputada Andreia Cardoso está inscrita também.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Fique com a ideia de que qualquer dia para um simples refeitório de uma escola é preciso fazer um referendo. É preciso ouvir os corvinos por causa do refeitório da escola!

Ora, os corvinos são ouvidos através deste Parlamento, os corvinos foram ouvidos, foram a votos há pouco mais de quatro meses e escolheram os seus representantes. Tenhamos nós a coragem de tomar essas decisões!

Não é preciso todas as vezes que é para tomar uma decisão chegarmos aqui e baixar à comissão para uma simples construção de um refeitório e levarmos aqui três meses a ouvir aquilo que já se ouviu para trás para depois se tomar essa decisão.

Como não fiz a minha intervenção no debate da urgência, permitam-me a leviandade de meter o tema.

Ora, daqui a quatro anos os corvinos terão outra vez a oportunidade de escolher um deputado do PPM, ou de escolher um deputado do PS, ou de escolher um deputado de outro partido qualquer que os represente condignamente com base naquilo que os Srs. Deputados aqui fizeram.

Há muita tendência nesta Casa ... e é preciso que isto mude um pouco também, porque não é só exigir mudança de paradigma no Governo, é preciso também alguma mudança de paradigma no funcionamento do Parlamento e na assunção de responsabilidades dos eleitos diretos.

Nós vivemos numa democracia parlamentar, não vivemos numa democracia corporativa. Temos de ouvir o povo sim, é um facto, mas nós somos os seus legítimos representantes para tomarmos as devidas decisões. Não é preciso todas as vezes que temos de tomar uma decisão ter de ouvir mais 10, mais 12, mais 14, mais 15 ... é bom poder ouvir, mas é também sempre bom ter a noção da responsabilidade daquilo que estamos aqui a fazer.

Portanto, Sr. Presidente, sendo essa uma necessidade não só imperiosa, mas da mais elementar justiça para a comunidade corvina a Iniciativa Liberal vai associar-se a esta iniciativa do Partido Popular Monárquico e vai votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dizer que, e também até concordando com aquilo que o Deputado Nuno Barata disse, efetivamente existiram eleições, o PPM teve o resultado que teve e, portanto, julgo que os corvinos concordam com aquelas que são as propostas aqui do Deputado Paulo Estêvão, até porque esta é uma reivindicação não de hoje, não de agora, mas já de há muitos anos.

Queria dizer que esta reivindicação que já não é de agora tem dado os seus frutos, porque a verdade é que em junho de 2017 foi rejeitada pela então maioria socialista a iniciativa do PPM que recomendava a construção de um refeitório e fornecimento das refeições escolares à Escola Mouzinho da Silveira. Nessa altura, a bancada socialista dizia que era muito bom os alunos do Corvo não terem refeições escolares, porque assim podiam ir comer com a sua família e que tal era um privilégio, quando o que se tratava não era de um privilégio, porque não era opção, mas sim da obrigatoriedade.

Mas isto na verdade deu os seus frutos, porque apesar deste discurso na verdade é que janeiro de 2019 foram disponibilizadas refeições escolares aos alunos do Corvo e no ano de 2018/2019 foram servidas cerca de 2.400 refeições, uma média de 30 refeições servidas diariamente num universo de 50 alunos.

Em junho de 2019 é aprovada por unanimidade a resolução para que os docentes, não docentes também tivessem acesso às tais refeições escolares, porque tratava-se de uma situação discriminatória quando até a própria lei estabelecia que os docentes e não docentes podiam utilizar os refeitórios, estabelecimentos públicos de educação e ensino.

Com a aprovação dessa iniciativa, no início do ano letivo passado os docentes e não docentes passaram a poder usufruir dessas mesmas refeições.

Hoje estamos mais uma vez com uma iniciativa do PPM que recomenda não a construção de uma cantina, mas sim a construção de um refeitório para que os alunos, os professores e os não docentes possam usufruir condignamente das suas refeições, uma vez que neste momento estão a fazê-lo os alunos deslocando-se à Santa Casa de Misericórdia e os docente e não docentes para ir buscar num regime de take away, podendo comer na escola, na zona do bar, como já foi dito, ou na sala de professores.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Lubélio Mendonça se considera, por exemplo, um professor que está a tomar a sua refeição na sala de professores, enquanto todos outros têm uma cantina para o fazer, se isto não é sanção discriminatória, só porque na sala de professores temos um micro-ondas e um frigorífico, onde como já foi dito anteriormente e bem trata-se sim de um local de trabalho.

Também queria dizer e acompanhamos aquilo que foi pelo Deputado Pedro Neves, quanto ao facto da pandemia que estamos a viver, estão os alunos a deslocar-se para Santa Casa da Misericórdia, apesar de já noutros trabalhos em três comissões, saber que a instituição tem tido os cuidados no que se confere às condições de segurança, mas a verdade é que não há a necessidade delas irem usufruir da sua refeição na casa de repouso, quando todas as outras escolas da Região têm um refeitório condigno, com condições para que todos possam usufruir das suas reivindicações e como tal o Grupo Parlamentar do CDS guia-se, como tem feito, acompanhar esta reinvenção do Deputado Paulo Estêvão.

Para finalizar, dizer que a verdade é que este tem sido um processo moroso, é verdade, mas dada a persistência do Deputado Paulo Estêvão tem-se conseguido bons resultados para a ilha do Corvo, para os alunos, para os professores, para a

comunidade escolar, para poderem usufruir das suas refeições de uma forma condigna.

Como tal, consideramos que esta é uma reivindicação justa e esperamos que agora sim o Corvo e a escola do Corvo tenha um refeitório à semelhança de todas as outras escolas da Região.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate apenas para transmitir um pouco daquele que é o meu conhecimento desta solução que foi encontrada, que está em pleno funcionamento e que, até pelo menos há um ano atrás era, era no entender da Assembleia de Escola satisfatória cumprindo tudo aquilo que eram os requisitos necessários ao funcionamento de serviço de refeições de qualquer outra escola da Região. O que é naturalmente transmitido e parece-me que, far-me-ão justiça que diga quando transmita aqui aquilo que me parece que é a verdade dos factos e a realidade histórica, o Governo anterior foi diligente em apoiar a Santa Casa da Misericórdia do Corvo na construção de um refeitório, melhor, de uma cozinha industrial, devidamente equipada, com funcionários devidamente habilitados ao fornecimento de refeições nos termos daquilo que a lei exige.

Isto aconteceu, foi posto de facto em funcionamento essa cozinha e este é o circuito histórico da construção da cozinha que leva à possibilidade de fornecer refeições em condições de segurança para as crianças, os docentes e os não docentes da ilha do Corvo.

Este aspeto é essencial. O Governo anterior nunca se opôs ao fornecimento de refeições, antes pelo contrário, diligenciou no sentido que elas fossem

asseguradas. Acho que este aspeto é importante que aqui se diga e foi todo o evoluir até pelo próprio entendimento da Assembleia de Escola, no fundo da comunidade educativa da ilha do Corvo, que conduziu o Governo também neste sentido.

Não quero com isto dizer que não houve partidos políticos que tenham tido também intervenção nesta matéria, o que não parece legítimo é que aqui se diga que o Governo ou o Partido Socialista estiveram ausentes neste processo, quando pelo contrário foram diligentes na consecução destes investimentos que conduziram à disponibilização das refeições no Corvo.

Parece-me que é essencial também que aqui se diga, que para além de colocar em funcionamento uma cozinha que permitiu as refeições, foi disponibilizado um espaço para o efeito que fica, como aqui já foi dito, a cerca de 40 a 50 metros da escola e ainda muito recentemente para além desse espaço que tem entrada independente da circulação dos idosos do lar (é importante que aqui se diga, salvaguardadas as questões de segurança mesmo neste momento de pandemia, este aspeto parece-me que é essencial) e com o natural evoluir da situação desde o início se disse que primeiro seria assegurar o funcionamento aos alunos e que depois, se as coisas corressem bem, assegurar o fornecimento de refeições aos professores, o que veio de facto a acontecer e neste momento (varia, por aquilo que é o nosso conhecimento da situação) há dois ou três professores que de facto recolhem a sua refeição na Santa Casa e que por opção própria a tomam no seu domicílio. Este aspeto é também relevante, pese embora naturalmente a escola disponibilize espaço para o efeito.

Entendo e o Sr. Deputado Lubélio disse, e disse-o muito bem, a Assembleia tem naturalmente um papel, que é o papel legislativo, mas também tem um papel muito importante que é o papel de estar próxima e de ouvir as populações, sem prejuízo do trabalho que é feito pelos deputados de cada uma das ilhas, existem comissões especializadas permanentes que têm exatamente esse papel e o

Partido Socialista o que defendeu na sua intervenção inicial a propósito desta urgência era que fosse seguido o mesmo caminho que foi seguido em momentos anteriores nesta Assembleia, designadamente em 2019, ou seja, este assunto foi apreciado pela comissão especializada permanente e era para nós essencial atualizar a nossa informação, atualizar o entendimento que a Assembleia de Escola tem sobre esta matéria para tomarmos uma decisão fundamentada sobre este assunto.

Parece-nos que não é de todo que queremos adiar uma tomada de posição sobre esta matéria, porque até como se sabe a comissão teria todas as condições para trazer já ao próximo plenário um relatório com auscultação destas entidades. O Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe que assim é. A auscultação da última vez foi feita por escrito, portanto, com toda a celeridade. Não demoraria mais do que, com certeza, até ao próximo plenário e ainda por cima tinha a vantagem de anteceder o plenário de discussão do Plano e Orçamento e, portanto, estaríamos todos (o PPM e todos os partidos com assento parlamentar) devidamente habilitados para tratar esta matéria ouvindo aqueles que diretamente lidam com a questão do serviço de refeições na ilha do Corvo e, portanto, mais habilitados – pelo menos eu sentir-me-ia mais habilitada – conhecendo o espaço onde as refeições são tomadas, conhecendo a cozinha, conhecendo a Santa Casa da Misericórdia, conhecendo a escola, mesmo assim eu gostaria de ouvir e de ler aquilo que é o entendimento da Assembleia de Escola sobre como está a funcionar o serviço hoje.

Houve uma questão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse e que é verdade: ao que parece é um serviço que tem tido uma adesão cada vez mais satisfatória, o que também traduz a satisfação que as famílias, que os pais, que os alunos e que também os docentes têm sobre o funcionamento deste serviço.

É verdade que no limite pode trazer condicionamentos à solução existente. Queríamos avaliar se traz, se não traz, se a solução que está em funcionamento é satisfatória, ou não é satisfatória.

Penso que é legítimo e não era de todo adiar o problema, nem adiar uma posição sobre esta matéria. Era simplesmente legitimarmo-nos a todos para uma tomada de decisão consciente.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, queria inscrever alguém?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Para me inscrever a mim próprio.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para se inscrever também?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado?

Deputado Carlos Furtado (CH): Eu próprio, sim senhor.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, se me permite.

Presidente: Faça Favor, Sr. Subsecretário.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Gostaria de inscrever em nome do Governo a Sra. Secretária Regional da Educação.

Presidente: A Sra. Secretária Regional da Educação também está inscrita.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, nós estamos aqui nesta sessão da Assembleia Legislativa e já aprovámos um conjunto de resoluções, desde a compra de 250 mil testes de despiste da doença de Covid-19, discutimos aqui financiamento à manutenção do emprego nas empresas, andamos aqui a discutir aqui outras ordens de grandeza, e não posso admitir que a Casa dos Açores, onde os açorianos estão aqui representados crie um conjunto de problemas, de entraves, de dúvidas, de mil e uma questões para aprovar uma simples recomendação ao Governo Regional dos Açores para que em tempo oportuno construa um refeitório que consiga albergar 17 crianças da ilha do Corvo para tomarem as suas refeições com a dignidade que merecem.

Se nós não conseguimos decidir uma situação dessas aqui, eu sinceramente pergunto o que é que andam aqui 57 deputados a fazer?

Daqui lanço o meu voto de absoluto protesto perante o rumo que este debate está a levar.

Não há qualquer dúvida, em sítio nenhum do mundo, ainda para mais na ilha do Corvo, com as contingências que todos nós conhecemos, com o isolamento que todos nós conhecemos, que os açorianos e particularmente o Governo Regional têm de ter um laço de solidariedade para aquela ilha. É indigno o que se está a passar na ilha do Corvo colocando 17 crianças a comer num refeitório que nem sequer é digno desse nome.

Se nós não conseguirmos de uma vez por todas resolver isso já, então pergunto o que é que andamos aqui todos nós a fazer.

Era só isso, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer a todos os Srs. Deputados que tomaram uma posição solidária em relação a esta matéria.

Esta matéria tem sido um autêntico calvário.

O Partido Socialista está aqui a dizer que afinal sempre defendeu refeições no Corvo. Isso é falso! Todos conhecem o processo, todos sabem até ao limite a que tive de chegar para que as refeições fossem servidas na ilha do Corvo. Todos conhecem as declarações do Sr. Presidente da Câmara do Corvo socialista que é o que se mantém atualmente no poder a dizer que não sabia de ninguém, ninguém reivindicava refeições, ninguém! Era um privilégio para os alunos do Corvo não terem refeitório. Todos conhecem isso, todos conhecem os discursos do Sr. Deputado Iasalde Nunes a dizer que não fazia sentido numa ilha como o Corvo as crianças terem acesso a refeições escolares. Isso está nos diários, isso está nos jornais, todas estas declarações estão.

Na altura os órgãos de escola tomaram posição a favor da construção do refeitório, foram completamente ignorados pelo Partido Socialista, que inclusivamente fez um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia sem sequer consultar a escola, o Conselho Executivo e os órgãos da escola na altura ... toda a gente sabe isso... há vários requerimentos.

Agora, vêm aqui precisam das respostas dos órgãos de escola quando até assinaram protocolos e tomaram decisões contra a decisão dos órgãos de escola! Portanto, o Partido Socialista tem uma absoluta hipocrisia nesta matéria.

A verdade é que as crianças já têm refeições escolares, a verdade é que os docentes e não docentes já têm refeições escolares também, acesso, contra a vontade do Partido Socialista que criou todos os obstáculos para que assim não fosse e também é preciso dizer (e a verdade é esta!) que aquele espaço de 17m² não tem a menor dignidade e condições para que os alunos possam lá tomar

refeições. Isto é evidente! E o Parlamento dos Açores e o Governo dos Açores têm a obrigação de criar as condições para que os nossos alunos tenham condições dignas em todas as nossas escolas, em todas as nossas freguesias, em todas as nossas ilhas, para que todos tenham iguais condições.

Esta tem sido a luta que eu não me afasto um milímetro. Disse que apresentava aqui e voltei a apresentar, porque é um direito, defendo aqui o direito dos alunos do Corvo, mas de todos, de todos os alunos dos Açores e do nosso país para que todos tenham igual dignidade e tenham as mesmas respostas. É para todos! Não podem existir diferenças, não pode existir discriminação.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A discussão em torno do refeitório da escola do Corvo parece que estamos a falar de uma obra de milhões de euros.

Não, não é uma daquelas obras de milhões de euros levadas a efeito pelo anterior Governo com taxas de ocupação desadequadas relativamente à dimensão da escola. Não, não!

Trata-se apenas da construção de um refeitório que, como já foi aqui dito e bem, é da mais elementar justiça para com aquelas crianças e para com aqueles funcionários da escola, independentemente de serem docentes ou não docentes.

O povo do Corvo não é menos do que qualquer açoriano. Os alunos do Corvo não são menos alunos. São 10, são 20, são 30, não sei quantos são, mas seguramente são aqueles que a ilha do Corvo conseguiu fixar e só conseguiu fixar pela vontade deste povo em se manter naquela ilha, provavelmente as condições de fixação não são as melhores. O isolamento, o distanciamento físico e de recursos àquela ilha fazem com que o povo daquela ilha seja um

povo resistente e aproveitando da resistência deste povo não pode nenhum Governo, não pode nenhum político aproveitar a resistência desse povo para diminuir naquilo que são as necessidades.

O partido Chega entende que a construção desse refeitório, acima da utilidade prática que ele tem, tem uma mensagem de solidariedade para com aquele povo, uma mensagem de que esse território, essas nove ilhas são apenas uma só, embora separadas por mar. Por isso, o Chega votará obviamente favoravelmente esta recomendação ao Governo Regional para a construção daquele refeitório.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo e demais Membros do Governo:

Dizer-vos que para este Governo a coesão toma forma com a diferenciação positiva que possa garantir equidade, em especial, no acesso a condições básicas como é esta que nós estamos aqui a debater e daí também este empenho neste debate como nós podemos aqui ver creio que é partilhado.

Efetivamente há questões aqui que no nosso entendimento têm que ser analisadas convenientemente, este acesso dos alunos não terem um espaço condigno para poderem comer as suas refeições na escola, os professores, os não docentes também, é uma questão para nós de grande sensibilidade, que nós partilhamos e gostaria também de partilhar que nas decisões que o Governo vier a tomar, neste caso a Secretaria Regional da Educação, no que concerne a construções escolares, como já tive oportunidade de me comprometer na última audição em que participei, na Comissão de Assuntos Sociais, fá-lo-emos

sempre auscultando as entidades locais para que não surjam mais situações em que após termos edificados depois sejamos contactados por associações de pais, por assembleias de escola, por juntas de freguesia que não estão agradadas quanto à tipologia da obra que se venha a fazer.

Portanto, reiterar aqui este compromisso que todas as obras que venham a ser por nós propostas, no que concerne à educação, serão articuladas com os agentes locais, tomando nota das suas pretensões e aspirações.

Portanto, caso esta Assembleia decida aprovar este projeto de resolução do PPM o Governo Regional obviamente tomará boa nota desta recomendação para ação futura.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista eu gostaria de me inscrever, Vasco Cordeiro.

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço para intervir neste ponto da nossa ordem de trabalhos, porque me parece que não só o assunto merece, como o contexto em que decorre este debate, suscita a necessidade de alguns esclarecimentos e de algumas precisões.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a posição da Sra. Secretária Regional da Educação aqui expressa. Só não percebo é porque razão pode o Governo tomar essa posição e o Parlamento já não pode. A forma como o Parlamento poderia

tomar essa decisão ou essa postura seria, exatamente, a de permitir que se ouvisse, pelo menos, a Assembleia de Escola e outras entidades em relação a esta questão.

Esta necessidade de ouvir outras entidades é uma birra do Partido Socialista? É uma forma de obstar ao efeito prático dessa resolução? É uma forma de empatarmos este assunto?

Há duas precisões que já foram aqui referidas, mas eu acho que devo referir novamente. A primeira delas é a seguinte: esta proposta, se não estou erro, terá que aguardar pelo Orçamento da Região, pelo menos, para 2021 para produzir efeitos, para ter efeitos práticos e, portanto, nunca acontecerá (vamos ser otimistas!) que antes de abril essa recomendação possa ser efetivada.

Ora, daqui até ao mês de abril haveria perfeitamente a possibilidade ouvirmos, pelo menos, a Assembleia de Escola, porque não a própria Santa Casa da Misericórdia, porque não a própria autarquia? Enfim, no fundo ter uma ideia do que se passa e porque razão é que nós entendemos que haveria a necessidade de ter uma ideia do que se passa?

Reconheço, obviamente, a persistência e a insistência do Sr. Deputado Paulo Estêvão e do PPM neste assunto. Não é de agora. Já é de há muito tempo. Há hoje - permitir-me-á o Sr. Deputado Paulo Estêvão -, alguma criatividade na interpretação das razões pelas quais o Sr. Deputado chegou a formas radicais de luta. Essas formas radicais de luta não se prenderam com as refeições escolares, prenderam-se, isso sim, com a construção do refeitório! Foi isso que esteve em causa. Mas isto serve para dizer o quê?

Serve para dizer o seguinte: nós estamos a falar do refeitório da Santa Casa da Misericórdia, e perdoar-me-ão os colegas deputados, mas fico com a sensação de que alguns de nós poderão não conhecer exatamente de que espaço é que nós estamos a falar.

Nós estamos a falar de um espaço que foi alvo não exclusivamente (repito: não exclusivamente), mas, também, de um investimento de cerca de 700 mil euros e de um espaço que fica a menos de 40 metros da escola.

Portanto, repare, o Partido Socialista nunca afirmou face à apreciação desta proposta qualquer argumento contra a proposta, que achava que a proposta não fazia qualquer sentido. Esta proposta de resolução que aqui foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM não teve essa apreciação da nossa parte.

Agora, certamente reconhecerão que, tendo em conta a circunstância de ter sido feito o investimento que foi feito (repito mais uma vez que nós não investimos 700 mil euros no espaço de refeição, no espaço que serve as refeições), houve este investimento mais global na Santa Casa da Misericórdia e que incluiu também essa componente de reforma também da cozinha, de equipamento, nós achámos que, face a esse investimento, seria até de razoável cautela de gestão da coisa pública perguntar: isso foi um investimento que não resultou, que não está a funcionar bem, que não está a servir ou que está a servir?

Portanto, o que está aqui em causa, parece-me, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... e reconhecendo mais uma vez, obviamente, (já termino, Sr. Presidente) toda a legitimidade e mais alguma que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, por razões formais e por razões substantivas, tem para trazer novamente este assunto a esta Assembleia, agora o que me parece que está aqui em causa não é porque é que o Partido Socialista quer ouvir, porque é que Partido Socialista entende que o assunto tivesse que baixar à comissão.

A verdadeira questão que surge deste debate é porque é que os senhores não querem que o assunto baixe à comissão e essa parece-me ser uma diferença, porque pelos motivos que expliquei, fazia sentido.

Repito, porque isso me parece importante.

Já termino, Sr. Presidente.

Reconheço toda a legitimidade formal e substantiva do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM, e de qualquer um dos outros deputados (a verdade é esta!), mas gostava era de explicar a posição do PS de maneira a que se perceba porque razão é que nós entendemos que valia a pena ouvir mais entidades, nomeadamente as diretamente relacionadas com este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, gostava de me inscrever.

Presidente: A quem é que o senhor quer inscrever, peço desculpa?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Eu próprio.

Presidente: Sr. Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma inscrição também, Paulo Estêvão.

Presidente: Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é precisamente este tipo de discurso que acabámos de ouvir do anterior Presidente do Governo Regional dos Açores que trouxe a Região Autónoma dos Açores precisamente aos piores índices que todos nós conhecemos, sobretudo na área da educação, na área do nosso desenvolvimento económico e social.

A postura de continuar a empurrar para a frente uma situação que pode ser precisamente resolvida e que estamos aqui hoje apenas e tão só a fazer uma recomendação ... Nós estamos a falar de um projeto de resolução ao Governo

Regional dos Açores para que construa o refeitório na ilha do Corvo da forma que depois os estudos que o Governo Regional há de, com certeza, efetuar com as melhores opções e características técnicas da construção deste empreendimento que o Governo Regional há de ter em linha de conta, não pode de forma nenhuma manter em lume brando uma situação que exige uma resposta imediata. Baixar à comissão, ouvir mais entidades, criar aqui mais uma rede de burocracia que vai emperrar mais este assunto para as calendas gregas não é a missão deste Parlamento, não pode ser a missão deste Parlamento.

Este Parlamento tem esta resolução que tramitou com caráter de urgência e este Parlamento o que tem de fazer é precisamente dar resposta àquilo que são os anseios da comunidade escolar do Corvo, que é recomendar ao Governo Regional que construa este empreendimento. Tão simples quanto isso!

Manter um assunto destes de comissão em comissão, de audição em audição, é precisamente protelar no tempo uma situação que merece uma resposta imediata da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, onde está legitimamente representado o povo das nossas ilhas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para mim é penoso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro continue a estar na posição em sempre esteve há muitos anos, em que foi uma posição de insensibilidade que o conduziu até ao presente momento.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não é verdade que o refeitório da Santa Casa tenha sido construído para os alunos, foi construído, como bem sabe, para os funcionários da Santa Casa da Misericórdia, que são quatro ou cinco.

Portanto, não foi construído para esse efeito. Uma sala de 17 m² quanto é que representa no investimento que V. Exa. agora referenciou, no número redondo que V. Exa. referenciou?

Talvez 0,8 ou 0,9% desse investimento.

Depois, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor presidiu ao Governo Regional que fez um protocolo sem consultar sequer os órgãos de escola para saber como eram servidas as refeições e deixaram de ser servidas e que fez tudo isso contra a opinião dos órgãos de escola. Os órgãos de escola tomaram a posição que os alunos deveriam ter as refeições e o senhor não respeitou. Quando elaborou o protocolo nem sequer se preocupou em ouvi-los sobre o protocolo. Essa é que é a história, essa é que é a verdade.

Depois dizer-lhe também: quer ouvir quem? O Sr. Presidente da Câmara Municipal?

Aquele que disse há três ou quatro anos que não era preciso, que era um privilégio não ter um refeitório escolar, isso era uma coisa só do Paulo Estêvão, não teria adesão nenhuma, de nenhuma família, de nenhuma criança? É esse senhor que o senhor quer ouvir novamente, que lhe deu essa opinião, que lhe deu esses conselhos, que lhe transmitiu essa opinião tão extraordinária de que era um privilégio não ter os mesmos direitos que os outros?

É essa a opinião que V. Exa. quer ouvir outra vez?

Não, Sr. Deputado. Este assunto arrasta-se há três legislaturas. É urgente! É urgente que seja resolvido, é urgente que os alunos do Corvo, os professores e os não docentes tenham refeitório e que possam ser servidas as refeições da mesma forma, com a mesma dignidade e as mesmas condições que são servidas nas restantes escolas dos Açores. É uma questão de igualdade que eu sei que é algo que é muito importante para o Partido Socialista. Eu sei. É um partido dessa vertente democrática.

Portanto, o que lhe quero dizer é que há que criar condições iguais.

Porque é que vamos manter uma situação de excecionalidade?

Trata-se de um investimento de milhões de euros?

Não! Não é um investimento de milhões de euros, não é um investimento desmesurado.

Precisamos fazer um referendo para saber se os alunos têm direito a refeições escolares?

Não precisamos de fazer. É um direito que têm, da mesma forma que é um direito que tenham refeitórios.

Porque é que os alunos, os professores e os não docentes não podem comer juntos? Porque é que não o podem fazer como os outros fazem nas outras condições? Porque é que estão limitados a uma salazinha de 17m²?

Eu acho que a melhor resposta foi dada pela comunidade corvina quando a adesão às refeições escolares é a mais alta da Região. Aquela que os responsáveis do Partido Socialista diziam que ninguém queria, afinal é a maior adesão dos Açores.

Nenhuma outra escola tem uma adesão percentual tão elevada como no Corvo. Mais! Ainda terá uma adesão maior quando tiverem as mesmas condições que os outros. É tão simplesmente isto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves está inscrito.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só primeiramente gostaria de dizer que a Representação Parlamentar do PAN apoia totalmente a reivindicação do partido do PPM sobre a ideia e sobre o objeto do projeto em si, mas também gostaria de dizer que todos os argumentos usados pelo líder parlamentar do PPM e o líder parlamentar do PSD foram os

mesmos de ontem, mas com posições diferentes. Neste caso, a comissão ontem para a iniciativa do PAN era importantíssima, agora já não é importante.

Apoio que é uma urgência, mas é engraçado ver que os mesmos argumentos só servem para o vosso propósito.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, agora é para beber a água toda.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, eu próprio.

Presidente: Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Pedro Neves, a sua intervenção é infeliz, porque de facto pretende comparar algo que é incomparável. Não há aqui, digamos, nenhum denominador comum que possa estabelecer uma ponte sobre o que discutimos ontem no que diz respeito ao fim do abate imediato dos animais sem que exista condições para o efeito e construir um refeitório para 17 crianças na ilha do Corvo tomarem as suas refeições de forma digna.

Portanto, esta comparação é infeliz da sua parte e nesta medida tenho que lhe devolver o copo de água que me ofereceu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Já agora para retorquir obviamente a mensagem ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Não interessa o objeto em si, interessa sim o argumento relativamente ao objeto.

Não é importante aquilo que nós defendemos. O que interessa são os argumentos que nós usamos para defender as nossas ideias e obviamente que não quero fazer sequer alguma comparação, porque aí seria obviamente uma discussão filosófica sobre a parte de sensibilidade e o altruísmo de cada pessoa, mas sem dúvida que os argumentos que foram usados hoje, ontem serviram para a negativa e não para a positiva e é a isso que queria que tivessem essa sensibilidade relativamente ao argumento em si.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Em primeiro lugar, agradecer o apoio do Deputado Pedro Neves a este projeto e depois dizer-lhe que na minha perspetiva são questões diferentes e digo-lhe apenas para abreviar que esta questão está a ser debatida há três legislaturas, já foi alvo de várias análises, de várias comissões, de várias análises em comissão. Portanto, há uma diferença substantiva no processo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução

“Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, por necessitar de mais informação que não tenho, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Francisco César.

(Pausa)

João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Eu abstenho-me, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): O meu voto é de abstenção, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é de abstenção, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é de abstenção, Sr. Presidente.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): O meu voto é de abstenção.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): O meu voto é de abstenção, Sr. Presidente.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): O meu voto é de abstenção.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o Sr. Deputado Joaquim Machado teve que se ausentar.

Presidente: Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para o anúncio do resultado desta votação. Faça favor, Sr. Deputado Marco Costa.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM, foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 25 abstenções do PS.

Resumo da votação: 31 votos a favor e 25 abstenções.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

(Eram 17 horas e 02 minutos)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 19 minutos)

Avançamos para o ponto 33 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 19/XII – “Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia”.**

Esta iniciativa é apresentada pelo CDS/PP e para justificar a urgência, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, quem vai usar da palavra?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sou eu, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução e esta urgência justifica-se porque é premente colocar esta questão na agenda política pela importância que este programa tem para a

nossa Região. É urgente que os Açores, a Assembleia, o Governo manifestem a nossa posição e uma posição reivindicativa quanto a este programa tão importante para o nosso setor agrícola e é urgente também pelos cortes que foram anunciados ainda a semana passada pela Ministra da Agricultura para 2022 em 3,9% numa ajuda no programa onde já se verifica um défice, porque consecutivamente algumas ajudas sofrem rateio. Como tal entendemos que era urgente trazer esta questão a esta sessão plenária.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista gostaria de inscrever a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Presidente: A Sra. Deputada Patrícia Miranda está inscrita.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Patrícia Miranda tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É urgente lutar sempre pelo progressivo desenvolvimento da nossa agricultura. Assim, lutar pela manutenção e reforço de um programa como o POSEI de elevada importância não só para o nosso setor, mas para toda a nossa Região, é sem dúvida por si só uma urgência.

Desta forma, a bancada do Partido Socialista, relativamente a esta iniciativa do partido do CDS/PP entende e subscreve este pedido de urgência.

Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação desta urgência.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto favorável.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente o meu voto é a favor

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Tem a palavra Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio do resultado da votação. Faça favor, Sr. Deputado.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 19/XII – “Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, foi aprovado por unanimidade com 56 votos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, passamos para o debate da iniciativa.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs.

Membros do Governo:

Antes demais, Sr. Presidente, permita-me que me dê latitude para isso, não sei se esta será a minha última intervenção, queria manifestar o meu agradecimento e o meu reconhecimento a todos os técnicos, a todos os funcionários da Assembleia, bem como à Secretária-Geral, por mais uma vez terem tornado possível a realização deste plenário online com o mínimo de constrangimentos possíveis e agradecer também novamente ... ainda esta manhã tivemos constrangimentos aqui em São Jorge e foram incansáveis para rapidamente ultrapassar a situação e queria deixar este nosso agradecimento agora.

Quanto ao projeto de resolução em si ele surge porque sabemos todos que o POSEI apoia as regiões ultraperiféricas da União Europeia que enfrentam desafios específicos dado ao afastamento, à insularidade, à pequena dimensão, à topografia difícil ou até ao clima e esta iniciativa surge também pela importância que este programa comunitário tem para o desenvolvimento da nossa Região, sendo um importante mecanismo para a coesão, numa região como a nossa em que o setor agrícola é crucial.

Surge também, como já disse até quando apresentei a urgência, dadas as notas públicas dos cortes previstos nas verbas do POSEI previstas na Política Agrícola Comum a partir de 2022, cortes na ordem dos 3,9% como o anunciado ainda na semana passada pela Sra. Ministra da Agricultura.

De salientar a importância que o POSEI tem e ser adequado às necessidades da Região Autónoma dos Açores, e a sua necessidade de ser reforçada a sua aplicação, a sua abrangência, bem como o reforço financeiro, porque as atuais dotações a verdade é que não têm sido suficientes e têm-se verificado sucessivos rateios em várias ajudas.

Como tal, reitero e concluo até dizendo que este programa que visa compensar os sobrecustos e dificuldades de produção, apoiando as produções vegetais e animais, a transformação, abastecimento e a comercialização é crucial para a nossa Região.

Por tudo isto é que nos surge esta preocupação e assim apresentámos este projeto de resolução que visa a Assembleia Legislativa Regional recomendar ao Governo que encete junto do Governo da República as devidas diligências para que seja acautelada a negociação com a União Europeia no âmbito do POSEI o reforço da aplicação, abrangência e dotação financeira.

É este o ponto resolutivo e claro que isto surge, como compreenderão, pela importância que este mecanismo tem para a nossa Região.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de inscrever a Sra. Deputada Patrícia Miranda e o Sr. Deputado José Eduardo.

Presidente: A Sra. Deputada Patrícia Miranda e o Sr. Deputado José Eduardo do Partido Socialista.

Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Em nome do PSD queremos inscrever o Deputado Bruno Belo.

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo.

Diga, Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Em nome do Governo queria inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura.

Presidente: Muito obrigado.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Nuno Barata (IL): Para uma inscrição, Sr. Presidente, Nuno Barata.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata também está inscrito.

Vamos dar início ao debate.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Face à importância que os fundos europeus têm para a nossa Região e muito em concreto para a agricultura o Grupo Parlamentar do PS/Açores apoiará o trabalho que o novo Governo Regional venha a fazer na luta contra eventuais cortes no POSEI e na luta pelo seu reforço.

Estes fundos são essenciais para compensar sobrecustos, estimular o crescimento das produções, incentivar o aumento dos regimes de qualidade, ajudar a manter a atividade agrícola dos produtores mais pequenos, bem como para impulsionar a qualidade e a valorização das produções agrícolas merecendo assim o seu reforço para compensar os aumentos dos custos de produção registados nos últimos tempos.

Agora, tal como aconteceu no processo de revisão da PAC pós 2020, em que o anterior Governo dos Açores trabalhou empenhadamente em articulação com a Federação Agrícola dos Açores, com os membros do Conselho Regional da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e com o Governo da República para assegurar o reforço dos fundos comunitários para a agricultura dos Açores, designadamente no POSEI, é preciso unir esforços e agir com urgência.

O novo executivo pode contar com o apoio do Partido Socialista para que o exigente processo negocial possa ter bons resultados à semelhança do que aconteceu na anterior legislatura em que a postura negocial de rigor, exigência, reivindicação e vigilância ativa em prol dos legítimos interesses dos Açores foi determinante para que não fossem aplicados cortes no POSEI durante a fase de transição entre os quadros comunitários.

Por isso, importa continuar a demonstrar que não se deve desistir (e repito: não se deve desistir!) de defender os direitos e os interesses dos agricultores tanto a nível nacional, como a nível europeu.

Nesse sentido, e de acordo com o requerimento apresentado a esta Assembleia pela bancada do Partido Socialista no passado dia 22 de janeiro do corrente ano sobre a preponderância do POSEI na agricultura dos Açores, consideramos que é importante conhecer quais as medidas que o XIII Governo Regional prevê tomar com o objetivo de garantir a inexistência de cortes futuros no POSEI e o seu reforço e se o XIII Governo Regional tem condições para assegurar o POSEI com verbas regionais, à semelhança do Governo anterior, com o objetivo de reduzir as taxas de rateio aplicadas às ajudas?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

É a nossa condição económica, social e territorial que faz com que os Açores lutem permanentemente pela diferenciação de políticas e de apoios públicos que permitam que aqui também seja Europa na sua plenitude.

Sempre foi evidente que as produções agrícolas iriam aumentar em cada uma das nossas ilhas. Esta foi sempre a finalidade das políticas agrícolas e também dos próprios agricultores.

Já o mesmo não se pode dizer do rendimento dos agricultores e da rendabilidade das diversas produções. Cabe ao Governo da República, enquanto representante do estado membro, negociar com a Comissão Europeia um envelope financeiro de acordo com as necessidades e especificidades dos Açores.

Este Parlamento já aprovou uma recomendação por proposta do PSD ao Governo Regional para que intervenha junto do Governo da República para que seja negociado com a Comissão Europeia um reforço do POSEI para os Açores no quadro do estatuto da região ultraperiférica.

A atual dotação financeira do POSEI já não é suficiente, já não serve as necessidades do setor agrícola dos Açores.

Os Açores por serem uma região ultraperiférica gozam de diferenciações nas políticas agrícolas, como majorações ou derrogações.

A importância do POSEI tem um impacto direto na fixação de pessoas e na questão da autossuficiência alimentar.

Hoje, a realidade mostra-nos que temos rateios em quase todas as medidas do POSEI. Isto significa que as ajudas não cobrem as necessidades dos agricultores e esta situação reflete-se nos atrasos estruturais do setor agrícola nos Açores por comparação com o território continental de Portugal.

Esta realidade é comprovada pelas declarações da Federação Agrícola na defesa de um reforço do POSEI na ordem entre os 15 e os 20 milhões de euros.

Impõe-se neste momento uma questão e reitero a questão da Sra. Deputada do Partido Socialista: está o Governo Regional disponível para diminuir o valor dos rateios até agora existentes através do orçamento regional?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os grupos ou representações parlamentares aqui presentes não estão envolvidos do ponto de vista institucional em qualquer processo negocial junto das instâncias europeias, nem esta é a sua missão, mas devemos manifestar, contudo, a nossa posição firme alicerçada nas posições dos diversos parceiros sociais.

O PSD defende que devemos estar todos convocados a estar ao lado da agricultura dos Açores e quando digo todos, refiro-me não só ao Governo, mas

também às organizações do setor e também, sobretudo, aos partidos aqui representados neste Parlamento.

É neste enquadramento que o PSD exorta o Governo dos Açores a sensibilizar o Primeiro Ministro António Costa para que Portugal coloque esta preocupação na agenda e tenha uma posição firme e clara a favor do reforço do orçamento do POSEI junto da Comissão Europeia, mas também junto do Conselho Europeu, onde têm assento os líderes dos governos dos estados membros da União Europeia. Até porque a Sra. Ministra da Agricultura admitiu a possibilidade de cortes no POSEI a partir de 2022 sem que o assunto ainda tivesse sido discutido nas negociações da PAC.

Na passada terça-feira, na apresentação do programa da presidência portuguesa do conselho para o setor agrícola aos eurodeputados da Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a Sra. Ministra veio contrariar o que havia dito anteriormente e referiu que a manutenção do POSEI no pós 2022 é uma prioridade.

Lamento essas incoerências das posições que têm vindo a ser tomadas pela Sra. Ministra com avanços e recuos no processo de negociação das verbas do POSEI. Esta postura revela, em primeiro lugar, alguma falta de conhecimento da importância das verbas do POSEI para os Açores, revela também falta de conhecimento sobre o impacto económico e social da agricultura nos Açores. Transmite uma má imagem do país junto das instituições europeias, transmite também uma instabilidade aos agricultores dos Açores.

Espero que o governo português nas negociações da reforma da PAC no Conselho seja efetivamente capaz de concretizar este compromisso para o pós 2022.

Independentemente das afirmações da Sra. Ministra, devemos continuar a trabalhar para garantir que a União Europeia não deixe para trás os agricultores dos Açores.

Não há estratégia sem agricultores. Não há estratégia sem eficiência produtiva e um abastecimento alimentar seguro que também a pandemia veio revelar e sem uma compensação justa aos agricultores.

Disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução em causa do CDS/PP é meritório e, como já foi referido, vem no seguimento do que já era desde há bastante tempo trabalhado pelo Partido Socialista no sentido da manutenção e de reforço das verbas do POSEI para as regiões ultraperiféricas, sendo que em abono da verdade sobre esta matéria é de realçar, e não podia deixar de o fazer, a quase sempre unanimidade nesta Casa no que se refere a iniciativas para apoiar a agricultura e sempre no sentido de serem mantidos e até mesmo aumentados atendendo à importância do setor para a economia regional.

Se me é permitido e porque as verdades também têm de ser referidas, quando na apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras falou na semana passada das declarações da Sra. Ministra e agora o Sr. Deputado Bruno Belo já repôs alguma verdade, eu gostaria também de dizer, que exatamente no passado dia 26, a Sra. Ministra também referiu que queremos trabalhar para que o envelope financeiro se mantenha após 2023 e defendeu que as verbas para as RUP se mantivessem e queria criar condições para que até fossem aumentadas.

Aliás, em abono da verdade, e como disse o Sr. Deputado Bruno Belo, os deputados desta Casa não têm o peso, nem estão diretamente ligados com estas reivindicações, mas também acredito que pelas declarações do Sr. Secretário no

discurso do Programa do Governo e passo a citar “vamos estar na linha da frente com uma atitude política na reivindicação de um ajustado POSEI à realidade açoriana e de uma PAC que afirme de forma jurídica, política e institucional o nosso estatuto de região ultraperiférica.”

Não podemos estar mais de acordo e como já foi referido também pela Sra. Deputada Patrícia Miranda estamos convictos de que tal como aconteceu com o anterior governo que trabalhou empenhadamente em articulação com a Federação Agrícola, com os membros do Conselho Regional da Agricultura e Florestas e Desenvolvimento Rural e com o Governo da República iremos conseguir assegurar o reforço dos fundos comunitários para a agricultura dos Açores, designadamente no POSEI, e para tal é preciso tirarmos fora as guerras políticas e unir esforços para fazer o que tiver que ser feito para conseguir o que eventualmente ainda não tenha sido conseguido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Tem a palavra, Sr. Secretário, se faz favor.

Sr. Secretário, não estamos a ouvir.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E agora, Sr. Presidente?

Presidente: Sim senhor, estamos a ouvi-lo.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS é oportuna e desejável e ao ser aprovada assume uma afirmação política do nosso Parlamento, uma afirmação que ganha força se for aprovada por unanimidade.

Importa dizer que o POSEI na sua génese, princípios e valores é muito mais do que um programa de apoio à agricultura açoriana, é acima de tudo um meio de reconhecimento da equidade e da solidariedade da União Europeia para com as regiões ultraperiféricas. Ou seja, o POSEI assegura a dimensão ultraperiférica e como tal deve continuar a consagrar essa dimensão geográfica, por isso o reforço da aplicação, da abrangência e da dotação financeira do POSEI, como pretende a proposta do CDS/PP, é sobretudo a concretização política, institucional e jurídica do estatuto da região ultraperiférica vertida no artigo 349.º do Tratado da União Europeia.

Neste sentido, atuaremos por iniciativa própria na sensibilização do aumento das verbas do POSEI nos mais diversos fóruns e entidades onde a região está representada.

Ainda ontem estive a representar o Governo dos Açores com outros governos onde tem regiões ultraperiféricas [*impercetível*], no sentido de articular uma estratégia e qual o meu espanto que a estratégia que estava em curso era da manutenção e por proposta do Governo dos Açores a estratégia passou a ser de reivindicação e de aumento das verbas. A estratégia seguida até aqui é uma estratégia de falência, de baixar os braços, de não ir em frente, é de manter as verbas. Manter as verbas é desistir e é perder neste sentido.

Certamente que para isto contamos com o Parlamento Europeu e esperamos contar com o Governo da República e agiremos em consonância com os parceiros representativos do setor agroalimentar.

Todavia, a principal atuação deve ser do estado membro, do Governo da República enquanto sujeito negociador e aproveitando o facto de Portugal presidir ao Conselho da União Europeia neste semestre.

Não ajuda nada, aliás como já foi dito nesta Assembleia, só baralha e levanta dúvidas o facto da Sra. Ministra andar aos ziguezagues: em Portugal dizer que

pode haver cortes para além de 22 de 3,9% nas verbas do POSEI e no Parlamento Europeu reivindicar a eliminação destes mesmos cortes.

Não é possível ter um processo negocial coerente e afirmativo quando se anda aos ziguezagues. É falir o processo.

Para o Governo da República interessa afirmar isto, interessa compreender isto. Para o Governo da República a manutenção das verbas do POSEI não pode ser visto como uma vitória. Uma vitória só é vitória com aumento dos montantes, porque também significa o fortalecimento dos princípios e valores que norteiam a existência do POSEI.

Importa também reportar que nos últimos dias o Presidente do Governo diligenciou para contatar a Sra. Ministra para transmitir esta nossa grande preocupação sobre o POSEI. Infelizmente os contatos não foram acedidos, mas esperamos que nos próximos dias a Sra. Ministra retribua as chamadas.

Esta deve ser uma preocupação de todos, deste Parlamento e deve-nos unir não só porque o POSEI é um programa de apoio à agricultura, mas porque significa sim a assunção das regiões ultraperiféricas e aquilo que está consagrado no estatuto.

Uma descida nas verbas dos montantes POSEI é perder o estatuto de região ultraperiférica e estarmos a perder a equidade e a solidariedade que norteiam este mesmo tratado.

Respondendo aqui à Sra. Deputada Patrícia Miranda do PS e ao Sr. Deputado Bruno Belo do PSD relativamente aos rateios. É verdade. Até agora os montantes anunciados que os agricultores iriam receber são diferentes dos montantes que os agricultores recebem, por isso existem cortes, os chamados rateios, em alguns casos são demasiado elevados. O Governo dos Açores irá tendencialmente diminuir esses cortes. É esta a nossa posição, mas também estamos em crer que todos em conjunto, e desde logo todos os partidos políticos, este Parlamento, o Governo dos Açores, o Governo da República,

teremos verbas da União Europeia e que para isso não vai ser preciso na totalidade do défice avançar com verbas no orçamento regional.

É esta a nossa convicção, porque se estivermos todos convictos vamos conseguir afirmar o estatuto de região ultraperiférica e por aí conseguir mais verbas para a nossa agricultura.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento daquilo que acabou de dizer o Sr. Secretário Regional da Agricultura queria reforçar a ideia de que de facto os programas POSEI materializaram ainda antes de ser plasmado nos tratados da União e no tratado sobre o funcionamento da União Europeia o próprio conceito de ultraperiferia.

Os programas POSEI são na verdade o primeiro passo que a União deu para reconhecer a necessidade de um tratamento diferenciado das regiões ultraperiféricas, nomeadamente os *territoires d'outre-mer*, Portugal, Madeira, Açores, Canárias, por isso, é relevante [*corde na gravação*] ...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: Perdi o som.

Presidente: Agora já estamos a ouvi-lo. Antes não estávamos, mas já estamos.

O Orador: Perderam-me desde o princípio?

Presidente: Foi só agora mesmo, os últimos segundos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): É relevante!

O Orador: ... para o reforço deste conceito de ultraperiferia e para o reforço da economia açoriana que se mantenham permanentemente esses combates, essas negociações tendentes ao aumento das transferências do POSEI por forma a combater a ultraperiferia, mas é também importante que saibamos todos

desenvolver os Açores para que um dia não precisemos de recorrer à ajuda externa para sermos mais ricos, para sermos mais desenvolvidos.

Nesse particular, deixo um alerta ao Governo Regional dos Açores para o facto de ser urgente rever não só os montantes, mas também a forma como essas verbas POSEI tem sido aplicadas, de modo a que cheguem de facto aos agricultores, aos pescadores que é para eles que essas verbas são em teoria adjudicadas às regiões ultraperiféricas.

Importa fazer também nesse espaço de negociação e nesse espaço de regulamentação da aplicação das verbas, um desmame das mesmas, por forma a caminhararmos tendencialmente para um sistema de desligamento de ajudas à produção.

Nesse aspeto eu gostava que o Sr. Secretário me dissesse o que é que está em cima da mesa por parte do Governo Regional dos Açores para alterar o atual quadro de distribuição dessas verbas que vêm da União Europeia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma inscrição, Paulo Estêvão, PPM.

Presidente: Paulo Estêvão.

Mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente.

Da parte do Partido Socialista gostaria de me inscrever, Vasco Cordeiro.

Presidente: Vasco Cordeiro está inscrito.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Subsecretário, faça favor.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Da parte do Governo Regional [*corde na gravação*] ...

Presidente: Peço desculpa, mas não percebi, Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*): Da parte do Governo Regional gostaria de inscrever novamente o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Presidente: Está inscrito. Muito obrigado.

Deputado António Lima (*BE*): Sr. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (*BE*): Gostaria de inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes, por favor.

Presidente: Alexandra Manes está inscrita, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria também corroborar a última frase do Sr. Deputado do IL, Nuno Barata, relativamente às dotações do POSEI relativamente à diversificação.

Para o PAN também é bastante importante e como o Sr. Secretário Regional assim o disse, seria bom que houvesse unanimidade aqui deste Parlamento e o PAN/Açores quer dizer que defende obviamente o POSEI não pelos trâmites que sempre foram feitos durante anos, porque nós defendemos os produtos frutícolas, os produtos hortícolas, vitivinícolas, bem como a silvicultura que é uma mais valia para a Região com valor acrescido para uma agricultura diversificada, robustecendo a autonomia alimentar da Região, mas era preciso potenciar a sua produção e é preciso que haja uma política que promova esses produtos regionais e que reduza as importações dos produtos semelhantes aos que estão a ser escoados localmente.

É imperativo reduzir o peso das importações no mercado agrícola. Nos últimos quatro anos de governação socialista aumentaram de 60 para 80%.

O Governo anterior em outubro defendeu uma alteração na dotação que fosse reservado para as hortícolas, um aumento de mais ou menos meio milhão de euros. É isso que o PAN defende, mas muito mais robusto que exista uma equidade que até hoje foi totalmente inexistente.

Quando se fala em POSEI e pela conversa da maioria dos Srs. Deputados, fala-se unicamente de um único setor que é do leite ou da carne. O PAN apoia o POSEI, mas apoia para setores completamente diferenciados.

Nós vamos votar favoravelmente, mas de uma forma bastante atenta que o Governo Regional não pense unicamente num setor e que não vire as costas aos agricultores com outro tipo de produção mais sustentável para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Penso que esta crise demonstrou a importância do setor agrícola nos Açores. Quando muitas das outras coisas falharam, quando muitos dos outros setores entraram em crise a agricultura manteve-se como um alicerce fundamental da economia dos Açores e isso é fundamental e continua a ser um setor absolutamente essencial na nossa economia.

Devo dizer também que esta crise também está a demonstrar que há regiões que estão a sofrer do ponto de vista económico e social e cuja projeção também daquilo que será o futuro é mais negativa tem a ver precisamente com as regiões ultraperiféricas.

Esta crise vai pagar uma fatura muito elevada em muitas zonas do mundo e da Europa, da União Europeia em particular, mas fundamentalmente também nas nossas regiões ultraperiféricas.

Por isso, é necessário que os instrumentos financeiros que existem exatamente para atenuar aquelas que são as condições específicas das regiões ultraperiféricas sejam reforçadas.

Por isso, quero congratular o Sr. Secretário da Agricultura exatamente por ter essa visão, uma visão de que não é apenas preciso manter e jogar à defesa neste setor e nesta negociação, que é necessário até defender o seu reforço, o reforço e o fortalecimento do POSEI.

Penso que é precisamente nesse sentido que o CDS/PP apresentou esta proposta e muito bem, é esse o sentido deste projeto de resolução é de que se tenha uma visão ambiciosa nesta matéria.

É evidente que o Governo Regional é um interlocutor importante e é importante também que junto do Governo da República, responsabilizar o Governo da República nesta matéria e também fazer com que o Governo da República tenha uma postura proativa. Para isso é necessário que o Governo da República ouça as regiões autónomas, que o Governo da República esteja disponível para negociar, para ouvir os órgãos de governo próprio da Região, nomeadamente neste caso, nesta matéria, o Governo Regional.

Devo dizer que fiquei apreensivo com o testemunho que aqui nos deixou o Sr. Secretário da Agricultura pelo facto de ter feito já várias tentativas de contato com o Governo da República no sentido de o sensibilizar para esta matéria e de não ter existido uma resposta positiva e nem sequer ninguém atender do outro lado do telefone. Isso mostra um posicionamento que é preocupante por parte do Governo da República, um posicionamento centralista e um posicionamento que não é aceitável.

Seja como for o que é importante é evitar as querelas políticas o mais possível nesta matéria, que é uma matéria que nos deve unir a todos, que aliás sempre uniu o Parlamento dos Açores e é nesse sentido que devemos projetar o nosso esforço. Por isso mesmo o Partido Popular Monárquico vai apoiar este projeto de resolução do CDS/PP que foi apresentado em bom tempo e que constitui neste momento um instrumento político essencial para ajudar o Governo Regional e também o Governo da República que desempenhem com eficácia aquelas que são as suas funções e a sua função e a sua obrigação aqui é assegurar que este instrumento sofre um reforço, que este instrumento é um instrumento mais dinâmico ainda para apoiar a agricultura nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, e para além daquilo que já foi referido da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de abordar sobretudo uma das vertentes deste assunto.

Não quer dizer que esteja em absoluta concordância com as outras, mas gostava de salientar, sobretudo, um aspeto que me parece particularmente importante.

Nós estamos a falar de uma situação e de um assunto em que, -custa-me muito a admitir -, que ao Governo dos Açores e à Região Autónoma dos Açores por parte de um comissário europeu lhe tenha sido dito uma mentira. Isso não tem a ver com o atual Governo, isso não a ver com o Governo anterior. Isso tem a ver com a Região Autónoma dos Açores. Ponto.

O Sr. Comissário Phil Hogan, numa visita aos Açores, assumiu um compromisso de acabar com os cortes no POSEI e o facto é que nós hoje o que

temos é uma situação em que o Conselho, o Parlamento e a Comissão acordaram em que até 2022 haveria a manutenção dos valores do POSEI.

Não foi isso que foi dito. Não foi isso que foi dito, nem foi isso que foi assumido, aqui na nossa Região. Portanto, isto começa por ser um problema de credibilidade e de seriedade das instituições europeias face à Região Autónoma dos Açores.

Não posso deixar de deixar aqui um protesto muito veemente pela forma como a própria Comissão Europeia encarou este assunto.

O Sr. Comissário Phil Hogan esteve cá como comissário europeu, não foi em visita particular. O Sr. Comissário Phil Hogan prestou declarações como comissário europeu e o Sr. Comissário Phil Hogan disse que não nos preocupássemos quanto ao corte do POSEI. Não é isso que está a acontecer.

Sei bem, e registo, do esforço de um conjunto variadíssimo de intervenientes nesta matéria, não apenas o Governo Regional dos Açores, o anterior e, acredito, já o atual, a Federação Agrícola dos Açores, o Governo da República, eurodeputados como a eurodeputada Sara Cerdas, o eurodeputado Álvaro Amaro, o eurodeputado João Ferreira, o eurodeputado Miguel Viegas, outros eurodeputados que também têm participado das diversas famílias políticas neste assunto. Portanto, a primeira questão que se coloca é, a este nível e de forma muito clara, o Partido Socialista está ao lado do Governo dos Açores neste processo por vários motivos.

O primeiro dos quais tem a ver com essa coisa que irrita-me que me mintam e o facto é que tudo indica que o Sr. Comissário Phil Hogan, talvez por julgar que estava numa região ultraperiférica, poderia dar-se à liberdade de dizer uma coisa e fazer outra. Isso é profundamente lamentável e a Comissão Europeia tem conhecimento deste processo, a Comissão Europeia tem conhecimento destas propostas, porque a Comissão, o Parlamento, os partidos políticos chamaram a atenção para esse aspeto.

Portanto, desse ponto de vista, pelo menos da maneira como entendo o assunto, não é apenas uma questão face ao Governo da República. É também uma questão face às próprias instituições europeias que disseram e se comprometeram com uma coisa aqui nos Açores que não cumpriram e o que disseram aqui nos Açores foi que não havia cortes. Não foi que não haveria cortes até 2022 e depois poderia haver. Não! Foi que não havia cortes no POSEI!

Gostava apenas de concluir esta intervenção fazendo referência a um aspeto que o Sr. Secretário da Agricultura referiu e que tinha a ver com o facto do Governo Regional estar a tentar contactar com o Governo da República sobre essa matéria. Acho muito bem que o faça, e acho que é o dever do Governo da República de atender e de esclarecer com o Governo Regional dos Açores este assunto.

Obviamente que o contexto de negociação desta matéria é complexo. O Sr. Secretário tem conhecimento disso até por outras funções que exerceu. Não é apenas uma questão do volume do POSEI. O assunto é complexo, mas isso só se resolve se nós falarmos, se esclarecermos e se, no fundo, pudermos explicar “olhe, tenho essas limitações em termos de negociação ou eu não tenho essas limitações em termos de negociação.”

Considerava antes, considero hoje e considerarei seja qual for o Governo que esteja nos Açores e seja qual for o Governo que esteja na República que o diálogo, a concertação, no fundo, este espírito se entender a posição de uns dos outros não tem alternativa. Só esse é que é o caminho para conseguirmos defender os nossos interesses e fazer com que eles possam obter vencimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor, Sr. Presidente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente este é um assunto que nos deve unir até exaustão, deve-nos unir enquanto políticos e decisores políticos neste Parlamento, deve-nos unir no Parlamento nacional e deve-nos unir ao nível das reivindicações do Governo dos Açores e do Governo da República. Deve-nos unir, porque de facto está em causa, e como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e muito bem, uma palavra, aquilo que foi anunciado nos Açores e aquilo que efetivamente falhou em termos de decisão comunitária.

Interessa para esse efeito perceber duas situações e respondendo aos Srs. Deputados relativamente aos valores e verbas para o POSEI 2021: uma situação é a reivindicação de mais montantes para esse programa específico para as regiões ultraperiféricas que, como já percebemos, têm por base aqui um conjunto de situações desde logo da existência, a sustentabilidade e o reconhecimento da União Europeia dessas regiões ultraperiféricas que têm muito a dar e dão muito à União Europeia enquanto zonas geoestratégicas, enquanto zonas de fronteira, enquanto zonas de vigilância, enquanto zonas de experimentação, ou seja, nós damos muito, temos muitas vantagens, portanto, também temos o direito de ser reconhecidos na nossa insularidade e na nossa dupla insularidade. Uma reivindicação é esta e este reconhecimento só pode terminar com o aumento dos montantes. Não, no nosso entendimento, se tivermos todos unidos, há outra solução.

Outra situação é a construção do POSEI para os diversos anos. O POSEI que se vai abrir as candidaturas no ano de 2021 é construído até junho do ano anterior, ou seja, o POSEI neste momento em todas as suas opções de candidaturas e de apoio direto foi o resultado de uma decisão política do executivo anterior.

Independentemente de agora se está bem ou se está mal, só para perceberem a construção. O POSEI do ano 2022 vai ser uma responsabilidade do atual Governo dos Açores numa construção de medidas enviada para a Comissão, da qual a Comissão tem de ser aprovada.

Portanto, neste momento ainda resulta o POSEI do anterior executivo.

Para nós a agricultura, para o Governo dos Açores, ocupa um lugar central na economia dos Açores e não há relançamento da economia sem a agricultura estar presente.

O que é que nós queremos em termos futuros?

Queremos uma agricultura saudável, sustentável, de preços justos e inclusiva. É este o nosso chapéu para uma agricultura atual e uma agricultura do futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

Sra. Deputada Alexandra Manes tem a palavra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No ano de 2018, tivemos conhecimento que a proposta de orçamento plurianual da Comissão Europeia para 2021-2027, ao abrigo da política de coesão, previa um corte de 7% para Portugal, o que prejudicaria gravemente a nossa região que depende, em muito, como qualquer outra região ultraperiférica, de verbas comunitárias.

Estrategicamente, bem pensado, e em forma de chantagem, Bruxelas lançou o anúncio no corte das verbas, suscitando a insatisfação de vozes políticas, que rapidamente se contentaram com a visita de Phil Hogan – Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural à altura.

Resultado: Phil Hogan, como porta-voz do céu, dá a novidade de que afinal o POSEI teria verbas iguais às atribuídas no quadro referente a 2014 - 2020,

levando com isto a que se aceitassem os tostões, em vez de se reivindicar o aumento das verbas comunitárias.

Custa-me a crer que PS, PDS e CDS se deixaram enganar com o trunfo que Phil Hogan trazia no bolso, para os silenciar: “O mesmo valor é melhor do que ter cortes”.

No entanto, e tendo o POSEI as mesmas verbas de 2014 representa que em 2021, ou seja, agora, quando se iniciasse este programa, o valor já terá desvalorizado com a inflação acumulada.

Recentemente, todos nós tomamos conhecimento de que afinal haverá um corte de 3,9%, no quadro comunitário que vigora até 2027.

À altura em que se começaram a falar nos cortes o Bloco de Esquerda alertou várias vezes para o que poderia acontecer: a intenção sempre foi a da diminuição dos fundos europeus.

Mas é evidente que vamos acompanhar esta iniciativa que conta com o voto favorável do BE.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É para inscrever o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras para uma inscrição, se faz favor.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras está inscrita.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD já expôs e bem pelo Sr. Deputado Bruno Belo a nossa posição sobre esta matéria e estamos quanto a isso suficientemente esclarecidos sobre o que pensamos sobre este assunto, mas há aqui algo que não pode deixar de ser dito depois da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que é o seguinte: é verdade que o Sr. Comissário Phil Hogan aparentemente mentiu, mentiu ao anterior Governo, mentiu aos açorianos quando disse uma coisa e faz outra e isso é de facto merecedor do nosso veemente protesto, do seu, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, veemente protesto, mas de todos os açorianos.

Mas tal como explicou o Sr. Secretário António Ventura (e é um gosto ouvir um Secretário da Agricultura falar daquilo que sabe e saber falar do tema que estamos a tratar, é realmente um gosto podermos voltar a ter um Secretário da Agricultura que sabe do que fala) e fez menção de que há aqui um papel a desempenhar pelo Governo da República e que tão mau quanto mentir aos açorianos é ignorá-los e ignorar aquilo que são as démarches do Sr. Secretário António Ventura para estabelecer uma posição forte relativamente àquilo que são as necessidades dos açorianos não pode deixar de merecer também, e devia ter merecido do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e merece de todos os açorianos, um veemente protesto, porque não pode a Sra. Ministra da Agricultura deixar de responder àquilo que são as necessidades e desde logo aos contatos dos açorianos.

Portanto, eu gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, de deixar este acrescento à concordância total que temos com as afirmações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro relativamente à atitude do Comissário Europeu, mas gostaria de pedir ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sei lá, que fizesse um tweet, um

telefonema, ou então aqui mesmo nesta sessão plenária que deixasse um recado para que os socialistas que nos Açores defendem o Governo Regional possam dizer aos socialistas que na República assumem o Governo nacional de que é necessário responder aos anseios dos açorianos e àquilo que são os pedidos de contato do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se faz favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente só para dizer rapidamente que é com agrado que vemos a unanimidade quanto a esta matéria tão importante para o setor agrícola, mas também principalmente para a nossa economia também como sendo um reforço e é necessário acompanhar essa afirmação quanto ao nosso estado de Região ultraperiférica.

Também dizer que acompanhamos a indignação e o protesto do Deputado Vasco Cordeiro, quanto à postura do Comissário Phil Hogan, e esclarecer também aqui a Sra. Deputada Alexandra Manes que o Grupo Parlamentar do CDS não ficou ao júbilo quando o Sr. Comissário admitiu que ia recuar com a redução dos 3,9% de reforma do POSEI, mas sendo sempre o objetivo e o nosso entendimento porque já existiam rateios nestas ajudas que deveria ser feito um reforço na dotação financeira, mas é preciso esclarecer que perante estas declarações que no fim vieram a ser a de mentira, a verdade é que para o nosso objetivo que era aumentar a prestação financeira do POSEI o ponto de partida era bem mais favorável do que este agora quando nos vemos a partir de 2022 com um rateio nas medidas.

Dizer também que no entender do Grupo Parlamentar do CDS continuamos a afirmar que baixar os braços será desistir de tentar que consigamos efetivar que não exista esta redução neste programa e que temos, sem dúvida, que repelir e

reforçar junto da União Europeia a importância que as regiões ultraperiféricas têm para a Europa.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do PS gostaria de me inscrever, Vasco Cordeiro.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra, se faz favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ou eu não me expressei bem, ou deve ter havido aqui uma falha qualquer de comunicação, porque aquilo que tive oportunidade de dizer a propósito dos contatos e das diligências do Governo Regional com o Governo da República é que considerava antes, considero hoje e considerarei no futuro que o caminho só pode ser este, independentemente do Governo Regional que esteja na Região e independentemente do Governo Regional que esteja na República.

Portanto, não há alternativa a isso e isso tem de ser percebido seja quem for o Governo da República, seja de que partido for, seja qual for o Governo Regional que esteja cá. Portanto, sobre essa necessidade de comunicação não há a menor dúvida, e se, por qualquer motivo, não foi possível na hora estabelecer o contato, não pode haver alternativa a esse contato. Aliás, julgo que fui claro nessa parte. Devem entender-se, explicar quais são as limitações que podem existir, até referi que o Sr. Secretário Regional sabe perfeitamente qual é o contexto desta negociação, não só pelas funções que tem agora, mas pelas funções que tinha antes, mas isso só se consegue fazer é se houver diálogo, se

houver, no fundo, esclarecimento mútuo do Governo Regional com o Governo da República e vice-versa.

Aliás, nessa parte, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu sigo aquilo que o meu direto antecessor deixou como mensagem e só posso fazer votos que todos os partidos políticos atuem dessa forma, inclusive os mais recentes aqui neste Parlamento: “Amigos, amigos, Açores à parte!” e isto é suficientemente claro para o nosso posicionamento nessa matéria.

Por último, faço votos que o Sr. Secretário ... junto a minha voz à sua voz, que o Sr. Secretário da Agricultura confirme aquela que é uma linhagem de Secretários Regionais da Agricultura de ambos os partidos, do PS e do PSD, que sabem daquilo que falam. Reconheço que poderá ter ainda pouco tempo de mandato para demonstrar a evidência deste facto, mas não tenho a mínima dúvida que o Sr. Secretário António Ventura confirmará essa ilustre linhagem de Secretários Regionais da Agricultura dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é obviamente a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio do resultado da votação. Faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 19/XII – “Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, foi aprovado por unanimidade com 56 votos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos, ponto 35: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 20/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual”**.

Esta iniciativa e esta urgência foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para justificar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros:

Como é certo e sabido, ao longo destes dias temos falado um pouco dos efeitos, na economia, da pandemia.

Um dos efeitos no nosso tecido empresarial, pequeno, fragmentado, composto por pequenas, microempresas, empresários em nome individual, etc., tem sido devastador. E sendo ele devastador também há que criar algumas ferramentas.

Aqui não pedimos a suspensão definitiva. Apenas pedimos uma moratória, um adiamento dos pagamentos à segurança social, de forma a que estes empresários

possam ter aqui algum espaço de manobra e um balão de oxigénio para poderem viver. Aqui não pedimos um subsídio, apenas pedimos esse adiamento. É isto, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para o debate da urgência deste diploma?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Nuno Barata, se faz favor.

Presidente: Nuno Barata.

Mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que a atividade económica tem sido severamente penalizada pelos efeitos desta pandemia, que tem forçado a que muitas das atividades económicas tenham parado e tenham tido inúmeras dificuldades em cumprir com os seus compromissos: compromissos com os fornecedores, compromissos com as finanças, compromissos com a segurança social.

Vem o Chega apresentar-nos aqui uma proposta que é uma proposta muito genérica. Basicamente o que pede é a criação de moratórias no pagamento de contribuições mensais aos trabalhadores independentes e aos ENIs, por um período nunca inferior a seis meses.

Estamos a discutir a urgência, é verdade, mas interessava esclarecermos, concretamente, quais os moldes de funcionamento desta mesma proposta. Senão vejamos:

Qual o âmbito da territorialidade desta proposta? É para aplicar aos Açores ou é para aplicar fora da Região? É para todos os trabalhadores?

Há aqui um conjunto de informações, uma proposta apresentada com um âmbito genérico, sem se perceber concretamente se é para todos ou é para alguém em particular, que a meu ver merece um debate aprofundado, para não correremos o risco de se aprovar uma medida que depois obriga o Governo Regional a falar com o Governo da República e não tem, digamos, uma proposta concreta e aplicável que possa ser negociada com a República.

Portanto, parece-me que para conseguirmos fazer um bom trabalho e para que a proposta em si tenha algum efeito junto de quem dela necessita, necessitávamos de ter uma reflexão e uma discussão mais aprofundada sobre este documento. Daí acharmos que essa urgência não deve ser aprovada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Chega encerra uma certa bonomia, eu diria mesmo que se reveste de alguma importância principalmente para os trabalhadores independentes e os empresários em nome individual, as pequenas e microempresas, como muito bem disse o Sr. Deputado José Pacheco.

No entanto, carece de aprofundamento. Por isso mesmo, e no seguimento até do Projeto de Resolução do PAN que aprovámos aqui nesta câmara, a Iniciativa Liberal entregou hoje, de manhã, um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo precisamente uma avaliação da situação de todos os trabalhadores independentes que possam ser abrangidos tanto por esta medida que vem neste Projeto de Resolução do Chega, como também pela medida que deliberámos aprovar para os profissionais de informação turística.

Como já aqui foi dito, a questão da generalização da medida, e a sua aplicação de forma transversal a todos os ENIs e a todos os trabalhadores independentes, pode criar inclusivamente mais injustiças do que corrigir algumas assimetrias possíveis que pudesse corrigir.

Daí que entenda, até porque há trabalhadores independentes que não foram afetados pela pandemia, há trabalhadores independentes e empresários em nome individual que inclusivamente viram melhorados os seus rendimentos, mesmo em período de pandemia e, portanto, a avaliação dessa situação revela-se preponderante para que possamos tomar uma decisão mais acertada e mais consistente sobre este assunto.

Daí entender que seria de todo razoável e até mesmo profícuo se esse Projeto de Resolução que encerra em si muita bonomia, como disse ao princípio, baixasse à Comissão para podermos tratar mais conveniente e aprofundadamente e, até talvez, juntamente com o outro Projeto de Resolução que entreguei e então no plenário de fevereiro trataríamos aqui de forma mais eficaz e eficiente. É só. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da justificação da urgência?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

No que diz respeito a este pedido de urgência nós temos diversas interrogações sobre a proposta, sobre o seu teor, sobre as entidades nela referida.

Há um conjunto de afirmações, até na Resolução, que são tudo menos claras, e tendo em conta o universo que se quer aplicar na proposta, não é propriamente um universo uniforme, e tendo em conta o vasto conjunto de apoios que existe a nível nacional, de isenções que existe a nível nacional, que exigem, portanto, que analisemos cada um deles, que percebamos cada um deles a quem se aplica,

a quem se aplicará nos próximos tempos (é preciso não esquecer que entrou em vigor o Orçamento de Estado que inclui medidas para trabalhadores independentes e também naturalmente para empresas), todas estas medidas têm de ser analisadas à luz do que está em vigor e esta proposta precisa dessa análise aprofundada.

Não nos parece de forma alguma prudente debatermos e tomarmos uma posição sobre esta proposta sem realizar esta análise em comissão, sob pena de estarmos aqui, não a debater com profundidade todos os assuntos, como assim se exige, mas sim a votar um princípio, ou uma intenção, e não é isso que o Parlamento deve fazer, não é votar intenções, é votar propostas em concreto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, Carlos Furtado para me inscrever.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, o Chega não pode utilizar a palavra novamente. É só um deputado por partido nesta figura regimental e na justificação da urgência.

Pergunto se há outros grupos e representações parlamentares que queiram usar da palavra?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça o favor de iniciar a votação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Andreia Costa

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Célia Pereira

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Eduardo

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Lubélio Mendonça

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Anjos

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sérgio Ávila

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vílson Ponte Gomes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Carlos Freitas

Deputado Carlos Freitas (PSD): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Délia Melo

Deputada Délia Melo (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Flávio Soares

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Pinto

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Rui Martins

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Carlos Furtado

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Alexandra Manes

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Gustavo Alves

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Nuno Barata

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Pedro Neves

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa, para o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 20/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, obteve uma votação de 28 votos a favor, 28 votos contra e 1 abstenção, sendo 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Marco Costa peço que repita o resultado da votação se faz favor.

Secretário: Sr. Presidente, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do PAN. Resumo da votação: 28 votos a favor, 28 votos contra e 1 abstenção, ou seja, empate na votação da urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Prevê o nosso Regimento, caso haja empate na votação, a matéria sobre a qual ela estiver recaída, entra de novo em votação. É o que farei, farei nova votação.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda cheguei a tempo de salvar esta merda, pelo menos dá uma segunda volta.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, desligue o som, se faz favor.

Deputada Marta Matos (PS): Isto não é para ele, que ele é todo com nível.

Presidente: Srs. Deputados, eu peço que tenham o microfone desligado quando não estiverem no uso da palavra. Estamos aqui há uma semana e cometemos sempre os mesmos erros e numa votação – peço desculpa!

Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Maria Isabel Teixeira

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Eu voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu voto contra, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Sr. Secretário faça favor de anunciar o resultado da votação.

Secretário: Sr. Presidente, a segunda votação do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão** da iniciativa em apreciação, obteve o seguinte resultado: 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do PAN.

Resultado da votação: 28 votos a favor, 28 votos contra e 1 abstenção. Empate na votação. Muito obrigado.

Presidente: Diz o nosso Regimento, n.º 2 do artigo 99.º, um empate na segunda votação equivale a rejeição. Portanto, está rejeitada essa urgência.

A iniciativa seguirá os seus trâmites normais e descera à Comissão Permanente competente.

Passamos ao ponto 37 da nossa agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”**.

Este pedido de urgência é apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PPM.

Pergunto quem é que vai justificar a urgência?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, inscrevo, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, Gustavo Alves.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Da parte do PSD inscrevo o Deputado Bruno Belo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves para justificação da urgência.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, para justificação desta urgência.

Este debate de urgência visa corrigir um caso de injustiça para com a população da Fajã Grande, mais concretamente com a Ponta da Fajã, privando-os de fornecimento de água e luz em plena pandemia e conjuntura associada à mesma.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida, corroborando com aquilo que já foi referido pelo Sr. Deputado Gustavo Alves, a urgência é subscrita pelo PSD e o PPM, e visa de uma forma urgente, passe o pleonasma, que a iminência em que a povoação, ou os moradores na povoação, no lugar da Ponta da Fajã, podem incorrer no corte de elétrica de uma forma rápida.

Neste momento urge que este Parlamento se pronuncie sobre essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participação no debate da urgência da iniciativa?

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Nuno Barata.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado José Eduardo.

Presidente: Estão inscritos o Sr. Deputado Nuno Barata e o Sr. Deputado José Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A urgência está precisamente naquilo que é a necessidade dessas populações terem água e luz para poderem sobreviver, com a agravante de que nesta fase de pandemia mais falta ainda faz, e este diploma vem trazer à colação mais uma coisa, que é a necessidade de todos pensarmos um pouco sobre aquilo que está feito, que está legislado sobre a questão da ocupação humana da Ponta da Fajã e de num futuro, que não seja muito longínquo, revermos tudo aquilo que foi legislado e que foi feito nesta medida para evitar constrangimentos futuros.

Por isso a Iniciativa Liberal vai votar a favor desta urgência e também da por parte da Iniciativa fica já o sentido de voto declarado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente Projeto de Decreto Legislativo Regional, relativamente à suspensão de serviços essenciais previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89, de 20 de novembro, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e PPM, vem repor uma situação e algo que, atendendo à situação atual de pandemia,

como já foi referido, e para que esses tais serviços essenciais continuem a ser fornecidos naquela localidade, é de elementar justiça.

Sendo uma iniciativa conjunta e subscrita também pelo Partido Socialista, merece a nossa concordância e voto favorável à urgência e dispensa de exame em comissão de forma a ser seguidamente discutida e votada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor de iniciar a votação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto o meu voto é a favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

(Pausa)

Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio do resultado da votação. Faz favor, Sr. Deputado Marco Costa.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PPM, foi aprovado por unanimidade, com 57 votos a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tendo sido aprovada a urgência vamos passar ao debate da iniciativa que é subscrita pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PPM e do Partido Socialista. Pergunto ao PSD, ao PPM e ao Partido Socialista quem apresenta o diploma?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, da parte do PPM inscrevo o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Presidente: Para apresentação do diploma, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu penso que havendo vários proponentes, de partidos diversos, cada um dos partidos pode intervir. É correta a minha interpretação?

Presidente: É sim senhor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então inscrevo o Sr. Deputado José Gabriel.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Inscrevo, Sr. Presidente, o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Vamos iniciar com o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, tenho apenas aqui uma dúvida, se é para debater agora ou se é a apresentação do Decreto Legislativo Regional?

Presidente: Formalmente, os proponentes têm de apresentar a iniciativa. Foi por isso que comecei a perguntar se tinham decidido entre os três quem é que faria a primeira intervenção de apresentação da iniciativa, mas creio que também na sua primeira intervenção pode apresentá-la. Faz favor, Sr. Deputado, ou prefere que dê a palavra a outro Sr. Deputado?

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, eu estava preparado para debater e não para apresentar o diploma.

Presidente: Pergunto aos outros proponentes se alguém quer iniciar?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** É o Bruno Belo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo, para apresentação da iniciativa, faça favor.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida a situação atual do país e dos Açores tem imposto a adoção de um conjunto de medidas de proteção da saúde pública e também um esforço dos Governos na adoção de medidas de atenuação dos impactos económicos.

Nessas medidas tomadas, inclui-se a proteção dos consumidores naquilo que é o fornecimento de bens essenciais.

Neste sentido e entendendo que a situação especial de vulnerabilidade das pessoas, do ponto de vista económico, a diminuição dos seus rendimentos em resultado de toda a pandemia que nos assola, importa que aquilo que é o lugar da Ponta da Fajã seja salvaguardado desse corte dos serviços essenciais.

Esta matéria carece de uma solução política e é esta solução política que aqui está e carrega consigo um sentido enorme de humanidade.

Isto está bem refletido naquilo que é a subscrição da iniciativa pelo Partido Social Democrata, pelo PPM e pelo Partido Socialista.

Indo ao encontro daquilo que foi o repto lançado pelo Sr. Deputado Nuno Barata há pouco, naquilo que seria uma necessidade imperiosa de ver atualmente a situação de um diploma de 89, o PSD deixa aqui também o compromisso de procurar junto desses partidos que agora subscrevem essa

iniciativa, e de outros partidos que não subscrevem esta iniciativa, uma eventual iniciativa conjunta, que num breve prazo possa subir ao Parlamento e venha corrigir aquilo que neste momento ainda está em vigor e que nos parece que também já está desajustado e que atualmente não tem a utilidade para que foi criado em 1989.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, então agora, o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me nesta, agora sim, intervenção, já no fim desta sessão plenária, dar-lhe os parabéns, Sr. Presidente da Assembleia, pela boa condução e coordenação dos trabalhos parlamentares, através destes meios digitais com as suas condicionantes.

A todos os caríssimos colegas, Sras. e Srs. Deputados, de todas as ilhas, principalmente os mais experientes e intervenientes, parabéns pela grande capacidade de preparação de estudo e aprofundamento de variadíssimas questões que a nossa Região e pessoas pedem resposta.

Permita-me felicitar, por último, o XIII Governo dos Açores pelo empenho e dedicação de toda a sua composição, mantendo o que estava bem-feito pelo anterior executivo e trazendo uma nova dinâmica que a Região precisa e que a seu tempo trará os seus resultados.

Em relação ao diploma trazido a este debate de urgência, o impedimento à suspensão de serviços essenciais, previsto no já obsoleto Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro, na zona da Ponta da Fajã, na ilha das

Flores, vai ao encontro dos anseios da população daquela ilha, principalmente daquele lugar.

Importa ver que mesmo sendo um pequeno lugar tem a necessidade de continuar a ter acesso aos serviços básicos. Deixo o exemplo de uma pessoa que quer ali passar o resto do seu tempo e tendo problemas de saúde, que não se resolvem, necessita de corrente elétrica na sua casa para se manter ligada à sua máquina de oxigénio, equipamento que lhe auxilia no ato de respirar. Isto é um exemplo, mas um exemplo real.

A aprovação deste Decreto Legislativo Regional trará paz e um pouco de justiça àquele lugar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faz favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta matéria e a iniciativa que agora está em causa mereceu a concordância e a elaboração conjunta, por se entender que o acesso aos bens essenciais, como a água e a eletricidade, são um direito que se entende que não deve ser negado àquela localidade, muito mais nesta fase de pandemia que atravessamos.

Por tal, a suspensão prevista da alínea c), do n.º 2, do DLR 23/89, é para já uma primeira ação preventiva que nos parece ser a mais célere e adequada a um momento de pandemia, para que tais serviços continuem ativos, sendo que, sobre o DLR em causa, gostaria ainda de informar que para demais alterações que possam vir a ser tomadas (tal como disse já o Deputado Nuno Barata e também agora o debate Bruno Belo), quero desde já deixar a nossa disponibilidade para que se analise de forma mais apurada, para que em

concordância e entre os deputados eleitos pelas Flores e de mais deputados eleitos desta Assembleia, se possa promover a alteração ao DLR de 89.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Nuno Barata (IL): Para uma inscrição, Sr. Presidente, Nuno Barata.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra rápida só para reiterar esta posição. Aquilo que aqui estava em causa não era tão só o corte de energia elétrica e água, era uma tentativa de desalojar da Ponta da Fajã aquelas populações que teimosamente lá ficam.

Os perigos que existem na Ponta da Fajã existem em dezenas, para não dizer centenas de outras localidades dos Açores, nomeadamente em ilhas como Santa Maria, São Jorge e até mesmo São Miguel, que tem duas fajãs em situação idêntica. Quase todas as ilhas, se não mesmo todas as ilhas, têm espaços geográficos naquelas condições.

Portanto, foi sempre uma teimosia não mexer na legislação. Houve sempre algum medo, diria eu mesmo, de revogar a legislação que estava em vigor, com medo que, por algum motivo e por forças da natureza, acontecesse mais alguma vez aquilo que aconteceu e que todos nós sabemos, e que se perdesse alguma vida e com isso se responsabilizasse os políticos.

Nós, já hoje nesta Casa se citou várias vezes Winston Churchill e temos de ter coragem de decidir e temos de ter coragem de revogar aquilo que para trás fazia sentido, mas agora deixou de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Catarina Cabeceiras, gostaria de inscrever o Deputado Pedro Pinto, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto.

Pergunto se há mais inscrições?

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Subsecretário, faça favor.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, em nome do Governo, gostava de inscrever o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Estou a ser rececionado em boas condições, Sr. Presidente?

Presidente: Está sim senhor, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Efetivamente a derrocada ocorreu há 34 anos e, desde então, que aquela zona sofreu uma classificação que interdita novas edificações e interditava outras, ou o acesso a outros serviços, como seja água e eletricidade.

Ao longo destes anos não voltou a ocorrer nenhuma grande derrocada e as pessoas paulatinamente foram reocupando as suas habitações e agora, neste momento de pandemia, é justo que temporariamente se suspenda, nesta parte de fornecimento de serviços de água e eletricidade, a proibição por razões humanitárias.

Ao longo dos anos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP foi apresentando várias propostas no sentido de que este Decreto Legislativo Regional fosse revogado. A Assembleia várias vezes debruçou-se sobre o assunto e concluiu sempre pela manutenção.

Pois bem, havemos de voltar a reavaliar a situação. Vão ser voltados a pedir testes ao Laboratório Regional da Engenharia Civil e a outras entidades que se considerem necessárias e pertinentes manifestarem-se sobre o assunto e obviamente estaremos cá para tomar uma decisão informada.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o DLR 23/89/A, de 20 de novembro, classifica a Ponta da Fajã como zona de alto risco do ponto de vista geomorfológico, sendo que a alínea c), do artigo 2.º, determina o corte de fornecimento de energia elétrica e de água naquele local.

No entanto, tendo em conta a situação de pandemia mundial que enfrentamos e todos os impactos sociais e económicos que daí decorrem e que têm causado muitas complicações às pessoas, é da maior importância que se garanta que não

seja interrompido o fornecimento destes serviços que são absolutamente essenciais à população da Ponta da Fajã.

Portanto, o Governo Regional concorda naturalmente com a solução que é apresentada pelos proponentes, neste caso, do Projeto de Decreto Legislativo Regional, que nos parece a forma mais adequada para, no imediato, poder solucionar este problema sem prejuízo de ser necessário, de futuro, de facto, encontrar uma solução efetiva para esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, Vasco Cordeiro.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro está inscrito.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, para inscrever quem?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Eu próprio.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes, por favor.

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Quero-me inscrever.

Presidente: Pedro Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu peço para intervir porque parece-me importante que da parte da Assembleia tenhamos... Ou melhor, eu gostaria de precisar a forma como, da nossa parte, encaramos esta proposta e, no fundo, aquilo em que ela se traduz, sobretudo porque ela, tendo em conta o contexto em que surge, coloca com particular evidência o aspeto que foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, e que é o seguinte:

Não é por esta proposta que se garante no imediato o não corte de água e de luz. Essa é uma matéria que deriva da lei aprovada a nível nacional, que neste tempo de pandemia impede que isso aconteça.

Mas, ao fixar um período mais vasto até dezembro de 2021, esta lei permite – e aí está o seu grande mérito – que se possa reanalisar este processo com a devida calma e com a devida ponderação no sentido de garantir que o assunto possa ser reanalisado. Ou seja, não estamos propriamente a falar daquilo que é um impedimento de corte de energia elétrica e de água (isso já está garantido, pelo menos até junho/julho), mas estamos a falar de uma circunstância que dá um espaço temporal, que da nossa parte avaliamos como suficiente, para que o processo possa ser analisado.

Em segundo lugar, julgo que também é importante termos consciência que nós não estamos a falar de um assunto que tenha ficado esquecido. Nós estamos a falar de um assunto, que ainda recentemente, foi revisitado, inclusive do ponto de vista técnico, e que teve uma determinada conclusão.

Acho legítimo até que a Assembleia Legislativa da Região se habilite, do ponto de vista técnico, com uma análise sobre esta matéria de forma a que cada um dos grupos e representações parlamentares possa, em consequência, tomar a sua decisão em função disso.

Julgo que este aspeto sobre o exato enquadramento (pelo menos na nossa perspetiva) desta lei coloca ainda, conforme disse há pouco, em maior evidência aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata referiu e que me parece uma necessidade, a de visitar este assunto, não só do ponto de vista da opção do legislador, mas não esquecendo que esta opção do legislador, pelo menos na nossa opinião, está, e deve estar, obviamente, fundamentada do ponto de vista técnico.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, o que se pretende com a entrada em vigor desta lei, desde Decreto Legislativo Regional, é efetivamente adiar a solução que está implementada atualmente para depois do dia 31 de dezembro de 2021 e fazer com que efetivamente se faça uma análise mais completa sobre a real circunstância em que aquela localidade (*corte na gravação*)... em perigo, ou não, de derrocada.

O adiamento desta decisão faz então com que haja, neste momento, a possibilidade, sobretudo em tempos de pandemia, que as pessoas continuem a habitar as suas moradias.

Também queria enaltecer no âmbito desta discussão o registo e a posição manifestada pelo Sr. Secretário Regional no que diz respeito ao acolhimento e à colaboração da Secretaria Regional nesta decisão que penso que irá ser e que deve ser tomada por unanimidade, fazendo *jus* à atual circunstância em que a Ponta da Fajã, na ilha das Flores, se encontra.

Era só, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que esta proposta trazida pelo PSD, PPM e CDS nos traz é realmente o pedido de suspensão do corte de água até 31 de dezembro de 2021.

Como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bem, isto já estava previsto até junho de 2021 no Orçamento de Estado.

Tem-se vindo a falar aqui não desta proposta aqui em cima da mesa, mas já se está a avançar para um outro tema que é a revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro.

O que queria deixar aqui o registo é que aquela localidade é muito querida por razões evidentes, conheço bem o local, conheço as pessoas que lá viviam, conheço as pessoas que para lá foram, conheço a forma como se deu aquela situação toda e que sim, cá estaremos e cá estará o Bloco depois é evidente dos pareceres e solicitações, nomeadamente do Laboratório Regional de Engenharia Civil, avaliar realmente a situação, porque não parece que nenhum de nós consiga avaliar tecnicamente o perigo ou não que está ali na zona da Ponta da Fajã.

De qualquer forma esta proposta terá o voto favorável do Bloco de Esquerda, aquele que estamos hoje a debater aqui.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Alexandra Manes até se enganou no partido.

Para o PAN isto não tem a ver com a coragem ou a falta dela como o Sr. Deputado Nuno Barata disse. Pelo contrário, o PAN não tem falta de coragem. Isto tem a ver com previdência e obviamente termos de forma racional aquilo que estamos a fazer.

Nós estamos a tentar revogar uma alínea de um artigo a mostrar à partida que sim, que podemos fazer isto por problemas económicos, mas a esquecer um problema.

Não tenho ainda nenhum argumento técnico da parte do Secretário Regional que falou, mas volto a perguntar ao Sr. Secretário se o argumento que usou ou quando usou a palavra se estava a dar algum parecer técnico relativamente à situação que estamos a falar. Isto, porque é urgente a emissão de um parecer do LREC para nós conseguirmos decidir como legisladores. Não quero ficar com sangue nas mãos só por acharem que não tenho assim tanta coragem como o Nuno Barata tem, como o Sr. Deputado Nuno Barata, peço imensa desculpa.

Existem condicionalismos geológicos não só na zona geográfica que estamos a falar, temos mais problemas em várias ilhas, como já foi dito, é verdade, mas sem dúvida que não podemos tomar decisões em execução do DLR como um todo. Estamos aqui a falar de coisas completamente diferentes sobre a revogação em si na totalidade. Estamos a falar apenas, neste caso, no abastecimento legal tanto de luz como de água, porque sabemos à partida que ilegalmente há algumas puxadas.

Agora, temos é como legisladores a responsabilidade maior e quando decidirmos isto, quando for aprovado (como estão todos a pensar por unanimidade) e se acontecer algum problema?

Alguém consegue dormir à noite no dia seguinte?

É uma pergunta retórica que eu faço aos Srs. Deputados.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma inscrição por parte do PPM.

Presidente: Por parte do PPM inscreve quem, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Paulo Estêvão.

Presidente: Paulo Estêvão.

Por parte do PS?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vasco Cordeiro.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Sr. Deputado Nuno Barata pareceu-me querer se inscrever.

Deputado Nuno Barata (IL): Sim senhor, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero aqui corroborar aquelas que foram as intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e do Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral nesta matéria.

É preciso ter em conta que se trata apenas de uma moratória. Esta moratória decorre já do Orçamento de Estado também em parte e também tem um objetivo e o objetivo é aproveitar este tempo para que sejam feitas as análises, os estudos que temos de fazer para que seja tomada uma decisão definitiva em relação a este assunto.

É preciso ter em conta e é preciso saber, é uma das coisas que eu considero que é fundamental responder, é se podem existir ou não intervenções que eliminem ou minimizem riscos. É preciso saber isso. Se é possível proceder a intervenções deste tipo como foram feitas em vários locais dos Açores.

É preciso também perceber (e já li o processo) em relação a uma delimitação mais minuciosa das áreas e, portanto, uma delimitação realmente entre as áreas que são de risco e outras que não são.

Portanto, há aqui um conjunto de intervenções, de informações que importa recolher. O Parlamento pode fazer isso, já o fez em ocasiões anteriores, portanto, quero reiterar que o sentido desta intervenção, desta moratória tem apenas esse significado: o primeiro que referenciei e este segundo tem apenas a ver com o tempo que nos permitirá recolher mais informação.

Portanto, no fundo, quero aqui reiterar aquelas que foram as intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e de Pedro do Nascimento Cabral que já disseram aquilo que eu acabei de afirmar, mas que considereei que era importante voltar a reiterar esta informação e deixar bem vincado que concordo com a visão e o alcance da medida que agora é proposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava apenas de clarificar, e a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves suscita-me esta necessidade, que, conforme já foi bastas vezes referenciado neste debate, aquilo que nós estamos a votar hoje é apenas, e tão só, a suspensão do corte de energia elétrica e de abastecimento de água.

O Sr. Deputado Pedro Neves refere, e bem, a necessidade de um trabalho técnico e de informações técnicas que possam fundamentar uma outra posição sobre um outro assunto, que é a solução material do Decreto de 89 e aí estamos em igualdade de circunstâncias. Obviamente que neste momento não temos estas informações talvez porque também não é isso que o decreto que está em análise propõe e exige.

Portanto, não ignoramos obviamente a complexidade do assunto em termos substantivos quanto à solução do Decreto de 89, mas aquilo que está aqui em causa é uma proposta e uma matéria que acho que vale a pena a Assembleia debruçar-se sobre ela e sobretudo aproveitar este tempo, cerca de 11 meses, para fazer um trabalho que possa, segundo a leitura que cada partido fizer das informações técnicas que acho que devemos ter, no fundo, depois tomar a sua posição em relação a essa solução material, mantendo-a, revogando-a, agravando-a, como entenderem, mas o que está aqui, hoje, em causa é apenas a componente da energia elétrica e do abastecimento de água, mantendo-se, aliás, todos os outros comandos do Decreto Legislativo Regional de 89.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para esclarecer uma questão. O ato de coragem política que eu pedi foi precisamente por isso. Não quero tomar qualquer tipo de decisão sem conhecimento técnico.

Agora, também devo dizer, porque acompanhei o debate desse assunto em 1998, quando foi feita a primeira tentativa de revogar o Decreto de 89, e alguns dos argumentos técnicos que estão certamente nos arquivos desta Casa são do domínio dos Monty Python, são absolutamente risíveis. Portanto, nós também como decisores do Governo da pólis, como políticos, temos a obrigação de ir um pouco além daquilo que são os argumentos técnicos, quando não ficamos reféns de tecnocratas e não é isso que nós queremos certamente para o futuro da humanidade, espero eu. Que fique claro que não entendo tomar uma decisão sem o fundamento técnico, mas claro que carece também de uma decisão política. É para isso que nós existimos.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Pedro Neves.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves, quer se inscrever?

Deputado Pedro Neves (PAN): Se faz favor.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

A minha opinião é totalmente diferente da do Sr. Deputado Nuno Barata.

Se existem tecnocratas e se existem técnicos é para ouvir, sejam eles técnicos de engenharia, ou neste caso do Covid, técnicos de saúde.

Não sou técnico, nem o quero ser e preciso de técnicos que me apoiem a tomar uma decisão política e neste caso uma decisão como legisladores que somos.

Falou-se relativamente ao parecer técnico de 98, mas não podemos esquecer que em 2020 o LREC defende a demolição das construções. Só as câmaras municipais e se calhar as juntas de freguesia é que estavam a favor. Não podemos esquecer isto. Isto foi em 2020. Não foi em 98, não foi há 22 anos. Estamos a falar do ano passado.

Continuo a perguntar e pergunto, fiz essa pergunta ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas que preferiu não responder de uma forma técnica, porque tem a tutela do ordenamento, eu precisava de uma resposta mais técnica, não a tenho, para tomar uma decisão. Isto não é uma decisão assim tão simples. Eu estou a ver aqui uma simplicidade de uma decisão que me parece que está a ser bastante fácil para vocês. Para mim se calhar é a decisão mais difícil que vou tomar nesta semana de plenário, mas pelos vistos para os Srs. Deputados não é.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Sr. Deputado Pedro Neves esgotou o tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

Começemos pela votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vamos iniciar a votação. Faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto contra e quero entregar à Mesa uma declaração de voto.

Presidente: Sim senhor, está registado, Sr. Deputado.

Peço ao Sr. Secretário Marco Costa que anuncie o resultado da votação do diploma na generalidade.

Secretário: Muito obrigado, S. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e do PPM, foi aprovado na generalidade com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, tendo tido 1 voto contra do PAN.

Resumo da votação: 56 votos a favor e 1 voto contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar ao debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Não havendo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Paulo Estêvão.

Presidente: O senhor quer usar da palavra?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero, Sr. Presidente.

Presidente: Para o debate na especialidade?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para o debate na especialidade.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero dizer mais uma vez que o articulado diz respeito apenas a uma moratória que evita o corte de água e de luz.

Também tenho a certeza de uma coisa tendo em conta a consciência que todos nós temos e que não há consciências superiores: seja quais forem as circunstâncias que se tenham de enfrentar no futuro, tenho a certeza [*corte na gravação*] ...

Sr. Presidente, está a ouvir-me agora?

Presidente: Estou a ouvir, sim senhor. Faça favor.

O Orador: Estava a dizer que seja quais forem as circunstâncias que se tenham que enfrentar no futuro, tenho a certeza que aquelas pessoas enfrentarão essas circunstâncias em muito melhores condições se tiverem luz e água do que se não tiverem. Isso deixa-me a consciência absolutamente tranquila que estou a fazer aquilo que é mais correto.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar há votação dos dois artigos do diploma.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

(Pausa)

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): O meu voto é a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio do resultado da votação dos dois artigos do diploma. Faça favor, Sr. Secretário Marco Costa.

Secretário: Muito obrigado, S. Presidente.

Os artigos colocados à votação correspondentes à iniciativa em análise foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, tendo tido 1 voto contra do PAN.

Resumo da votação: 56 votos a favor e 1 voto contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Votação final global.

Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Eduardo.

Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O meu voto é a favor. Sr. Presidente.

Presidente: Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sandra Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sérgio Ávila.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro do Nascimento Cabral.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

(Pausa)

Peço que repita, Sra. Deputada.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigado.

Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gil Borges.

Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, voto a favor.

Presidente: Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto a favor, Sr. Presidente.

Presidente: Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, voto contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para anunciar o resultado da votação que acabámos de realizar.

Secretário: Muito obrigado, S. Presidente.

A iniciativa em análise foi aprovada em votação final global obtendo 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor

do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do PAN.

Resultado da votação: 56 votos a favor e 1 voto contra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Chegámos assim ao fim desta longa Agenda e antes de ler a Proposta de Deliberação Final queria agradecer às Sras. e Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo toda a colaboração nesta longa jornada que não é fácil reunirmos desta forma. Penso que correu com dignidade e finalmente queria também deixar registado um agradecimento a todos os colaboradores da nossa Assembleia que mais uma vez com o seu profissionalismo e a sua colaboração permitiram que realizássemos um plenário por meios telemáticos e que as coisas tenham corrido de forma bastante aceitável.

Faço votos, isso será um bom sinal, que no próximo plenário possamos estar todos aqui juntos na nossa sede da Casa da Autonomia, aqui na Horta. Isso será efetivamente um sinal que as coisas estão a evoluir num bom sentido.

Proposta de Deliberação: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro.

Pergunto se há alguma Sra. ou Sr. Deputado que vote contra esta Proposta de Deliberação Final.

Não havendo nenhuma manifestação, peço ao Sr. Secretário que anuncie o resultado da votação.

Secretário: Sr. Presidente, a Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Muito obrigado.

[corte na gravação]

Voz não identificada: Não ouvimos o que disse, Sr. Presidente.

Presidente: Peço desculpa.

Tinha que falhar no fim.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

Um bom fim de semana. Bom descanso e sobretudo haja saúde para todos, para as nossas famílias e para os açorianos.

(Eram 19 horas e 52 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria Isabel Góis Teixeira

Declarações de Voto

Declaração de voto do Grupo Parlamentar Chega referente ao Projeto de Resolução n.º 15/XII – “Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização de estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE

O Grupo Parlamentar do Partido Chega vota contra o ponto 28 da agenda de trabalho apresentado, pelo BE, Projeto de Resolução 15/XII.

Não podemos deixar de reconhecer que todos os cidadãos, têm direito às oportunidades que devem ser universais, no entanto não podemos deixar de enaltecer o trabalho e esforço meritório de docentes e muitos encarregados de educação, que cumprindo a sua parte, com esforço, adquiriram os equipamentos ao preço e disponibilidade do mercado, para darem a oportunidade aos seus educandos, de prosseguirem o seu percurso escolar dentro da normalidade possível e que esta proposta no formato que foi apresentada, constitui uma ofensa ao mérito e esforço destes, que tudo fizeram para cumprir a sua obrigação enquanto progenitores.

Assim o Grupo Parlamentar do Partido Chega, entende que a utilização abusiva dos recursos públicos, para suprimir necessidades de uma parte da sociedade, que não poucas vezes de forma voluntária, não cumpre as suas obrigações de cidadania, constitui uma injustiça para com os sérios contribuintes desta região. Posto isso, a nossa votação de “contra” não pretende por em causa a aprovação deste projeto de resolução, mas sim, destacar que a promoção da universalidade de direitos, não poucas vezes promove a injustiça social, que deverá obviamente ser assegurada mas de forma verdadeiramente criteriosa.

Açores, 29 de janeiro de 2021.

Grupo Parlamentar do Chega Açores.

Os Deputados, *Carlos Furtado e José Pacheco*

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista referente ao Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores, ao abrigo do disposto no artigo 89º, n.ºs 1 e 3, do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta a seguinte Declaração de Voto ao Projeto de Resolução n.º 18/XII – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Da Urgência

O Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico apresenta a esta Assembleia um Projeto de Resolução cujo objeto é a “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”, requerendo processo de urgência e dispensa de exame em comissão.

Sobre este mesmo tema, esta Assembleia foi chamada a pronunciar-se por iniciativa do PPM, pela última vez, em outubro de 2019.

Nessa altura o processo, foi apreciado na Comissão de Assunto Sociais tendo sido decidido promover um conjunto de diligências entre as quais se destacam ouvir o membro do Governo competente na matéria em causa, a Assembleia de Escola e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo.

O entendimento das entidades auscultadas assegurava que o fornecimento de refeições decorria de modo satisfatório, seja quando à qualidade das refeições fornecidas, seja quanto ao espaço onde as mesmas eram disponibilizadas.

De então para cá, a comunidade do Corvo não foi chamada a pronunciar-se sobre esta matéria, desconhecendo este grupo parlamentar qualquer alteração que tenha condicionado o entendimento da comunidade do Corvo em sentido contrário ao vertido nos pareceres emitidos àquela data.

A questão da pandemia não justifica a urgência desta proposta até porque, por um lado, o número de crianças que ocupa em simultâneo a sala de refeições da

SCMC é ajustado à dimensão do espaço e ocorre por turnos e por ciclo de ensino, e, por outro, mesmo que esta Assembleia se pronuncie hoje favoravelmente à proposta a construção não ocorrerá sem o devido enquadramento no Plano e Orçamento, o que assegura que em tempo útil esta Assembleia possa ouvir os diretamente interessados.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores vota contra a urgência por entender que para esta Assembleia tomar uma decisão e para este Grupo Parlamentar se pronunciar fundamentadamente sobre a construção deste refeitório, seria imprescindível ouvir aqueles que são diretamente implicados nesta matéria, os Corvinos.

Do projeto

A propósito desta iniciativa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma que seria imprescindível para a tomada de uma decisão fundamentada ter ouvido a comunidade escolar da ilha do Corvo, com prioridade absoluta para a Assembleia de Escola como órgão representativo dos pais, alunos, pessoal docente e não docente.

Não foi este o entendimento desta Assembleia. A opção de não ouvir os Corvinos é para o GPPS/A uma forma de demissão desta Assembleia conferindo unicamente ao Governo essa possibilidade, quando até aqui não foi assim.

Assim mesmo, entendemos contribuir de forma útil trazendo ao debate o conhecimento que temos do contato diário que mantemos com a população do Corvo, mas mais do que isso recordando o que nos transmitiram as entidades envolvidas e diretamente interessadas nesta matéria:

1. O fornecimento de refeições escolares é uma realidade na ilha do Corvo e foi assegurado a partir do momento que se concluiu a obra de construção de

uma cozinha industrial devidamente equipada e com recursos humanos habilitados na Santa Casa da Misericórdia do Corvo, com o intuito de servir a estrutura residencial para idosos, o serviço de apoio ao domicílio, a creche o jardim de infância e a comunidade educativa da ilha do Corvo. Este investimento foi superior a 700 mil euros e dista menos de 50 m da Santa Casa.

2. A Assembleia de Escola transmitiu a esta Assembleia, sobre o funcionamento do serviço de refeições escolares assegurado pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo, “A Assembleia de Escola, em reunião de 8 de janeiro de 2020, foi unânime em considerar que o refeitório da Santa Casa da Misericórdia do Corvo, local onde são confeccionadas as refeições escolares e onde os alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira usufruem das refeições satisfaz as regras de higiene e limpeza adequadas a este tipo de local, sendo um espaço acolhedor. O horário de fornecimento das refeições corresponde às necessidades dos alunos sendo assegurada a permanência de um assistente operacional durante todo o horário das refeições. O pessoal docente e não docente recolhe as suas refeições nas instalações da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo, dispondo, se assim entender, do bar da escola ou da sala de professores (equipada com lavatório, máquina de lavar louça, frigorífico e micro-ondas) para consumirem a sua refeição.”

3. Assembleia de Escola conclui o seu parecer nos seguintes termos: “Até à presente data não foram recebidas reclamações relativas ao serviço de refeições escolares junto do Conselho Executivo pelo que a situação implementada para o serviço de fornecimento de refeições escolares a toda a comunidade educativa se encontra a decorrer normalmente. Deste modo a assembleia considerou que se encontram reunidas as condições para que o serviço decorra com normalidade, não sendo necessária a construção de um refeitório escolar.”

4. Pela informação que nos foi possível recolher, neste momento cerca de 30 crianças e 2 a 3 professores beneficiam do serviço de refeições assegurado

nestes moldes sem que tenha sido apresentada qualquer queixa sobre o funcionamento deste serviço por qualquer dos seus beneficiários, questão que naturalmente gostaríamos de ter tido a possibilidade de confirmar com o Conselho Executivo da Escola.

5. Foi melhorado e facilitado o acesso entre a escola e o refeitório, sendo construída uma passagem pelas traseiras dos edifícios, assegurando um trajeto ainda mais curto, acessível e seguro.

6. Mantem-se a preocupação com a melhoria da qualidade e também com a diversidade de alternativas apresentadas, sendo que atualmente o serviço também disponibiliza refeições vegetarianas.

7. O Edifício da Escola dispõe de um espaço coberto que será objeto de uma intervenção na sequência de um projeto do Orçamento Participativo apresentado por um aluno daquela escola. O entendimento do aluno que apresentou o projeto, bem como daqueles que votaram nesse mesmo projeto, foi de que a prioridade seria que esse espaço fosse mantido como zona de lazer garantindo a aquisição de equipamento informático e de conforto. Foi essa a prioridade.

8. O Conselho de Ilha do Corvo em 2020 na visita estatutária do Governo àquela ilha sinalizou uma necessidade sentida pelos pais, e essa necessidade foi a do Governo em parceria com a Misericórdia assegurar a disponibilização de um Centro de Atividades de Tempos Livres para as crianças da ilha do Corvo. Essa prioridade foi prontamente acolhida pelo Governo que disponibilizou os recursos financeiros para a concretização da obra de adaptação de um espaço para esse fim.

Por tudo o que atrás foi dito, gostaria este Grupo Parlamentar de ter tido a oportunidade de ouvir pelo menos a Assembleia de Escola sobre o funcionamento do atual serviço de refeições para manter ou alterar o seu

entendimento sobre este assunto. Não tendo tido essa possibilidade o GPPS/A abstém-se na votação deste projeto de resolução.

Ponta Delgada, 01 de fevereiro de 2021

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores, *Vasco Cordeiro*

Declaração de Voto da Representação Parlamentar do PAN referente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PPM e PS

Esta iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, PPM e PS, tinha como objetivo solicitar o impedimento à suspensão de serviços essenciais (abastecimento de água e rede elétrica) prevista no DLR n.º 23/89/A, dentro do âmbito da atual situação pandémica que se faz sentir e a proteção dos serviços básicos às populações e situações de maior vulnerabilidade socioeconómica agravadas por medidas legais de saúde pública.

Ao consentir, através do voto favorável, a manutenção do abastecimento de serviços essenciais estar-se-ia a prorrogar a permanência da população num local sem condições de habitabilidade, onde existe um risco acrescido para a sua segurança e a agir de forma conivente com a ilegalidade relativamente ao acesso a bens essenciais, contrariando o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, artigo 2.º, alínea c).

Mais, por esta votação favorável contrariar a vontade do legislador e o adequado sentido normativo da fonte correspondente ao Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, tendo em conta que esta medida legislativa é o único

fator que podemos considerar como “capacidade de resposta” que pode contribuir para a minimização do risco.

Como consta na Planta de Síntese do Plano de Ordenamento da Orla Costeira aprovado por Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A e no Plano Diretor Municipal das Lajes das Flores, ratificado por Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/A, a zona está assinalada como uma zona de alto risco e interdita as atividades de edificação e urbanização ou recuperação de imóveis no local.

A Representação Parlamentar do PAN/Açores, perante o conhecimento das características do local da Ponta da Fajã que foi sujeita a várias análises e relatórios periciais, considera que as informações disponibilizadas não satisfazem os requisitos necessários para formalizar uma decisão ponderada por carência de informação atualizada. Esta informação deve ser elaborada com base em pareceres técnicos e isentos para que a nossa responsabilidade, enquanto decisores políticos, possa primar, indubitavelmente, pela supremacia do bem-estar e segurança de quem servimos.

Por isso, e tendo como base os motivos supra expostos, Votei Contra.

Ponta Delgada, 02 de fevereiro de 2021

O Deputado, *Pedro Neves*

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 652/XIV (PS) - Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto - n.º 15/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 02 – 16;

2- Projetos de Resolução

Assunto: N.º 877/XIV (PSD) - Grupo de trabalho para a inventariação, classificação e desafetação a favor da RAA de Património imóvel do Estado abandonado e devoluto na RAA - n.º 16/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27

Comissão:

Data Limite de Parecer: 2021 – 00 – 00;

3- Projeto de Decreto do Presidente da República:

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência – n.º 17/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 9/XII

Assunto: [Suspende o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 10/XII

Assunto: [Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro](#)

Proveniência: PSD/PPM

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 1/XII

Assunto: [Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo Competir+ e SIDER](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Projetos de Resolução:

N.º 15/XII

Assunto: [Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 -01- 25

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 16/XII

Assunto: [Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 -01- 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 - 02 - 24;

N.º 17/XII

Assunto: [Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 -01- 25

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 18/XII

Assunto: [Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2021 -01- 26

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 19/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que encete junto do Governo da República as devidas diligências para acautelar o reforço do POSEI na negociação com a União Europeia](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 -01- 26

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 20/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de Moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2021 -01- 27

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

7- Requerimentos:

Assunto: [Avaliação da “lealdade e confiança política” dos conselhos de administração dos hospitais públicos dos Açores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 34/XII;

Assunto: [Divulgação do índice de transmissibilidade \(RT\) do vírus SARS-CoV-2 nos Açores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 35/XII;

Assunto: [Arquivamento de processo no âmbito de inspeção regional à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa](#)

Autor: Carlos Furtado (CH)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25

Referência: 54.09.04 – N.º 36/XII;

Assunto: [Manutenção do programa Viver os Açores](#)

Autores: José Manuel Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 37/XII;

Assunto: [Eventos e iniciativas nos Açores no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia](#)

Autor: Berto Messias (PS)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 38/XII;

Assunto: [Portos de pesca na Piedade do Pico](#)

Autores: Carlos Freitas, Marco Costa, Paulo Gomes e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28

Referência: 54.03.06 – N.º 39/XII.

8- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Pedido de informação sobre contratações – Empresa EDA – Eletricidade dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25

Referência: 54.09.00 – N.º 1/XII;

Assunto: [Operações de Embarcações de Pesca fora do seu Porto de Armamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 2/XII.

9- Comunicações/Informações

Assunto: Correio eletrónico dirigido aos Membros Eleitos e Designados do Conselho Consultivo do Me-CDPD - Desbloqueio para tomada de posse, solicitando o apoio da ALRAA

Proveniência: Paula Campos Pinto, Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (Me-CDPD)

Data de Entrada: 2021 – 01– 22;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XII – “Assegura a entrada em vigor imediata da proibição do abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores” - (primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho)

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 01– 25;

Assunto: Ofício a solicitar retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores” - (Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A)”

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 01– 25;

Assunto: Ofício a solicitar que seja admitida uma proposta de emenda ao Projeto de Resolução n.º 10/XII – “Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto Profissional de Informação Turística” - com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 01– 25;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 9/XII – “Medidas de apoio extraordinário aos idosos”

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01– 26;

Assunto: Requerimento do GPPSD a solicitar a retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XII – “Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19”

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 01– 26;

Assunto: Relatório do LNEC, de análise de acompanhamento da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória, referente ao 2.º semestre de 2020, no cumprimento das Resoluções da ALRAA n.ºs 11/2011/A e 20/2015/A

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 01– 26;

Assunto: Correio eletrónico contendo dois documentos: Carta do Conselho de Administração da RTP, SA e Deliberação tomada pelo CO na reunião de 25 de janeiro

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região (em exercício) no Conselho de Opinião da RTP/SA

Data de Entrada: 2021 – 01– 26;

Assunto: Solicitação de suspensão de mandato/substituição temporária por motivo relevante, fundamentado por motivos de saúde

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do GPPS

Data de Entrada: 2021 – 01– 27;

Assunto: Ofício S/044/2021/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Iasalde Nunes, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pelo candidato Lubélio Mendonça que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2021, inclusive

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Carlos Ferreira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020” - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27;

Assunto: Indigitação da Presidente do Conselho de Administração da LOTACOR – Serviço de Lotas dos Açores, SA

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 01– 28;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Impedimento à suspensão de serviços essenciais prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro”, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII - “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020” - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28.

Assunto: Nota curricular para a audição do Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A., Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel,

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 01– 28;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 15/XII – “Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia” - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021 – 01 – 29;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 17/XII – “Alteração aos programas Apoio Imediato à Liquidez e Manutenção do Emprego II para impedir despedimentos” - com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão”

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021 – 01 – 29;

10- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25;

Assunto: [Relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021, “Uma União vital num mundo fragilizado”, e sobre as iniciativas Europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 01 – 28;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 614/XIV \(BE\) – Integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social - Audição n.º 12/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 25;

Assunto: [Da Audição do Gestor Público indigitado para a presidência do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo – E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 01 – 27;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 01 – 22.

11- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 3, 4 e 5.

A redatora, Ana Machado

Transcrição efetuada por, Noélia Escobar